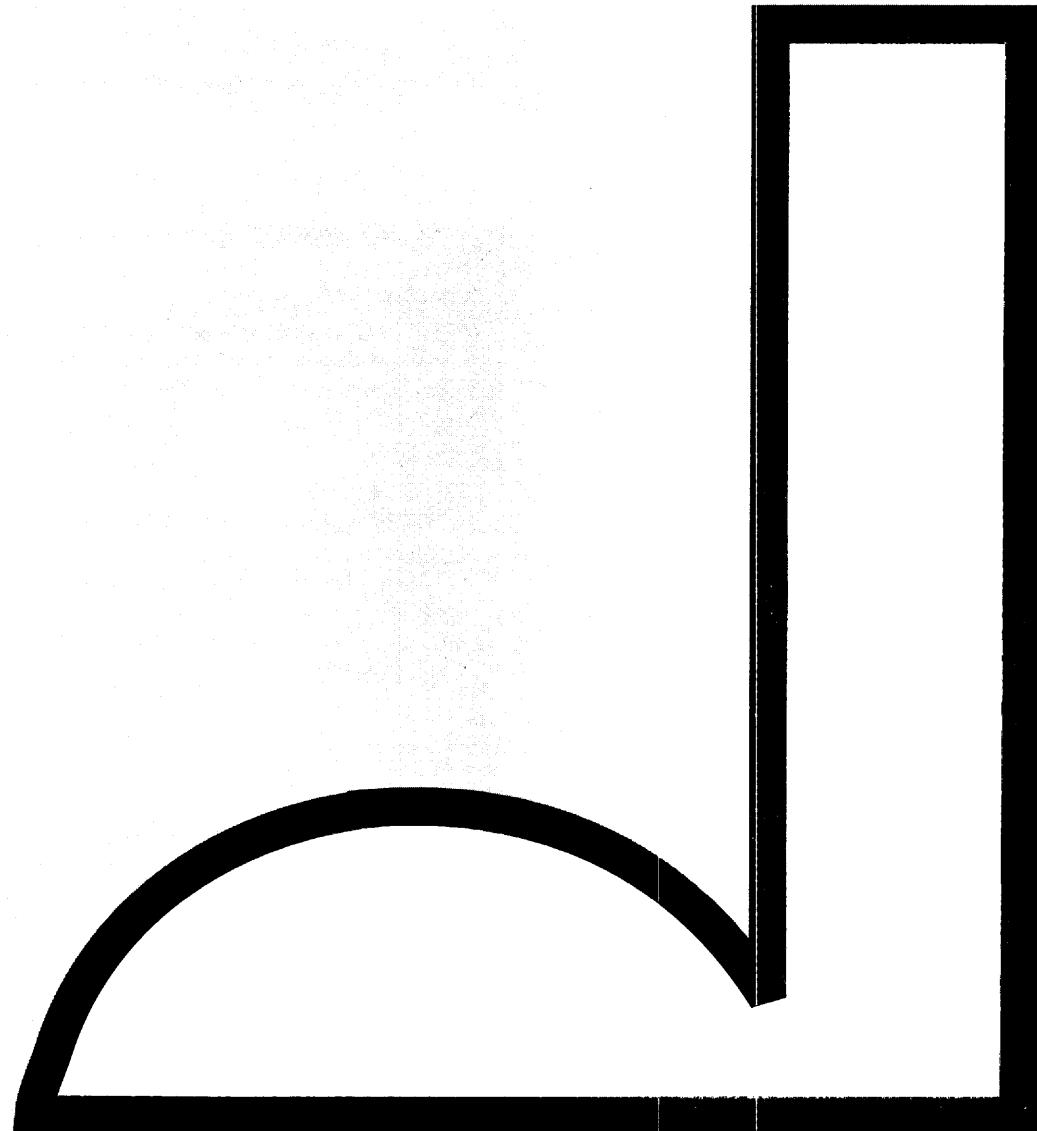


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i></p> <p>2º Vice - Presidente <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i></p>	<p>3º Secretário <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i></p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1º Emilia Fernandes - Bloco - RS</p> <p>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</p> <p>3º Joel de Hollanda - PFL - PE</p> <p>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</p>	
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</p> <p>Corregedor(1) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i></p> <p>Corregedores Substitutos(1)</p> <p><i>Ramex Tebet - PMDB - MS</i> <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i></p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR</p> <p>Procuradores(2)</p> <p><i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Waldeck Orsiias - PFL - BA (3)</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i></p>	
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Elio Alvares - PPL - ES</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Vilson Kleinmuntz - PFL - SC</i> <i>Ramex Tebet - PMDB - MS</i> <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Cadu Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antônio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder <i>Sergio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i> <i>Coutinho Jorge</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder <i>Epitacio Cafeteira</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Esperidião Amim</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTE</p> <p>Líder <i>Odasir Soares</i></p>
Atualizada em 13-04-98		

(1) Recolto em 02-04-97.

(2) Designação: 16 e 23-11-95.

(3) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 07.04.98.

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações <i>Júlio Werner Pedreira</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – RESOLUÇÃO

Nº 30, de 1998, que autoriza o Estado de Goiás a elevar temporariamente, e em caráter excepcional, o limite de endividamento de que trata o inciso II do art. 4º da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, e a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil, mediante repasses de recursos do The Export – Import Bank of Japan – Eximbank Japan, no valor de US\$26,673,177.08 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e três mil, cento e setenta e sete dólares norte – americanos e oito centavos), equivalentes a R\$29.767.265,62 (vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), em 31 de dezembro de 1997. 07664

2 – ATA DA 42ª SESSÃO DELIBERATIVA

ORDINÁRIA, EM 7 DE MAIO DE 1998

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, que será dedicado a comemorar os 250 anos do Estado de Mato Grosso, nos termos do Requerimento nº 267, de 1998, do Senador Júlio Campos e outros Senadores. 07665

2.2.2 – Oradores (nos termos do art. 160 do Regimento Interno)

Senador Júlio Campos – Senador Carlos Bezerra 07665

Fala associativa da Presidência (Senador Antonio Carlos Magalhães) 07675

Senador Ramez Tebet 07675

2.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 98, de 1998, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera a redação do art. 19 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente e acrescenta parágrafo único ao art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 07677

Projeto de Lei do Senado nº 99, de 1998, de autoria do Senador Artur da Távola, que disciplina a desindexação das dívidas judiciais e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 07682

2.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1998 (nº 4.181/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o anexo III da Lei nº 9.442, de 14 de março de 1997, que dispõe sobre a tabela de cálculo da Gratificação de Condição Especial de Trabalho – GCET. Aprovado. À sanção 07694

Projeto de Resolução nº 39, de 1998, que autoriza o Estado de Goiás a elevar temporariamente, e em caráter excepcional, o limite de endividamento de que trata o inciso II do art. 4º da Resolução nº 69, de 1995, e a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil, mediante repasses de recursos do The Export – Import Bank of Japan, no valor de vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e três mil, cento e sessenta e sete dólares e dois centavos, equivalentes a vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos, em 31 de dezembro de 1997. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final. 07698

Redação final do Projeto de Resolução nº 39, de 1998. Aprovada. À promulgação. 07698

Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório) (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1997). Discussão encerrada em primeiro turno, após usarem da palavra os Senadores Romeu Tuma e Eduardo Suplicy, sendo a votação marcada para a sessão do próximo dia 13. 07699

Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1997, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera o art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório). Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1996.

07700

Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1997, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera o § 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (cálculo do Fundo Social de Emergência). Não houve oradores no quarto dia de discussão em primeiro turno.....

07700

Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Melo, que dá nova redação ao inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal (aplicação do ICMS). Não houve oradores no terceiro dia de discussão em primeiro turno.

07701

Projeto de Resolução nº 33, de 1998, que autoriza o Estado do Paraná a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná – LFTP, destinando – se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1998. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final.

07701

Requerimento nº 235, de 1998, do Senador Geraldo Melo, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 6 e 11, de 1998, por versarem sobre a situação funcional de servidores de empresas públicas federais. **Aprovado.** As propostas, anexadas, retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

07702

Requerimento nº 240, de 1998, do Senador Sebastião Rocha, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 1998 – Complementar, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Pará e Amapá – RIPAMA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do rio Amazonas e dá outras providências. **Aprovado.** Ao arquivo.....

07702

Requerimento nº 88, de 1997, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a realização de um Seminário Nacional com o objetivo de debater questões relativas à privatização da Companhia Vale do Rio Doce. **Declarado prejudicado.** Ao arquivo.....

07702

2.3.1 – Pareceres

Nº 222, de 1998, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/33, de 1998, do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado da Bahia para alteração no limite de comprometimento

da receita líquida real para pagamento de dívida, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$959.662.780,99 (Projeto de Resolução nº 42, de 1998).....

07703

Nº 223, de 1998, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/34, de 1998, do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado da Bahia visando a autorização para operação de crédito interno, tendo em vista a privatização do Banco do Estado da Bahia S.A. – BANEB e para a transformação do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. – DESENBANCO em agência de fomento, no valor de um bilhão trezentos e cinqüenta e três milhões de reais (Projeto de Resolução nº 43, de 1998).....

07704

2.3.2 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Resolução nºs 42 e 43, de 1998, resultantes de pareceres lidos anteriormente.

07705

2.3.3 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA – Comentários à matéria publicada pelo jornal Folha de S.Paulo intitulada "sexo, aborto e aids explodem entre jovens", assinada pelo jornalista Gilberto Dimenstein e pela repórter Priscila Lambert.....

07705

2.3.4 – Requerimentos

Nº 290, de 1998, de urgência para o Projeto de Resolução nº 42, de 1998, que altera a Resolução nº 131, de 1997, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de refinanciamento de dívida do Estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 1º de dezembro de 1997, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado, no valor de R\$959.662.780,99. **Aprovado.**

07710

Nº 291, de 1998, de urgência para o Projeto de Resolução nº 43, de 1998, que altera a Resolução nº 131, de 1997, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de refinanciamento de dívida do Estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 1º de dezembro de 1997, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado, no valor de R\$1.353.000.000,00. **Aprovado.**

07711

Nº 292, de 1998, de urgência para o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado

nº 93, de 1993 (nº 4.425/94, naquela Casa), de autoria do Senador Iram Saraiva, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. **Aprovado.**

2.3.5 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR CASILDO MALDANER – Protestos contra os procedimentos adotados pela Receita Federal, impedindo o envio de doações de remédios e alimentos aos flagelados atingidos pela enchente na Argentina.....

SENADOR JOSAPHAT MARINHO – Premência no debate entre as autoridades de educação, professores e servidores, no encontro de uma solução para o término da greve das universidades.....

SENADOR ROMEU TUMA – Realizações de solenidades pelas Polícias Civis e Militares por ocasião do dia 21 de abril, dia de Tiradentes.

SENADOR EDUARDO SUPILCY – Previsões divulgadas no Boletim Metereológico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de 17 de dezembro do ano passado, dando informações sobre as consequências do fenômeno El Niño no território brasileiro e as perspectivas para 1998. Destaque para a proposta de renda mínima, como forma de minimizar o problema de seca enfrentado pelos nordestinos.....

SENADOR NEY SUASSUNA – Transcrição nos anais do Senado Federal artigo publicado no jornal paraibano O Norte, em 1º de maio, intitulado "A imagem do homem público", retratando o político Humberto Lucena. Relato do mapa desesperador da seca que assola região nordestina.....

SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Ressalta a responsabilidade de assumir a senatoria em substituição ao Senador Humberto Lucena. Análise das dificuldades enfrentadas pelo Brasil.....

SENADOR ARLINDO PORTO – Testemunho sobre o trabalho e os resultados obtidos ao longo dos últimos 25 anos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.....

SENADORA JÚNIA MARISE – Abordagem sobre a seca que atinge o norte de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha, e o Vale do Mucuri. Comentários ao relatório dos prefeitos do norte de Minas Gerais, entregue ao governador do Estado, Eduardo Azeredo e ao Governo Federal.....

2.3.6 – Ofício

Nº 105/98, de 7 do corrente, do Líder do PTB no Senado Federal, de indicação de mem-

bro para a Comissão de Assuntos Sociais. Designação do Senador Arlindo Porto para integrar, como suplente, a referida Comissão.....

07729

2.3.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MAURO MIRANDA – Homenagem aos 25 anos de fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA.....

07729

SENADOR ODACIR SOARES – Necessidade de uma reforma democrática para superar os momentos difíceis que passam as universidades brasileiras.....

07729

SENADOR ERNANDES AMORIM – Perplexidade diante da matéria publicada no jornal Folha de S.Paulo, do último dia 3, de que o governo Valdir Raupp recebeu do Programa Brasil em Ação – Rforsus, a quantia de R\$4.060.000,00, não obstante as denúncias de corrupção naquela gestão.....

07731

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSSÃO ANTERIOR

Do Senador Ronaldo Cunha Lima, proferido na sessão de 5 de maio de 1998 (republicação).....

07733

4 – RETIFICAÇÃO

Ata da 40ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 5 de maio de 1998 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.....

07740

5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 7-5-98

6 – ATOS DO DIRETOR – GERAL

Nºs 823 a 827, de 1998,

07741

7 – MESA DIRETORA

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – LÍDERES E VICE – LÍDERES DE PARTIDOS

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

14 – CONSELHO COMPOSTO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1998 – CN

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 1998

Autoriza o Estado de Goiás a elevar temporariamente, e em caráter excepcional, o limite de endividamento de que trata o inciso II do art. 4º da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, e a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil, mediante repasses de recursos do The Export-Import Bank of Japan – EXIMBANK JAPAN, no valor de US\$ 26,673,177.08 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e três mil, cento e setenta e sete dólares norte-americanos e oito centavos), equivalentes a R\$ 29.767.265,62 (vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), em 31 de dezembro de 1997.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Goiás autorizado a elevar temporariamente, e em caráter excepcional, o limite de endividamento de que trata o inciso II do art. 4º da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, e a contratar operação de financiamento à importação junto ao Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do The Export-Import Bank of Japan – EXIMBANK JAPAN, no valor de US\$26,673,177.08 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e três mil, cento e setenta e sete dólares norte-americanos e oito centavos), equivalentes a R\$29.767.265,62 (vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), em 31 de dezembro de 1997.

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito destinam-se à aquisição de máquinas e equipamentos para a manutenção da malha rodoviária do Estado.

Art. 2º A operação de crédito referida no artigo anterior deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – credor: Banco do Brasil, mediante repasses de recursos do The Export-Import Bank of Japan – EXIMBANK JAPAN;

II – garantias: alienação fiduciária dos bens a adquirir e cessão de direitos relativos a cotas do Fundo de Participação dos Estados – FPE e de receitas do ICMS;

III – valor: US\$26,673,177.08 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e três mil, cento e setenta e sete dólares norte-americanos e oito centavos), equivalentes a R\$29.767.265,62 (vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), em 31 de dezembro de 1997;

IV – encargos financeiros:

a) juros: de 0,4592% a.m. (quatro mil, quinhentos e noventa e dois décimos de milésimos por cento ao mês), incluindo taxa de juros mais comissão de repasse de 2,60% a.a. (dois inteiros e sessenta centésimos por cento ao ano) e 4,00% a.a. (quatro por cento ao ano), respectivamente;

b) atualização monetária: variação cambial;

V – comissão de compromisso: até 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado;

VI – vencimento: 1º de abril de 2003;

VII – liberação dos recursos: em uma única parcela;

VIII – condições de pagamento:

a) do principal: amortização em dez prestações semestrais, sem carência;

b) dos juros: exigíveis semestralmente, juntamente com o principal.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de maio de 1998. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 42^a Sessão Deliberativa Ordinária em 7 de maio de 1998

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Carlos Patrocínio

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Abdias Nascimento – Acíemir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Djárlma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Élcio Alvares – Elói Portela – Emilia Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Geraldo Melo – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Eduardo – José Eduardo Dutra – José Roberto Arruda – José Saad – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Leonel Pava – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Sergio Machado – Vilson Kleinubing – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 64 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear os duzentos e cinqüenta anos do Estado de Mato Grosso, nos termos do Requerimento nº 267, de 1998, de iniciativa do Senador Júlio Campos e outros Srs. Senadores.

Como primeiro orador, concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, comemoramos, neste momento, os duzentos e cinqüenta anos de Mato Grosso como uni-

dade político-administrativa brasileira. Quando tomei a iniciativa de homenagear o meu Estado, não o fiz apenas na condição de mato-grossense, nem na de ex-Governador do Estado, tampouco pelo fato exclusivo de compor sua representação nesta Casa. Afoga todas essas razões, em si mesmas justificadoras do meu ato, moveu-me, acima de tudo, a certeza de que a data que hoje celebramos pertence ao Brasil, pelo profundo significado que encerra.

São dois séculos e meio de uma História maiúscula, em que não faltaram bravura, destemor e espírito de conquista. São dois séculos e meio de lutas incessantes de homens e mulheres que, comprometidos com a construção da vida num ambiente distante e desconhecido, jamais esmoreceram.

Compreender o sentido e a dimensão da tarefa que foi a ocupação desse enorme território requer um mergulho no passado, um exame mais acurado da História brasileira. Somente assim será possível avaliar o papel reservado a essa área que, longe do litoral por onde quase toda a colonização se processava, permitiu a extraordinária ampliação do espaço brasileiro, além de oferecer-lhe segura proteção.

Conhecemos todos a forma pela qual o Brasil surgiu para a História ocidental. Na Europa, ao final da Idade Média e nos primórdios dos Tempos Modernos, gestava-se um novo tipo de organização da sociedade. As velhas estruturas feudais cediam lugar às novas concepções, que, conduzidas por uma nascente classe social, a burguesia, prenunciavam tempos diferentes daqueles vividos até então.

Sair à conquista do mundo, penetrar por mares e terras desconhecidos era o sentimento que impulsinava o europeu naquele momento. Vencer o medo, dar vazão à cobiça, construir uma nova vida era o estímulo e a razão de ser de todos os que se aventuravam a enfrentar até mesmo o imponderável. Desse processo de expansão, fundamentado no comércio e fazendo dos oceanos o seu caminho natural, descortinou-se a América. Neste Novo Mundo, revelou-se àqueles viajantes vindos de longe a terra brasileira.

Os dois reinos ibéricos – Portugal e Espanha – foram os pioneiros do expansionismo marítimo-co-

mercial. Na condição de maiores potências europeias, do final do século XV a meados do século XVI, decidiram repartir entre si as terras descobertas e a descobrir. Daí o Tratado de Tordesilhas, em função do qual pertenceriam aos portugueses as terras brasileiras situadas na faixa litorânea.

Não por outra razão, o processo de ocupação do Brasil deu-se pelo litoral. À exploração do pau-brasil seguiu-se a agroindústria açucareira, sempre na mesma área. Somente a crise da economia do açúcar, quase que simultaneamente acompanhada pela notícia da descoberta de pedras e metais preciosos no interior – no caso, em Minas Gerais, imediatamente secundada por Goiás e Mato Grosso –, é que forçou a mudança desse quadro, alterando o eixo da exploração colonial.

É exatamente nesse momento, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, que o Brasil começa a adquirir a configuração territorial que possui. Foi graças à coragem de um punhado de pessoas saídas do litoral – principalmente de São Paulo – em busca de novas oportunidades de vida, que as fronteiras se expandiram. Ora procurando apresar indígenas, ora tentando a sorte na mineração, o certo é que esses valentes e destemidos homens vararam o atual território mato-grossense, incorporando-o à colônia portuguesa, tornando letra os limites traçados em Tordesilhas.

Estávamos na primeira metade do século XVIII. Chefiando uma bandeira, Pascoal Moreira Cabral identificou a existência de pepitas de ouro nos terrenos situados às margens do Rio Coxipó. A descoberta justificou a fundação do primeiro núcleo de povoamento na região, a Forquilha. A 8 de abril de 1719, Moreira Cabral assinava a ata de fundação de Cuiabá.

Começava ali uma nova história fadada a marcar profundamente a evolução brasileira. Quando a notícia da descoberta do ouro chegou a São Paulo, ocorreu em Mato Grosso processo similar ao de Minas Gerais: levas e levas de imigrantes dirigem-se para a nova terra, determinando o rápido povoamento das minas. Diz o historiador Rubens de Mendonça: "Em 1722, o sorocabano Miguel Sutil, agricultor, mandou dois índios Carijós à sua roça buscar mel, ficando surpreso quando os índios trouxeram, em lugar de mel, pepitas de ouro. A notícia desse descobrimento se espalhou rapidamente por entre os moradores da 'Forquilha', que, alvoracados, mudaram-se, em 1723, para o local onde hoje se encontra a cidade de Cuiabá" – atual Capital do nosso querido Estado de Mato Grosso.

O Sr. Romeu Tuma (PFL-SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT) – Ouço, com atenção, o aparte do nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL-SP) – Agradeço, nobre Senador, pela oportunidade. V. Ex^a falou em mel, e as palavras de seu pronunciamento em comemoração ao aniversário de todos os mato-grossenses, tanto de Mato Grosso do Sul como de Mato Grosso, saem realmente como doce, inclusive suas explicações históricas, geográficas e econômicas sobre a formação desse Estado. Por várias vezes, questionei-me a respeito da importância da contribuição do Estado de Mato Grosso para a consolidação do Mercosul. E ontem, Senador Júlio Campos – permita-me fazer uma retrospectiva da discussão sobre o novo Embaixador do Brasil na Bolívia. Dois representantes do Estado de Mato Grosso do Sul que participaram das interpelações mostraram a importância do seu Estado na ligação com a Bolívia, com o gasoduto e outras importantes missões comerciais, inclusive para ajudar o país vizinho. Por não dispor de uma saída para o Pacífico ou por outro porto de mar, ele terá, sem dúvida nenhuma, provavelmente com o desenvolvimento das hidrovias, de colaborar nessa transação tão importante para o Mercosul. O Presidente da Comissão Especial, Senador Lúdio Coelho, também nos mostrou a importância da participação de Mato Grosso nas discussões a respeito desse Mercado Comum. Nobre Senador Júlio Campos, associo-me às palavras de V. Ex^a, porque há um pouquinho de bandeirantes na formação do Estado de Mato Grosso, aliás, fato que V. Ex^a já citou em seu pronunciamento, fazendo referência ao sorocabano que, mandando colher mel, descobriu ouro. Cumprimento-o, efusivamente, por haver lembrado esse importante fato para os brasileiros.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Romeu Tuma. Quero realçar que não há só um pouquinho do paulista sorocabano na fundação de Mato Grosso: toda a história de Mato Grosso foi construída a partir de São Paulo. Mato Grosso foi fundado por paulistas de Sorocaba. Os pioneiros, a primeira leva de imigrantes deixou São Paulo pelo rio Tietê indo parar lá no longínquo oeste, que, na época, eram quase como terras espanholas e que, com a presença dos portugueses e dos paulistas de Sorocaba, transformou-se num território brasileiro.

E a importância de Mato Grosso – como bem disse V. Ex^a, dos dois Mato Grosso, o nosso Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul – é vital para a integração do Mercosul, já que fazemos fronteira com dois países irmãos: a Bolívia e o Paraguai.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Piauí e Maranhão, vieram, em maior parte, os aventureiros em busca de ouro. Como salientou Rubens de Mendonça, essa gente, enfrentando toda sorte de perigo, não temendo o desafio representado pelo sertão desconhecido, muitas vezes vencia distâncias superiores a 500 léguas, em canoas, descendo os rios Tietê e Grande, "subindo o Anhanduí acima da barra do rio Pardo, atravessando a Vacaria, descendo pelo Mbotetéu e deste subindo pelo rio Paraguai o rio Porrudos, até o Cuiabá".

A importância da região para a Coroa portuguesa adquiria dimensão verdadeiramente estratégica. Assim é que, a 9 de maio de 1748, justamente há 250 anos, por Carta Régia, Lisboa decide desmembrar Mato Grosso da Capitania de São Paulo. Nascia, pois, naquele momento, a Capitania de Mato Grosso, tendo como seu primeiro Governador e Capitão-General Dom Antônio Rolim de Moura Tavares.

Reafirmando o caráter estratégico da ocupação de Mato Grosso para a fixação de nossas fronteiras, de colônia lusitana a País independente, a atuação do inesquecível Governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres – por muitos considerado o maior administrador mato-grossense do período colonial – foi emblemática. Numa época de tensas relações entre Portugal e Espanha, tratou de agir política e estrategicamente, de modo a garantir o território sob domínio português.

Para tanto, Luís de Albuquerque determinou a ocupação de áreas sensíveis ao interesse espanhol. Desse modo, foram fundados o Forte de Coimbra, no baixo Paraguai; o Forte Príncipe da Beira, à margem direita do rio Guaporé; a povoação de Albuquerque, hoje cidade de Corumbá; a Vila Maria, hoje a cidade de Cáceres; São Pedro de El-Rei, atualmente Poconé, que é a entrada do Pantanal Mato-Grossense; Viseu, à margem esquerda do Guaporé. Em todos esses atos, a obediência a planos estratégicos, ora assegurando o domínio sobre importantes domínios, ora garantindo o abastecimento e a defesa em caso de ataque dos vizinhos espanhóis.

Como bem destacou a historiadora Luíza Rios Ricci Volpato, da Universidade Federal de Mato Grosso, com a criação da Capitania de Mato Grosso sedimentou-se a montagem de um aparato burocrático e militar na região, cujos funcionários se sobrepuaram à elite até então existente, constituída, sobretudo, por mineiros e comerciantes. Para a autora, "o estabelecimento do Governo trouxe o compromisso de uma política de fronteira; foi a partir daí que se

desencadeou a guerra contra os espanhóis, e que ficaram objetivamente marcadas as condições de vida do conjunto da população".

Não há dúvida, Sr Presidente, de que Mato Grosso cumpriu, na História do Brasil, o papel singular de guardião de nossas fronteiras a oeste. Do nascimento da Capitania, quando tornou-se o "antemural da Colônia", passando pela Província, com a Independência, e chegando a Estado, com a República, Mato Grosso desempenhou com denodo essa função.

Vale repetir, aqui, o comentário da Prof. Luíza Volpato, para quem "a condição de fronteira desde o período colonial caracterizava a vida de Mato Grosso e trazia grandes ônus sociais e econômicos à sua população. Essa condição foi mantida na fase inicial do período republicano, aspecto que é enaltecido no hino do nosso Estado de Mato Grosso, que foi composto pelo príncipe dos poetas brasileiros, Dom Francisco de Aquino Corrêa".

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, aos duzentos e cinquenta anos de existência, Mato Grosso é a mais perfeita tradução da capacidade que homens e mulheres abnegados têm para construir uma história de lutas, aprendendo com eventuais derrotas e sendo nobres nas conquistas. Uma gente que soube explorar um chão desconhecido em condições adversas; que soube superar o declínio da mineração, encontrando formas alternativas de produção que impedissem o retrocesso; que soube defender a integridade territorial brasileira; que soube conduzir um processo civilizatório no imenso território que lhe coube conquistar.

Aos duzentos e cinquenta anos, Mato Grosso – hoje composto por dois, o velho Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul – continua a oferecer ao Brasil lições de pioneirismo e espírito desbravador. Não por acaso, em função de suas condições topográficas e climáticas e, sobretudo, graças à capacidade criadora do seu povo, apresenta-se como a grande fronteira agrícola brasileira, praticando uma agricultura intensiva que não cessa de expandir e fazendo de sua pecuária talvez a mais expressiva do País.

Aos 250 anos, Mato Grosso consegue conciliar o desenvolvimento econômico, necessário e útil, com a preservação das riquezas naturais, imperativo de sobrevivência da humanidade.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Senador Júlio Campos, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Com muita honra, Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Senador Júlio Campos, em boa hora V. Ex^a apresentou

esse requerimento, deferido por esta Casa, em que homenageia o Estado de Mato Grosso. Não é por acaso que aqui se encontra a Bancada mato-grossense, composta por seis Parlamentares: Senador Carlos Bezerra, Senador Lúdio Coelho, Senador Levy Dias, Senador Ramez Tebet e V. Ex^a. Isso é sinal de apoio a essa iniciativa. Registro que os visionários, há 280 anos, como fora Pascoal Moreira Cabral, já tinham o prenúncio de que essa grande região do território brasileiro seria – como V. Ex^a está a afirmar no seu pronunciamento – o potencial maior da Pátria. V. Ex^a foi feliz em dizer que estamos vencendo a era da mineração, onde está exaurido o aspecto minerador mato-grossense, e entramos exatamente na era da produção. Ora, esses bandeirantes, evidentemente, já prenunciavam que a natureza foi muito pródiga com aquela região, dando todas as condições adequadas para produzir, como o clima, a topografia, a precipitação pluviométrica, a luminosidade, e tantos outros fatores naturais, e agora são os homens que estão a explorar. A tecnologia está presente, a vontade está presente, ainda com muito problema de infra-estrutura, o que, de certa forma, tira parcialmente a competitividade da produção mato-grossense. Mas, por certo, com a participação dos homens através do Governo Federal, que está fazendo a sua parte, através dos governadores de Mato Grosso – e aqui está presente o Senador Carlos Bezerra, que fez um bom trabalho como governador, e V. Ex^a, Senador Júlio Campos, que fez um excelente trabalho por quatro anos como governador do Estado do Mato Grosso, rompendo as fronteiras agrícolas de todo o Estado, e por certo V. Ex^a, que hoje lidera a pesquisa eleitoral em Mato Grosso, irá governá-lo mais uma vez –, acreditamos que Mato Grosso se tornará, de fato, o maior produtor de alimentos do Brasil, atendendo àquela visão que os nossos antepassados tiveram. Parabéns pelo magnífico pronunciamento e, sobretudo, pela magnífica idéia de homenagear o Estado de Mato Grosso; não o Estado atual, mas o Estado de 1.280 mil km², que foi o Estado sonhado pelos descobridores. Muito obrigado.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Jonas Pinheiro. Incoro, com muita honra, o pronunciamento de V. Ex^a. Realmente, esta data está sendo comemorada não só no velho Mato Grosso, no Mato Grosso de Cuiabá, mas também no novo Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, de Campo Grande.

O Ato Complementar nº 31, de 1977, que dividiu aquele imenso território de Mato Grosso, de

1.284 mil km², em dois – um com 900 mil km² e outro com 384 mil km² –, conseguiu separá-los apenas geograficamente, mas não conseguiu separar os sentimentos, o amor ao Brasil, o espírito pioneiro da gente que conquistou da divisa de Dourados até o Aripuanã, da região do Araguaia até a fronteira com o Paraguai e com a Bolívia, na região de Cáceres, de Corumbá. A alma mato-grossense é uma só, tanto do mato-grossense que ficou no norte como o que ficou no sul, embora a própria história preveja, talvez a médio prazo, uma nova separação territorial. Mato Grosso foi tão fértil, que vai dar ao Brasil, indiscutivelmente, três filhos progressistas: o velho Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e, num futuro não tão distante, talvez, Mato Grosso do Norte.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, aos 250 anos, Mato Grosso conseguiu conciliar o desenvolvimento econômico, necessário e útil, com a preservação das riquezas naturais, como é o caso do Pantanal mato-grossense, imperativo de sobrevivência da humanidade. Daí a existência de verdadeiros santuários ecológicos em seu território, estimulando um tipo de turismo que engrandece o ser humano.

O Sr. Levy Dias (PPB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço com atenção o nobre Senador Levy Dias.

O Sr. Levy Dias (PPB – MS) – Senador Júlio Campos, tenho certeza de que todo o Senado nesta manhã ouve com muita atenção o discurso de V. Ex^a. Quero cumprimentá-lo pela idéia da homenagem ao nosso querido Mato Grosso! Eu, que sou de Mato Grosso do Sul, mas que trabalhei em Mato Grosso como um todo, fui Deputado Estadual em Cuiabá, onde morei por dois anos, representando o Estado de Mato Grosso. Depois desse tempo, voltei a Campo Grande para ser Prefeito da nossa Capital, em 1972. Nessa fase, o Estado foi dividido. Mato Grosso, o Estado que V. Ex^a representa, sem sombra de dúvida, foi altamente privilegiado com a divisão, o seu potencial é grande demais, tanto na área agrícola quanto na área pecuária, na área da mineração, da indústria. Está acima do Paralelo 16, está dentro da área da Amazônia, portanto, desfruta dos benefícios e dos incentivos da Sudam. Mas, especificamente, pelo potencial que tem o Estado de Mato Grosso, logo que foi dividido começou a ser lentamente colonizado pelos gaúchos, pelos paranaenses, pelos catarinenses. Muita gente que estava em Mato Grosso do Sul hoje trabalha em Mato Grosso,

que está, neste exato momento numa de suas melhores fases. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que este é o grande momento por que passa o Estado de Mato Grosso. Falta uma vírgula para ele se tornar o maior produtor de grãos do País. Neste ano, em que a produção do Estado de Mato Grosso beira a casa dos 7 bilhões de toneladas, esse Estado está empatando com o grande Estado produtor brasileiro, o Paraná, que também está nessa faixa de produção. São brasileiros de todos os recantos do nosso País. É isso que forma, talvez, a parte mais bonita de qualquer Estado – e isso não é diferente em Mato Grosso –, que é a sua gente, é o povo que palmeira e trabalha em toda a região chamada, no Mato Grosso, de "Nortão". O Senador Júlio Campos tem muita razão quando fala que Mato Grosso pode acabar gerando três Estados. Tenho um amigo em Cuiabá, que é cuiabano tradicional, com muitos anos de vida pública, o ex-Senador Vicente Vuolo, que me disse: "Fui candidato a Deputado Federal, visitei o "Nortão" e retirei a minha candidatura". Eu lhe perguntei: "Por que você fez isso, Vuolo?" Ele me respondeu: "Não conheço mais ninguém. Todos têm olhos azuis". É o Brasil se integrando! Tenho certeza de que o Estado de Mato Grosso – naturalmente, o Senador Júlio Campos dispõe de dados a esse respeito –, em curto espaço de tempo, será o maior produtor de grãos do nosso País e, a médio e longo prazos, terá condições de produzir a mesma quantidade de soja produzida hoje no nosso Brasil. Já o meu Estado de Mato Grosso do Sul não passa por essa mesma fase. Mato Grosso do Sul vive uma fase difícil de declínio na sua produção, o que é triste. Mas tenho certeza de que, brevemente, ele voltará a ocupar o seu lugar no cenário da produção brasileira. Portanto, Senador Júlio Campos, quero homenagear o povo do Estado de Mato Grosso, que é o núcleo principal da criação dos nossos dois Estados. Como disse V. Ex^a, quero me congratular com os Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul com a mesma alma, com o mesmo espírito, com o mesmo sentimento de brasiliade e com o mesmo amor que sempre uniu os dois Estados. Meus parabéns!

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, nobre Senador Levy Dias. Incorpo, com muita honra, o aparte de V. Ex^a no meu pronunciamento.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço, com atenção, o aparte do nobre Senador Pedro

Piva, de São Paulo, que foi o Estado-mãe de Mato Grosso.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Sr. Senador, sinto-me muito à vontade de me aliar a esta homenagem ao Estado de Mato Grosso pelos seus 250 anos. Sou paulista, mas, como disse o nobre Senador Júlio Campos, foi de São Paulo que partiram as bandeiras, com Borba Gato descendo à procura de esmeraldas. Lá não encontraram o eldorado prometido de pedras preciosas, mas encontraram um Estado fantástico, rico, promissor, cuja vocação é tornar-se um dos maiores Estados do Brasil. Isso é o que todos nós, brasileiros, desejamos. Mais uma vez, fico satisfeito de ver neste plenário dois ex-Governadores de Mato Grosso, os Senadores Carlos Bezerra e Júlio Campos, aos quais certamente Mato Grosso deve muito. Esses dois grandes homens públicos ainda darão muita felicidade ao seu Estado. Sinto-me confortável, porque sou um dos pioneiros nos dois Estados. Em Mato Grosso do Sul, há mais de 60 anos, temos a fazenda Miranda Estância, que era uma antiga fazenda de ingleses, de quem meus antepassados a compraram, para que fosse do Brasil a apropriação dessa fazenda imensa, com suas reservas ecológicas. Ali há um grande parque, o que me enche de alegria. Nobre Senador Júlio Campos, V. Ex^a deve estar lembrado de que, há 30 anos, no "Nortão" de Mato Grosso, comprei uma fazenda, da qual ainda sou proprietário, cujos primeiros peões foram alimentados pela casa comercial de sua família.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – "A Futurista".

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Exatamente. Isso ocorreu nos idos de 1966.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – É verdade.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Tenho certeza de que o Estado de Mato Grosso seguirá a sua vocação e será um Estado fantástico. Sr^ss e Srs. Senadores, juntamente com os Senadores representantes de Mato Grosso, este Senador paulista estará irmanado nessa conquista e na ajuda possível que me for dado o prazer de oferecer ao grande Estado do Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado.

O Sr. Odacir Soares (PTB – RO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Peço a permissão da Mesa para ouvir um breve aparte do Senador Odacir Soares, que é um mato-grossense, já que Rondônia e Mato Grosso são Estados irmãos. Um pedaço de Rondônia pertencia a Mato Grosso naqueles tempos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Eminente Senador Júlio Campos, a Mesa tem sido condescendente com V. Ex^a, dada a importância da homenagem que está sendo prestada. Porém, V. Ex^a já esgotou seu tempo em mais de dez minutos. Gostaria que esse fosse o seu último aparte.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Concedo o aparte ao Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares (PTB-RO) – Agradeço à Presidência e, especificamente, ao Senador Júlio Campos por me terem permitido fazer este aparte. Quando ouço o discurso do Senador Júlio Campos sobre os 250 anos de criação do atual Estado de Mato Grosso, que não é mais aquele, porque perdeu alguns espaços seus daquela época, inclusive para Rondônia e para Mato Grosso do Sul, volto à concepção daqueles que tiveram a felicidade de penetrar no oeste brasileiro e de conceber essas regiões do ponto de vista geopolítico. Há pouco, eu estava lendo um livro sobre o Coronel Aluizio Ferreira, que foi o fundador do Território Federal do Guaporé e de todos os territórios federais e o criador das unidades de fronteira do Brasil. Fiquei impressionado com a visão geopolítica do Coronel Aluizio Ferreira e com a grandeza das suas concepções de penetração na hinterlândia brasileira. Voltei-me também para a criação do atual Estado de Mato Grosso, do Mato Grosso histórico, do Mato Grosso de D. Francisco de Aquino Correa, grande poeta, membro da Academia Brasileira de Letras, que, inclusive, teve grande influência na República e era amigo pessoal do Presidente Dutra e de sua esposa, Dona Santinha. Vislumbro a grandeza desses homens que tiveram a felicidade de conceber esse novo Brasil. Jamais essa região seria brasileira sem a visão geopolítica desses homens. Eu comentava, brincando com o Senador Levy Dias, que hoje deveríamos comemorar os 258 anos do Estado de Mato Grosso e não os seus 250 anos, porque, na realidade, os quatro anos do Governo de V. Ex^a, por seu impulso renovador, representaram oito anos de Mato Grosso. A mesma coisa eu dizia a respeito do Governo do Senador Carlos Bezerra. Deveríamos comemorar os 258 anos de desenvolvimento, de concepção e de beleza do Es-

tado de Mato Grosso. V. Ex^a falou sobre o Real Forte do Príncipe da Beira e sobre todos os fortés que foram erigidos pelos nossos antepassados, sem os quais o Brasil não seria tão grande. Não bastava a língua. Muitas vezes, ouvimos falar que a língua foi fator de integração nacional, mas as providências de caráter geopolítico tomadas foram fundamentais para a manutenção e preservação da língua. Vide, sob esse aspecto, a questão do Acre, que era boliviano. Os brasileiros foram para lá falando português, mas, mesmo assim, física e historicamente, do ponto de vista do Direito Internacional, o Acre era boliviano. A penetração de brasileiros e a concepção de um Brasil grande e integrado em si mesmo levaram essas regiões a se desenvolverem hoje. Juscelino Kubitschek, por exemplo, repetiu, no seu Governo, a saga de Getúlio e a saga do próprio Aluizio Ferreira. Lendo-se a história de Aluizio Ferreira, verifica-se a concepção macroeconômica e macrossocial desses homens no sentido do que deveria ser o Brasil. A BR-364, que é uma grande via de penetração, foi concebida e iniciada em 1930 pelo então Major Aluizio Ferreira, que passava, a partir daquele momento, com a nacionalização da estrada de ferro Madeira-Mamoré, a ser o grande chefe político daquela região, integrada por parte de Mato Grosso e por parte do Estado do Amazonas. V. Ex^a faz um registro histórico importante e fundamental para a compreensão da História do Brasil e, mais do que isso, para a compreensão do desenvolvimento que o nosso País teve e está vivendo hoje. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Odacir Soares.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Se muito há o que fazer no Estado – e todos temos consciência disso –, muito há para ser comemorado na celebração dos duzentos e cinqüenta anos de Mato Grosso. Do século XVIII aos dias de hoje, construiu-se uma identidade cultural mato-grossense, fruto da ação – tantas vezes anônima – de milhares de homens e mulheres, gente do povo, que se fez na luta, no trabalho, no amor; gente que se deu o direito de sonhar e que, em busca da realização de sua utopia, foi capaz de construir uma História da qual todos nos orgulhamos.

Em duzentos e cinqüenta anos, Mato Grosso se forjou no trabalho: mineradores, camponeses, vaqueiros, profissionais liberais, comerciantes, industriais e tantos outros, no transcurso do tempo, erigiram a realidade que hoje desfrutamos.

Comemoramos essa data tão significativa prestando uma justa homenagem aos que nos antecederam e aos que fundaram o nosso Estado, como Pas-

coal Moreira Cabral, Miguel Sutil, Rolim de Moura, assim como ao maior dos mato-grossenses deste século, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Precisamos também refletir criticamente sobre o nosso passado e firmar o compromisso de construir nosso futuro em bases imorredouras: com prosperidade, justiça social e cidadania.

Mato Grosso, o meu querido Mato Grosso, merece o nosso esforço!

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Júlio Campos, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, Srs. Convocados, o Senado da República realiza esta sessão em homenagem ao Estado de Mato Grosso, quando da passagem dos 250 anos de criação da capitania.

Nascido para ser o antemural da Pátria, Mato Grosso desempenhou importantíssimo papel no processo de alargamento das fronteiras brasileiras. Durante o século XVII, foi um sentinelas permanente numa região de constantes litígios com os espanhóis; hoje, às vésperas do século XXI, é um dos Estados mais promissores do Brasil.

O território mato-grossense começou a ser visitado pelo homem branco desde o século XVI. Aleixo Garcia chefiou uma bandeira com a finalidade de reconhecimento. Manoel Corrêa, no último quartel do século XVII, atingiu o Rio das Mortes. Bartolomeu Bueno, pai do Anhangüera, esteve na região do Araguaia. Antônio Pires de Campos atingiu o Pantanal e a Baixada Cuiabana. Mas coube a um bandeirante humilde e analfabeto, nascido em Sorocaba, a felicidade de fundar Cuiabá em 8 de abril de 1719, a primeira povoação de toda a região, que futuramente constituiria a Capitania de Mato Grosso, compreendendo os atuais Estados de Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul.

Quando Dom João V assinou a Carta Régia criando a Capitania de Mato Grosso, em 9 de maio de 1748, desmembrando parte do território paulista, com certeza não tinha noção exata das potencialidades de que a natureza dotou Mato Grosso e muito menos da expressiva história que se formava nessa porção do Brasil.

Mato Grosso nasceu de uma necessidade estratégica da Coroa Portuguesa em ocupar definitivamente essa importante parcela territorial que, segundo o Tratado de Tordesilhas, de 1494, pertencia à Espanha, país que não exercia tal direito. A ocupação de Mato Grosso foi causada por três fatores preponderantes. Primeiro, busca de índios – século XVIII; mineração do ouro – século XVIII; e política de fronteiras – século XVIII. Essas razões estão ligadas diretamente à expansão do capital europeu na América.

Mato Grosso viveu três fases distintas: Capitania, 1748 a 1822; Província, de 1822 a 1889; Estado, de 1889 até hoje. A fase de Capitania se deu no período em que Mato Grosso foi região limítrofe ocidental do Brasil, posicionando-se como o extremo oeste brasileiro, última fronteira da Pátria. Essa região foi constantemente ameaçada e várias vezes invadida por populações castelhanas na disputa diária pela posse daquela porção territorial.

Daí a necessidade de uma política de ocupação das nossas fronteiras, pela fundação de cidades como Corumbá, Cáceres, Poconé, etc. e de fortes militares, de Coimbra e Príncipe da Beira, desenhando uma linha limítrofe que também era a fronteira do Brasil. Mato Grosso não só cumpriu o seu papel de guardião de nossas fronteiras a oeste como também conseguiu ampliá-las significativamente.

Com a Independência do Brasil, em 1822, Mato Grosso e as outras 19 Capitanias passaram à condição de Província, situação que permaneceu até 1889. Nesse período, as disputas pela terra entre portugueses e espanhóis já haviam sido superadas, e Mato Grosso passou a viver um completo isolamento – alguns historiadores consideraram abandono. Nessa fase, o ciclo aurífero já havia passado, e a pequena população mato-grossense passava a viver de atividades de subsistência.

Com a eclosão da Guerra do Paraguai, Mato Grosso foi a primeira região brasileira a sentir o poderoso bárbaro paraguaio, tendo parcela considerável do seu território invadido e ocupado por vários anos, além do fim da navegação do Rio Paraguai e seus afluentes, o que sufocou e praticamente faliu a economia mato-grossense, impondo à população local um período extremamente grave.

Dentre outros personagens que governaram a Província de Mato Grosso, destacamos o francês naturalizado brasileiro Augusto Levergère, Floriano Peixoto, Couto Magalhães e também, na condição de Secretário-Geral da Província, o então Capitão Manoel Theodoro da Fonseca.

Proclamada a República, as províncias foram elevadas à condição de Estado. A Primeira República, ou República Velha, em Mato Grosso, foi marcada politicamente pela disputa entre as oligarquias do Norte, composta pelos usineiros de açúcar, e do Sul, composta por pecuaristas, comerciantes, ligados à importação e exportação, e pelos coronéis da erva-mate. Essas oligarquias alternaram-se no poder após lutas violentas entre coronéis e seus bandos de lado a lado. Os episódios mais graves dessas disputas foram: Massacre da Bahia Garcez, em 1901; o assassinato do governador Totó Paz, em 1906; a Caetanada, em 1916, que culminou com a intervenção federal em Mato Grosso; Morbeck X Carvalinho verdadeira guerra na região dos garimpos no Araguaia, em Garças.

O poder das oligarquias só teve um combate efetivo com o advento do Governo Getúlio Vargas, a partir de 1930. Utilizando-se do Plano Cohen, Vargas amedronta a opinião pública, com ameaça do comunismo, e cria condições favoráveis para um golpe de Estado, instaurando o regime de exceção, o Estado Novo. Nomeia em Mato Grosso Júlio Müller, irmão do ex-Senador Filinto Müller, como Interventor Federal.

Nesse período, Mato Grosso perde duas porções significativas de sua área para a criação dos Territórios Federais de Guaporé, posteriormente Território Federal de Rondônia, e hoje Estado de Rondônia, e de Ponta Porã, posteriormente reintegrado ao Estado de Mato Grosso.

Em 1946, elege um cuiabano para a Presidência da República, o Marechal Eurico Gaspar Dutra. Em Mato Grosso, nessa fase, são eleitos para Governar o Estado os Srs. Arnaldo Estevão de Figueiredo, pelo PSD; Fernando Corrêa da Costa, pela UDN; João Ponce de Arruda, pelo PSD e novamente Fernando Corrêa da Costa, pela UDN, que, no poder, apoiou o golpe militar.

A partir da década de 60, Mato Grosso conhece um fluxo migratório de sulistas que vai mudar radicalmente o perfil socioeconômico do nosso Estado. A capital, que tinha 50 mil habitantes em 1960, pula para 110 mil em 1970; 220 mil em 1980; 401 mil, em 1991 e atualmente tem 600 mil habitantes.

Em 1977, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar nº 31, que desmembrou mais uma parte do território mato-grossense, dando origem ao Estado irmão de Mato Grosso do Sul.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB-MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT) – Concedo o aparte ao Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB-MS) – Ouço com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Carlos Bezerra. De fato, Mato Grosso foi desmembrado para a criação de outros Estados. No entanto, digo a V. Ex^a e dizer ao Brasil que o coração de Mato Grosso permanece no Mato Grosso. A nossa Cuiabá querida, que é o centro da América do Sul, representa hoje um centro importante de desenvolvimento do Centro-Oeste. Mato Grosso – às vezes para me referir a Mato Grosso costume falar Mato Grosso do Norte –, tem se desenvolvido muito. Representa um orgulho para nós, que saímos de outras regiões e percorremos aquelas extensões enormes, que há poucos anos não tinham nenhum valor. Aqueles grandes chapadões, que serviam só para criar veado branco, hoje têm uma produtividade de soja que serve de exemplo para o País – produtividade muito alta, baseada em tecnologia atualizada. Rondonópolis, hoje, tem centros de pesquisas tocados pela livre empresa, o que está sendo objeto de acompanhamento por todas as demais regiões do Brasil. Rondonópolis, que é a terra de V. Ex^a, e o nosso Mato Grosso produziram brasileiros importantes, como há poucos momentos lembrava o Senador Júlio Campos. Considero Rondon, que percorreu todo o nosso País a pé, levantando as linhas telegráficas, o maior sertanista que a Nação produziu. Além dele, Mato Grosso produziu homens ilustres e atuantes como V. Ex^a e o Senador Júlio Campos.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT) – Muito obrigado.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB-MS) – Apóio inteiramente os Senadores do Mato Grosso pelos pronunciamentos e desejo muito êxito a V. Ex^{as} aqui no Senado. Muito obrigado.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT) – Muito obrigado, Senador Lúdio Coelho.

Mas, Senador Lúdio Coelho, em 1977, quando foi efetivada a divisão do Estado, o Governo Federal, na exposição de motivos, admitiu que Mato Grosso precisaria de apoio no caso de ocorrer a divisão. Admitiu que algumas medidas deveriam ser tomadas para apoiar Mato Grosso, que era a parte menos desenvolvida. No entanto, o Governo Federal não cumpriu o seu compromisso conosco e largou o Estado de Mato Grosso.

Diante dessa situação, Mato Grosso reagiu e deu um grande exemplo ao Brasil. Tiraram a parte rica, que era o sul do Estado, e nos deixaram isolados, sem qualquer apoio, sem qualquer ajuda. A palavra do Governo não foi cumprida, mas a população

de Mato Grosso deu a volta por cima e construiu um Estado que é orgulho para o Brasil.

A **Gazeta Mercantil**, no balanço anual que faz sobre os Estados, começou por Mato Grosso. O título principal da página de extensa reportagem dá uma boa idéia do que foi feito pelo povo de Mato Grosso. Eis o título: "A mais competitiva produção de grãos, o dobro da média do País". Esse é o título do levantamento feito em julho pela **Gazeta Mercantil**, a respeito da produção no Mato Grosso.

Não bastasse isso, Senador, a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria e Comércio, em publicação sua desta semana, mostra que o aumento da exportação de Mato Grosso foi de 40,62%. Mato Grosso é o primeiro Estado do Centro-Oeste em exportação, ocupando o décimo lugar no Brasil. Veja V. Ex^a que, apesar de toda a crise e de todo o abandono em que vivemos, o Estado de Mato Grosso vem trilhando o caminho do desenvolvimento.

Tivemos, efetivamente, dois estadistas neste País, que olharam para a nossa Região, para Mato Grosso e para o Centro-Oeste. Já disse isso outras vezes em que ocupei esta tribuna, mas nunca é demais repetir. Um deles foi Getúlio Vargas – na sua grande Marcha para o Oeste –, que foi o político de maior visão deste País, dando os primeiros passos rumo ao nosso desenvolvimento. O outro foi Juscelino Kubitscheck, que promoveu a mudança da capital do Brasil para Brasília. Esse era outro homem público de larga visão. Ao fazer isso, imaginava trazer o desenvolvimento para o interior do Brasil, interiorizar o desenvolvimento do País. Fora esses, mais ninguém se preocupou com a nossa região.

Senador Lúdio Coelho, fez-se um trabalho hercúleo, do qual fui o coordenador político, com a realização de várias reuniões envolvendo os membros da Bancada Federal do Centro-Oeste. Pela primeira vez, o Centro-Oeste sentou para conversar – os Estados viviam de costas uns para os outros. Pela primeira vez, nossa representação federal sentou, aqui, em Brasília, para construir um projeto de desenvolvimento para o Mato Grosso. Refiro-me ao Prodeco, que foi entregue ao Presidente da República, mas que está engavetado até hoje.

Este País precisa de um plano de desenvolvimento, não pode dar prosseguimento à política econômica que aí está, de estagnação da inflação e geração de desemprego. Precisamos gerar dois milhões de empregos por ano e o caminho para um projeto de desenvolvimento imediato para o País passa pelo Centro-Oeste. Precisamos de um projeto de desenvolvimento racional.

Hoje, assume a Secretaria de Assuntos Regionais um homem do Centro-Oeste. Estou alegre com isso e espero que ele não me decepcione. Espero que não sejamos decepcionados mais uma vez. Trata-se do nosso amigo Ovídio de Angeles, que é do Estado de Goiás, participou desse projeto, ajudou a elaborá-lo como Secretário de Planejamento de Goiás e foi um dos homens da linha de frente do Prodeco.

Falei com o Senador Iris Rezende, o maior líder de Goiás, sobre isso. Disse-lhe o seguinte: "Iris, está na hora de mexermos novamente com o Prodeco. Está na hora de tirarmos esse projeto da gaveta, pois o Brasil precisa disso e o Centro-Oeste muito mais ainda". O Presidente da República achou maravilhosa a idéia, gostou do plano e autorizou-nos a continuar discutindo o assunto. Mas ele tem de tomar uma iniciativa mais concreta a respeito desse plano para que ele se concretize.

Se não houver planos dessa natureza, os saques que estão ocorrendo no Nordeste podem alastrar-se pelo Brasil inteiro. Recentemente, passei três dias na minha querida Rondonópolis e saí de lá assombrado com o desemprego, a fome e a miséria. Companheiros de uma jornada de trinta anos, homens pobres, trabalhadores que vivem com dignidade, procuraram-me, chorando, para pedir uma cesta de alimentos: "Bezerra, pelo amor de Deus, entenda! Estou há trinta anos com você e nunca lhe pedi nada! Estou envergonhado," – as lágrimas rolando – "mas estou morrendo de fome com a família! Pelo amor de Deus, consiga-me pelo menos uma cesta de alimentos!" Foram vários; não foi um só.

Este País não pode continuar no marasmo que aí está. Temos que dar a volta por cima, desenvolvendo-o e gerando emprego para que não caia num estado de miséria absoluta, total e completa, com baderne e desordem, quando todas as nossas instituições se transformarão em caos. O Mato Grosso e o Centro-Oeste são o grande caminho, a grande estrada para que esse projeto possa dar certo.

O Sr. Iris Rezende (PMDB-GO) – Senador Carlos Bezerra, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT) – Com prazer, ouço o nobre Senador Iris Rezende.

O Sr. Iris Rezende (PMDB-GO) – Primeiramente, quero cumprimentar o nosso Colega, ilustre Senador Júlio Campos, pela iniciativa de incluir uma homenagem especial por parte do Senado Federal nas comemorações dos 250 anos do Estado do Mato Grosso. Em segundo lugar, quero cumprimentar V. Ex^a por esse pronunciamento realmente im-

portante, porque traz à Nação a lembrança oportuna da participação do Estado do Mato Grosso, incluindo o Mato Grosso do Sul, na história deste País, no seu desenvolvimento e, por que não dizer, na sua consolidação como país importante no contexto internacional. Cabe-me, em nome de Goiás, e posso dizer que o faço em nome dos demais Colegas de Bancada – o Senador Mauro Miranda e o Senador José Saad –, os cumprimentos aos irmãos, aos colegas, às autoridades do Mato Grosso, enfim, ao povo mato-grossense por esta data histórica. Duzentos e cinqüenta anos de luta, de garra, de determinação, de demonstração de fé no futuro deste País. A convivência de Goiás com o Estado do Mato Grosso nos deixa permanentemente gratificados, porque do Mato Grosso temos buscado muitos exemplos, a começar pela população mato-grossense, que é possivelmente a mais legítima deste País. Ali encontramos a verdadeira raça, a junção do português com o índio e com o preto, o verdadeiro brasileiro, que tem enfrentado todas as intempéries, todas as dificuldades, e tem vencido. Senador Carlos Bezerra, mais uma vez reitero a oportunidade de seu discurso, a fim de que o País absorva a idéia correta de que a solução dos problemas nacionais terá, obrigatoriamente, que passar pelo Centro-Oeste brasileiro. V. Ex^a foi muito feliz quando relembrou a iniciativa de dois grandes estadistas: Getúlio Vargas e Juscelino Kubitscheck; o primeiro, conclamando o País a voltar as suas atenções para o Centro-Oeste, criou a Fundação Brasil Central, instalada na Cidade de Barra do Garças, e construiu a grande ponte sobre os rios Araguaia e Barra do Garças, para que o País pudesse sentir que as atenções do seu Governo estavam voltadas para aquela região; o segundo, muito tempo depois, veio, transferindo a Capital para o Planalto Central, mostrar que o Centro-Oeste deveria estar nesse contexto de busca de soluções para os problemas. O mais importante, que devemos ressaltar, relativamente ao Centro-Oeste, é que, durante séculos, essa região do Brasil ficou absolutamente isolada do contexto nacional. As demais regiões se comunicavam, do Rio Grande do Sul ao Amazonas, através da navegação marítima. Precariamente, o Mato Grosso e parte de Goiás, hoje o Estado do Tocantins, também se comunicavam pela navegação fluvial, que era uma navegação lenta. Basta dizer que se gastava um mês ou mais, na época da estiagem, para que uma família do Mato Grosso ou de Goiás mandasse um filho estudar no Rio de Janeiro ou em São Paulo. No entanto, essa região continuou de pé. Hoje, com a implantação de Brasília, com a abertura de estradas – e é bom acentuar que é o sis-

tema mais caro de transporte da sua produção –, o Centro-Oeste já está mostrando ao Brasil o que é, o que pode e o que será, desde que as atenções oficiais se voltem para aquela Região. Também entendendo que todos nós brasileiros devemos reverenciar a participação do Estado do Mato Grosso na história do Brasil. E o fazemos orgulhosamente, com muito afeto, porque Goiás e Mato Grosso se confundem. O rio Araguaia não tem sido capaz de separar o sentimento dos goianos dos sentimentos dos mato-grossenses. E, nesta década, as lideranças dos nossos Estados, as lideranças do Centro-Oeste, independentemente de sigla partidária, vêm instituindo um novo tempo, uma nova mentalidade na luta por essa Região. E posso, ao cumprimentar V. Ex^a pela oportunidade do seu discurso, salientar que quando o Presidente Fernando Henrique formalizava o convite ao Dr. Ovídio de Angeles, para que ocupasse a Secretaria, ele confessou que o fazia entendendo que o Centro-Oeste é a única Região que ainda não conta com um planejamento regional, global para o seu desenvolvimento e que aquela deveria ser a primeira preocupação do novo Secretário. Aquilo nos alegrou, sabendo que o Presidente da República tem a consciência de que essa Região está a merecer e merecerá, tenho certeza, do seu Governo, uma atenção especial. Portanto, os meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Carlos Bezerra, e aos demais Colegas desta Casa, e que leve ao povo do Mato Grosso o sentimento de reconhecimento do povo goiano pelo muito que o Estado do Mato Grosso tem feito pelo Brasil.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que, tenho certeza, juntamente com toda a Bancada do Centro-Oeste, será peça fundamental para que esse programa saia do papel. V. Ex^a, desde o primeiro momento, colaborou entusiasticamente com este programa e agora, com a nomeação do Dr. Ovídio, mais uma vez vamos nos juntar para cobrar do Governo Federal a execução do mesmo. E o Dr. Ovídio, que é um homem preparado, de visão larga, certamente poderá ser o grande comandante desse programa, o Prodeco, que tanto desejamos.

Nesses 250 anos, Mato Grosso sofreu uma modificação fantástica em todos os aspectos. Na produção agrícola, Mato Grosso é hoje um dos Estados mais avançados e, dentro de dez anos, poderá produzir, sozinho, a safra de 80 milhões de toneladas, produzida atualmente por todo o País. Podemos colher até cinco safras em dois anos, com a maior produtividade do Brasil.

Hoje, as nossas hidrovias estão sendo acionadas para escoar a nossa exportação e as hidrovias do Paraguai e do Madeira voltaram a ser utilizadas; a hidrovia Araguaia-Tocantins deverá ainda ser utilizada e o gás boliviano chegará a Mato Grosso, um projeto antigo que começou no Governo José Sarney, o que resolverá o problema energético do Estado, que brevemente deixará de ser importador para ser exportador de energia para o resto do Brasil. Quanto ao problema dos transportes, está chegando no Estado uma ferrovia de bitola larga e que irá colaborar muito no nosso processo de desenvolvimento.

Temos que equacionar o problema das estradas mato-grossenses, que ainda é muito grave. Tanto as estradas estaduais quanto as federais estão em estado precário, acima do ponto crítico. Utilizar rodovias para o escoamento da produção dobra ou triplica o custo, sem contar que existem locais por onde nem os caminhoneiros querem passar, as estradas totalmente depauperadas tornam sua atividade totalmente antieconômica. Esse é o grande problema de Mato Grosso, mas tenho certeza de que saberemos superar essas dificuldades, pois temos capacidade e competência para isso.

A sociedade mato-grossense soube construir este grande Estado que, como disse o Senador Iris Rezende, viveu totalmente isolado, principalmente na época da Guerra do Paraguai, quando o nosso único canal de comunicação – o Rio Paraguai – teve sua navegação interditada pelo Paraguai, ficando Mato Grosso sem comunicação. Ficamos durante muitos anos sem qualquer comunicação com o resto do Brasil. Mas soubemos superar tudo isso e até retornar o território mato-grossense. Um cuiabano foi até Corumbá retomar o território que os paraguaios estavam ocupando há tantos anos. Fizemos essa retomada praticamente sozinhos e conservamos ali o território brasileiro intacto. Soubemos guardar para os dias de hoje essa jóia preciosa, para propiciar esse desenvolvimento que o Brasil tem hoje naquela região.

Essa região é a grande esperança do Brasil; este País que precisa crescer, desenvolver. Só para alimentar a população brasileira, precisaríamos produzir 100 milhões de toneladas de grãos, segundo a FAO. E produzimos 80 milhões, dos quais grande parte é exportada. Isso quer dizer que o povo brasileiro está passando fome, que precisamos dobrar a nossa produção agrícola. E onde o País pode fazer isso imediatamente? No Centro-Oeste, a nossa Região.

Em outra oportunidade, já disse que os Estados Unidos têm uma Califórnia; mas o Brasil tem vá-

rias califórniás! No entanto, está sendo incompetente para explorá-las. Temos várias califórniás: em Goiás, no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso e no Tocantins; que estão praticamente inexploradas. E as iniciativas nesse sentido têm sido feitas pelas empresas, pela população, como a Fundação Mato Grosso, citada pelo Senador Lúdio Coelho, que faz pesquisa em Rondonópolis, um grande exemplo do trabalho da iniciativa privada que tem refletido positivamente na produção agrícola do Estado.

Mato Grosso é, hoje, um dos únicos Estados do Brasil que não tem um centro de pesquisa da Embrapa, quando sabermos que a pesquisa, atualmente, é de fundamental importância.

Mas nada importa, Senador Lúdio Coelho, porque a nossa sociedade já mostrou, no passado, que é competente e capaz de superar dificuldades e vencer. Tenho certeza de que vamos superar as dificuldades de hoje e entregar aos nossos filhos um Mato Grosso muito mais próspero e muito mais desenvolvido.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Carlos Bezerra, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– A Presidência se associa às festividades e às comemorações pela data de aniversário de Mato Grosso, Estado que tem-se projetado em todo o País, sobretudo agora, com sua produção e sua capacidade de demonstrar o valor do Centro-Oeste e a necessidade de o Governo olhar para essa região com todo o interesse com que merece ser olhada, porque é uma região que produz e que pode produzir mais.

Daí porque nós nos associamos aos Senadores e Parlamentares de Mato Grosso aqui presentes, traduzindo a felicidade por esse aniversário, que passa também a ser uma data do próprio Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento oportuno para me associar a essa justa e merecida homenagem pelos duzentos e cinqüenta anos de criação do Estado de Mato Grosso.

Falam dois ex-Governadores, Senadores Júlio Campos e Carlos Bezerra, e depois o nosso grande Presidente, Antonio Carlos Magalhães, que reconheceu a força e a grandeza do Estado de Mato

Grosso no contexto nacional. Prestigia ainda esta homenagem o último Prefeito da Capital, a vetusta Cuiabá, o Deputado Federal Rodrigues Palma. Os oradores que me antecederam contaram a história do Estado, eu vou me permitir falar apenas da história mais recente de Mato Grosso. Em 1977, pela Lei Complementar nº 31, o Estado de Mato Grosso foi dividido e era, então, seu Governador José Garcia Neto e eu era Prefeito do quarto município do Estado, a minha querida cidade de Três Lagoas. Acompanhei, portanto, de perto, as *démarches*, as lutas travadas entre os dois Estados. É verdade que Mato Grosso do Sul se opunha, ele não queria a separação, mas a história demonstrou que estava errado. Mato Grosso do Sul dizia até que separar o Estado era como cortar o coração daqueles que lutaram pela sua grandeza e pelo seu desenvolvimento, que a riqueza estava no sul. Hoje, decorrido pouco mais de uma década da decisão histórica do Presidente Ernesto Geisel, vemos que aqueles que não acreditavam na criação do Estado de Mato Grosso do Sul, que se opunham à divisão territorial do Estado de Mato Grosso estavam enganados. Hoje, Mato Grosso se apresenta pujante, forte, passou a acreditar mais em si próprio e está avançando e, em muitos aspectos como, por exemplo, na produção de grãos, já superou a produção do meu querido Estado de Mato Grosso do Sul.

Neste aniversário, julgo oportuno fazer referência a vultos que prestaram relevantes serviços a Mato Grosso, como Júlio Müller, Arnaldo Estevão de Figueiredo, a Filinto Müller, a Fernando Corrêa da Costa, a Ponce de Arruda, a Vespasiano Martins e tantos outros que ajudaram a construir o Estado.

Mato Grosso do Sul, agora, quer dizer que existem pontos em comum entre os dois Estados, que é verdade a afirmativa do Senador Carlos Bezzerra de que é necessária a união de esforços de toda a região Centro-Oeste, para a solução dos problemas, que, em verdade, são problemas comuns, e para contribuir com os destinos do País.

O Pantanal não é somente um território comum a Mato Grosso e a Mato Grosso do Sul, mas pertence a todo o Brasil, é um patrimônio da humanidade. Para solucionar os desafios que atingem o Pantanal, como o problema do mercúrio, do garimpo desenfreado, do assoreamento dos rios, da aplicação de produtos químicos não condizentes com a verdadeira produção da agricultura, temos que formar um projeto único, indivisível, unindo Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para que possamos encontrar a efetiva solução para o desenvolvimento e salvação do Pantanal.

Une Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a sua vocação para o turismo. Se em Mato Grosso existe a Chapada dos Guimarães – tão bonita, pouco visitada pelos brasileiros, é verdade –, no nosso Mato Grosso do Sul temos a cidade de Bonito, com a sua formosura, a espera de um projeto de desenvolvimento para aproveitar esse potencial econômico que é, sem dúvida alguma, a maior indústria hoje existente no mundo, o turismo. Hoje nenhum Estado possui tantas potencialidades como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, principalmente para a exploração do ecoturismo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, as nossas fronteiras são comuns. Se Mato Grosso anseia pelo seu processo de industrialização, o mesmo ocorre com Mato Grosso do Sul. Todos queremos que o gasoduto da Bolívia não fique enterrado apenas no nosso solo, mas que sirva para uma política diferenciada para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a fim de podermos gerar o processo de agroindustrialização dos nossos Estados.

Temos ainda em comum as nossas fronteiras com países vizinhos. Precisamos aproveitar o mercado consumidor dos países do Mercosul. A nossa vocação agrícola e pecuária precisa ser transformada a fim de que possamos aproveitar efetivamente os benefícios advindos do Mercosul.

O Presidente do Senado estava ansioso para entrar na Ordem do Dia e realizar os nossos trabalhos. A mim cumpre apenas ratificar os apartes já feitos pelos meus colegas Senadores por Mato Grosso do Sul, Lúdio Coelho e Levy Dias, e oferecer a Mato Grosso a nossa solidariedade. Mato Grosso do Sul, que nasceu de Mato Grosso, tem que ter gratidão, como tem; tem que reconhecer os méritos de Mato Grosso e continua dando as mãos e convocando o Estado irmão para que, juntos, possamos trabalhar em projetos de desenvolvimento que interessem a melhor qualidade de vida dos mato-grossenses e dos mato-grossenses-do-sul.

Assim, nesta ocasião, peço aos três Senadores de Mato Grosso e ao Deputado Federal Rodrigues Palma, aqui presente, que sejam porta-vozes aos nossos irmãos de Mato Grosso da integral solidariedade de Mato Grosso do Sul, formulando a certeza de que temos do progresso, da grandeza e da prosperidade de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Carlos Patrício.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 1998

À Comissão de
CONST. JUSTIÇA E CIDADANIA
(decisão terminativa)

Em 07/05/98

Altera a redação do art. 19 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente e acrescenta parágrafo único ao art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que instituiu o Código de Processo Civil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 19 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a se criar e educar no seio de sua família, assegurado o convívio com cada um dos avós ou, excepcionalmente, de família substituta, em convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes."

Art. 2º O art. 888 do Código de Processo Civil fica acrescido de parágrafo único, e seu inciso VII passa a ter a seguinte redação:

"Art. 888.

VII - a guarda e a educação dos filhos, regulado o direito de visitas e, se requerido, assegurá-lo a cada um dos avós.

*.....
Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso VII, ou em que um dos genitores impeça, injustificadamente, a visita de qualquer*

dos avós aos próprios netos, o juiz decidirá sobre a conveniência e oportunidade dessas visitas, assegurando-as, no interesse da criança ou adolescente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Desde o final da primeira metade deste século, o Brasil tem experimentado verdadeira revolução de costumes, para pior, em que se registram, de forma crescente, a desagregação das famílias e dos grupos comunitários e até mesmo o afastamento entre vizinhos, de tal forma que o isolamento das pessoas se faz sentir no quotidiano e acaba por ter reflexos nas normas legais.

O melhor exemplo do isolamento interpessoal, e do seu reflexo na norma, está consignado no § 1º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 1990, que consubstancia o Estatuto da Criança e do Adolescente. Naquele dispositivo, proibiu-se a adoção aos ascendentes (e aos irmãos). Com isso — e inobstante o *jus sanguini* a sobrepujar, na prática, qualquer norma — tornou-se defeso aos avós, paternos ou maternos, a adoção dos seus netos.

A lei brasileira, porém, facilita o direito de adotar a qualquer outra pessoa, ainda que estrangeira, mas não aos próprios avós. Assim, por mais degradada seja a mãe ou o pai biológicos de uma criança, a transferência do pátrio poder jamais poderá favorecer aos avós.

Sem contar com o mesmo potencial de controvérsia que a adoção por avós, mas igualmente injusta e inaceitável, é a proibição de que os netos sejam visitados pelos avós. O motivo dessa proibição decorre, quase sempre, da intolerância do ex-cônjuge que, em face de sentença de separação judicial sob conflito, detém oficialmente a guarda do menor. A partir de então, sem razão plausível, amplia os próprios poderes para além das disposições proferidas na sentença, e passa a criar óbices a que os genitores do ex-marido ou da ex-mulher, conforme o caso, tenham acesso aos netos.

Ressalte-se que o direito a essas visitas reveste-se de sentido natural, inerente à ancestralidade e, mesmo assim, não há previsão que as autorize e garanta legalmente. Os preceitos legais a respeito de guarda de menores, na hipótese de separação judicial, restringem-se ao estabelecimento do valor dos alimentos a serem pagos, dos dias e horas em que as visitas paternas ou maternas são autorizadas e das demais condições a serem observadas exclusivamente pelos separandos, sem considerar o papel de relevo a ser desempenhado pelos avós, junto aos netos, na tecitura de ambiente que inspire segurança e permita a transferência de informações atávicas.

Conclusivamente, a proposta legislativa ora submetida aos ilustres pares não tem a intenção de remover o obstáculo criado pelo § 1º do art. 42 do Estatuto menorista, que regula a adoção, e que foi suscitado apenas à guisa de paralelo, mas intenta, sim, corrigir a omissão legal

atinente ao direito de os avós visitarem os próprios netos, ainda que, para isso, o juiz tenha de afastar a eventual intransigência de quem lhes detém a guarda, para atender aos aspectos humanitários que o tema inspira e melhor observar o interesse da criança ou adolescente.

São estas as razões justificadoras da proposição.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1998



Senador JÚLIO CAMPOS

PFL - MT

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

CAPÍTULO III

Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência

familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

SEÇÃO III

Da Família Substituta

SUBSEÇÃO IV

Da Adoção

Art. 42. Podem adotar os maiores de vinte e um anos, independentemente de estado civil.

§ 1º Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

SEÇÃO XV

De Outras Medidas Provisionais

Art. 888. O juiz poderá ordenar ou autorizar, na pendência da ação principal ou antes de sua propositura:

I - obras de conservação em coisa litigiosa ou judicialmente apreendida;

II - a entrega de bens de uso pessoal do cônjuge e dos filhos;

III - a posse provisória dos filhos, nos casos de desquite ou anulação de casamento;

IV - o afastamento do menor autorizado a contrair casamento contra a vontade dos pais;

V - o depósito de menores ou incapazes castigados imoderadamente por seus pais, tutores ou curadores, ou por eles induzidos à prática de atos contrários à lei ou à moral;

VI - o afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal;

VII - a guarda e a educação dos filhos, regulado o direito de visita;

VIII - a interdição ou a demolição de prédio para resguardar a saúde, a segurança ou outro interesse público.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, DE 1998

Disciplina a desindexação das dívidas judiciais e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei tem por objeto a eliminação de referências ou vínculos a unidades de conta ou a índices, em processos judiciais.

Art. 2º A decisão judicial que condenar o vencido a pagamentos referir-se-á à moeda nacional corrente e não considerará quaisquer referências ou vínculos a unidades de conta ou a índices.

Art. 3º A pretensão, não expressa, ao recebimento de atualização monetária em ação judicial, não se presume incluída no pedido.

Art. 4º O montante da condenação integra a coisa julgada.

§ 1º São vedadas liquidações sucessivas de sentença.

§ 2º É vedada, a partir da data da publicação desta Lei, a extração de mais de um precatório para pagamento de valor decorrente de uma única ação judicial.

§ 3º A proibição de pluralidade de precatórios não se aplica aos já extraídos em data anterior à de entrada em vigor desta Lei.

Art. 5º O prosseguimento da execução de sentença proferida anteriormente à entrada em vigor desta Lei depende da conversão em moeda corrente da quantia exequenda, e da sua desvinculação de eventuais unidades de conta ou índices, que serão considerados como não escritos.

Art. 6º Nas execuções contra a Fazenda Pública, é vedada a expedição de precatórios sucessivos, da mesma espécie, observado o disposto no artigo 11 desta Lei.

Art. 7º É defeso à parte discutir no curso do processo a incidência ou o quantitativo da correção monetária, se essa questão já estiver preclusa.

Art. 8º Prescreve em 5 (cinco) anos o direito a cobrança da correção monetária.

Parágrafo único. Aplica-se a prescrição intercorrente aos processos em curso.

Art. 9º Provado que os juros de mora não cobrem o prejuízo, e não havendo previsão de pena convencional para essa hipótese, o juiz poderá, justificadamente, conceder ao credor, às expensas do devedor, indenização complementar.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 10. A quantia que, nos processos em curso, figurar em Real ou em unidade monetária anterior, deverá ser corrigida monetariamente uma única vez, de acordo com o seguinte critério:

I - tomar-se-á por base a quantia, em moeda nacional, referente ao principal do crédito, na data da propositura da ação; -

II - havendo, modificação, para mais ou para menos, do montante referido no item anterior, considerar-se-á a data da decisão judicial que a admitir, e não a da propositura da ação;

III - a quantia a corrigir será dividida pelo FRJO - Fator de Reajustamento Judicial de Obrigações, que figura na Tabela anexa à presente Lei, relativo à data considerada como base, promovendo-se a posterior multiplicação do quociente encontrado pelo último Fator de Reajustamento Judicial de Obrigações constante da aludida Tabela.

IV - Os percentuais relativos a eventuais juros, multas e honorários de advogado ou de perito serão calculados sobre a importância corrigida monetariamente consoante o disposto neste artigo.

V - A correção monetária das custas e emolumentos judiciais obedecerá ao mesmo critério de atualização do principal, tomando-se por base a data da sua fixação ou a de seu pagamento, se efetuado.

§ 1º Qualquer das partes poderá impugnar, no prazo de 10 (dez) dias, o resultado da atualização prevista neste artigo.

§ 2º A impugnação será autuada em apenso, ouvindo-se a parte contrária no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º o juiz, em qualquer caso, proferirá decisão sobre o valor resultante da atualização, da qual cabe Agravo de Instrumento.

Art. 11. É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária judicial em desacordo com o disposto no artigo 9º desta Lei;

Parágrafo único. Não se aplica a proibição deste artigo a contratos firmados com base na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O artigo 26, § 2º do Decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, passa a viger com a seguinte redação:

“*Art.
26.....*

.....
§ 2º - *Decorrido prazo superior a um ano, a contar da data da avaliação, o juiz ou tribunal, antes da decisão final, de ofício ou a requerimento da parte, poderá determinar a revisão da avaliação, para assegurar-se de que o montante da indenização não discrepa do preço de mercado do bem objeto da desapropriação.*”

Art. 13. Os artigos 471, inciso I; 604; e 890, § 1º, do Código de Processo Civil passam a vigor com a seguinte redação:

"Art. 471. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativamente à mesma lide, inclusive no que se refere ao valor monetário da condenação, que não poderá ser alterado, salvo:

.....
.....

"Art. 604. Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor procederá à sua execução na forma do artigo 652 e seguintes, instruindo o pedido com a memória discriminada do cálculo."

.....
.....

"Art.
890......

§ 1º Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o devedor ou terceiro optar pelo depósito da quantia devida, em estabelecimento bancário oficial, onde houver, situado no lugar do pagamento, cientificando-se o credor por carta com aviso de recepção, assinado o prazo de dez dias para a manifestação da recusa."

Art. 14. Os artigos 2º, § 2º; e 9º, § 4º, da Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980, passam a vigor com a seguinte redação:

"Art.
2º......
.....
.....

§ 2º A dívida ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato."

*.....
.....
.....*
Art.
9º......
.....

§ 4º Somente o depósito em dinheiro, na forma do art. 32, faz cessar a responsabilidade pelos juros de mora."

Art. 15. Os parágrafos 1º e 2º do artigo 32 da Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980, passam a constituir o parágrafo único do mesmo artigo, que passa a viger com a seguinte redação:

"Art.

32.

Parágrafo único. Após o trânsito em julgado da decisão, o depósito será devolvido ao depositante ou entregue à Fazenda Pública, mediante ordem do juízo competente."

Art. 16. O parágrafo único do artigo 13 da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a viger com a seguinte redação:

"Art.

13.

Parágrafo único. Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito."

Art. 17. O § 2º, do art. 214, da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a viger com a seguinte redação:

"Art.

214.

§ 2º Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito."

Art. 18. O artigo 55 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre 10 % (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do valor da condenação ou, não havendo condenação, do valor da causa."

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se, imediatamente, aos processos em curso.

Art. 20. Ficam revogados os §§ 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º do artigo 175 do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945; o artigo 1º do Decreto-lei nº 858, de 11 de setembro de 1969; as Leis nºs 6.205, de 29 de abril de 1975, e 6.423, de 17 de junho de 1977; o artigo 22 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977; o artigo 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991; a Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981; o artigo 15 da Medida Provisória nº 1.540-23, de 11 de abril de 1997, e as demais disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A correção monetária foi instituída, oficialmente, em 1964, com as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTNs, por transformação das OTNs, como forma instrumentalizada, pelo Poder Público, de disciplinar a defesa da moeda e propiciar o justo pagamento ao credor, inobstante o tempo decorrido desde a formação do crédito.

Vã foi a declaração de sua extinção, também oficial, em 1986, com o advento do denominado “Plano Cruzado”. É que a mecânica de correção havia-se entranhado de tal forma no quotidiano brasileiro que o simples ato de declará-la extinta não foi suficiente para extirpá-la dos procedimentos financeiros. Pior: haviam-se criado dezenas de índices, todos justificados pelos prazos, natureza ou atividades a que se aplicavam: INPC, IPC, ICV, PPCA, IGP/DI, IPA, ICVM, CUB/SP, TR, UFIR, OTN-ORTN-BTN, Unidades Fiscais de Referência estaduais e até mesmo o dólar norte-americano.

A distância que se formou entre os valores decorrentes da aplicação desses índices e a própria realidade, levaram e têm levado, até hoje, a absurdos jurídico-financeiros inaceitáveis, eis que a magnitude de certos débitos, se corrigidos, suplanta, muitas vezes, as grandezas das próprias dívidas originais e, em alguns casos, a soma dos capitais dos entes devedores.

Em 1995, com a Medida Provisória nº 1.503, houve nova desindexação da economia. Na oportunidade, deu-se a revogação implícita da Lei

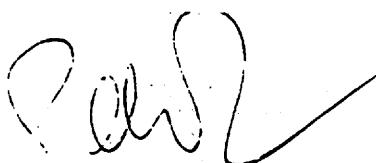
nº 6.899, de 1981, que até então disciplinava a correção monetária. Restou, igualmente, proibida a vinculação, para efeito de reajuste ou atualização da moeda, a índices ou unidades monetárias de conta.

Diante desse novo quadro do mercado econômico-financeiro nacional, não é justo que, no âmbito do Poder Judiciário, ainda se perpetuem os cálculos de dívidas processuais, ensejando a perenização dos feitos, especialmente no que tange aos precatórios. A proposta visa alcançar também aqueles processos e fazer com que os pagamentos sejam concebidos e realizados em moeda corrente, sem a utilização de vínculos corretivos.

A questão que surge é atinente à morosidade das decisões. Seria injusto que o retardamento da entrega da prestação judicial prejudicasse a parte credora. A resposta a essa questão se encontra na faculdade dada ao magistrado para aplicar multas ao litigante de má-fé (Código de Processo Civil, arts. 16 e 17), com sua extensão aos serventuários daquele Poder (CPC-35), e aos peritos (CPC-424). Além disso, a proposta ora submetida ao exame dos ilustres Pares contém, no art. 8º, a previsão de indenização complementar ao credor.

Com essas considerações, conta-se com a chancela dos ilustres Pares à proposição.

Sala das Sessões, 7 de maio de 1998.



Senador ARTUR DA TÁVOLA

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N. 9.307 – DE 23 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a Arbitragem

**DECRETO-LEI N.º 3.365
— DE 21 DE JUNHO DE 1964**
**DISPÕE SOBRE DESAPROPRIACOES
POR UTILIDADE PÚBLICA.**

§ 2.º Decorrido prazo superior a um ano a partir da avaliação, o Juiz ou Tribunal, antes da decisão final, determinará a correção monetária do valor apurado, conforme índice que será fixado, trimestralmente, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República. (5)

Art. 26. No valor de indenização, que será contemporâneo da avaliação, não se incluirão direitos de terceiros contra o expropriado.

Código de Processo Civil

CAPÍTULO II
**DO INVENTARIANTE E DAS DECLARAÇÕES
PRELIMINARES**

Art. 471. O termo de inventariante conterá:

- I. O nome, a idade e o estado do inventariado, a indicação do dia e do lugar do seu falecimento, e a declaração de haver ou não deixado testamento.

TÍTULO XXVIII
**DA NOMEAÇÃO E REMOÇÃO DOS TUTORES
E CURADORES**

Art. 604. Ocorrendo causa para a remoção do tutor, ou curador, este poderá, mediante representação do órgão do Ministério Público, ou portaria do juiz, ser provisoriamente suspenso da administração da pessoa e dos bens do tutelado, ou curatelado.

NOTAS — Vide Código Civil, arts. 413, 418, 419, 428, ns. I e II e 445.

— Vide Código Penal, arts. 69, n.º III e 71.

— Vide Consolidação das Leis do Trabalho, art. 437 e § único.

§ 1.º Autuada a representação do órgão do Ministério Público, ou a portaria, do juiz, o tutor, ou curador, será intimado para, no prazo de cinco (5) dias, que correrá em cartório, responder à arguição.

§ 2.º Findo o prazo, o juiz designará audiência para instrução e julgamento, na qual proferirá sentença.

Art. 890. Se o recurso não tiver efeito suspensivo, a execução instaurar-se-á nos autos suplementares, e, não os havendo, por meio de carta de sentença extraída dos autos pelo escrivão e assinada pelo juiz.

§ 1º A carta de sentença deverá conter os seguintes requisitos:

- I. Autuação.
- II. Petição inicial e procurações do autor e do réu.
- III. Contestação.
- IV. Despacho saneador.
- V. Decisão exequenda.
- VI. Despacho de recebimento do recurso.

§ 2º Se tiver havido habilitação, a carta deverá conter a respectiva petição e a sentença.

.....
LEI N° 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980

Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

.....
Art. 2º Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 9º Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá:

I — efetuar depósito em dinheiro, à ordem do Juiz em estabelecimento oficial de crédito, que assegure atualização monetária;

II — oferecer fiança bancária;

III — nomear bens à penhora, observada a ordem do artigo 11; ou

IV — indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública.

§ 1º O executado só poderá indicar ero terceiro oferécer bem imóvel à penhora com o consentimento expresso do respectivo cônjuge.

§ 2º Juntar-se-á aos autos a prova do depósito, da fiança bancária ou da penhora dos bens do executado ou de terceiros.

§ 3º A garantia da execução, por meio de depósito em dinheiro ou fiança bancária, produz os mesmos efeitos da penhora.

§ 4º Somente o depósito em dinheiro, na forma do artigo 32, faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora.

§ 5º A fiança bancária prevista no inciso II obedece às condições pré-estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 6º O executado poderá pagar parcela da dívida, que julgar incontroversa, e garantir a execução do saldo devedor.

.....

Art. 32. Os depósitos judiciais em dinheiro serão obrigatoriamente feitos:

I — na Caixa Econômica Federal, de acordo com o Decreto-lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1979, quando relacionados com a execução fiscal proposta pela União ou suas autarquias;

II — na Caixa Econômica ou no banco oficial da unidade federativa ou, à sua falta, na Caixa Econômica Federal, quando relacionados com execução fiscal proposta pelo Estado, Distrito Federal, Municípios e suas autarquias.

§ 1º Os depósitos de que trata este artigo estão sujeitos à atualização monetária, segundo os índices estabelecidos para os débitos tributários federais.

§ 2º Após o trânsito em julgado da decisão, o depósito, monetariamente atualizado, será devolvido ao depositante ou entregue à Fazenda Pública, mediante ordem do Juízo competente.

.....

LEI N° 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado), e dá outras providências.

.....

Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

Parágrafo único. Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária.

.....

Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras provisões.

.....

Art. 214. Os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município.

§ 1º As multas não recolhidas até trinta dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas através de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

§ 2º Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária.

Estatuto da Criança e do Adolescente

.....

LEI N.º 9.099 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e dá outras providências

Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor da condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

Parágrafo único. Na execução não serão contadas custas, salvo quando:

I — reconhecida a litigância de má-fé;

II — improcedentes os embargos do devedor;

III — tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso impetrado pelo devedor.

**DECRETO-LEI N.º 7.661
— DE 21 DE JUNHO DE 1945 (1)****LEI DE FALENCIAS**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

LEI DE FALENCIAS

ário, dentro das trinta dias seguintes à data em que for proferida a sentença de concessão da concordata.

até a data da sentença declaratória da falência, ficando suspensa, por um ano, a partir dessa data.

§ 1º Se esses débitos não forem liquidados até 30 dias após o término do prazo previsto neste artigo, a correção monetária será calculada até a data do pagamento, incluindo o período em que estiver suspensa.

§ 2º Nas falências decretadas há mais de 180 dias, o prazo para a liquidação dos débitos fiscais, com os honorários de que trata este artigo será de 180 dias, a contar da data de publicação deste Decreto-lei.

§ 3º O podendo da concordata não terá efeito na falência nos prazos fixados neste artigo.

DECRETO-LEI N.º 858 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a cobrança e a correção monetária dos débitos fiscais nos casos de falência e dá outras providências.

Art. 175. O prazo para o cumprimento da concordata inicia-se na data do pedido do ingresso em juízo.

Parágrafo único. O devedor, sob pena de declaração de falência, deverá:

I. depositar, em juízo, as quantias correspondentes às prestações que se vencem antes da sentença que conceder a concordata, até o dia imediato aos dos respectivos vencimentos, se a concordata for a prazo; se à vista, as quantias correspondentes à porcentagem devida aos credores quirografários, dentro dos trinta dias seguintes à data do ingresso do pedido em juízo;

II. pagar as custas e despesas do processo e a remuneração devida ao comis-

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º A correção monetária dos débitos fiscais do falido será feita

**LEI N.º 6.423
— DE 17 DE JUNHO DE 1977**

ESTABELECE BASE PARA CORREÇÃO MONETÁRIA E DA OUTRAS PROVİDÊNCIAS.

LEI N.º 6.205 — DE 29 DE ABRIL DE 1975

Estabelece a descharacterização do salário mínimo como fator de correção monetária e acrescenta parágrafo único ao artigo 1.º da Lei número 6.147, de 29 de novembro de 1974.

LEI N.º 6.515, de 26 de dezembro de 1977.

Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.

Art. 22. Salvo decisão judicial, as prestações alimentícias, de qualquer natureza, serão corrigidas monetariamente na forma dos índices de atualização das Obrigações Rejustáveis do Tesouro Nacional - ORTN.

Parágrafo único. No caso do não pagamento das referidas prestações no vencimento, o devedor responderá, ainda, por custas e honorários de advogado apurados simultaneamente.

.....

LEI N. 8.177 - DE 1º DE MARÇO DE 1991

Estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências

.....

Art. 39. Os débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias assim definidas em lei, acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou cláusula contratual sofrerão juros de mora equivalentes à TRD acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento.

§ 1º Aos débitos trabalhistas constantes de condenação pela Justiça do Trabalho ou decorrentes dos acordos feitos em reclamatória trabalhista, quando não cumpridos nas condições homologadas ou constantes do termo de conciliação, serão acrescidos, nos juros de mora previstos no "caput", juros de um por cento ao mês, contados do ajuizamento da reclamatória e aplicados "pro rata die", ainda que não explicitados na sentença ou no termo de conciliação.

§ 2º Na hipótese de a data de vencimento das obrigações de que trata este artigo ser anterior a 1º de fevereiro de 1991, os juros de mora serão calculados pela composição entre a variação acumulada do BTN Fiscal no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e 31 janeiro de 1991, e a TRD acumulada entre 1º de fevereiro de 1991 e seu efetivo pagamento.

.....

LEI N. 6.899, DE 08 DE ABRIL DE 1981

Determina a aplicação da correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial, e dá outras providências.

.....

MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.510-23 - DE 11 DE ABRIL DE 1997

Dispõe sobre medidas complementares no Plano Real, e dá outras providências

.....

Art. 15. Permanecem em vigor as disposições legais relativas à correção monetária de débitos trabalhistas, de débitos resultantes de decisão judicial, de débitos relativos à ressarcimento em virtude de inadimplemento de obrigações contratuais e do passivo de empresas e instituições sob os regimes de concordata, falência, intervenção e liquidação extrajudicial.

.....

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Os projetos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

- Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 1998

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1998 (nº 4.181/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Anexo III da Lei nº 9.442, de 14 de março de 1997, que dispõe sobre a tabela de cálculo

da Gratificação de Condição Especial de Trabalho – GCET, tendo

Parecer favorável, sob nº 214, de 1998, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatör: Senador Ney Suassuna, com votos contrários dos Senadores Lauro Campos e Eduardo Suplicy.

A Presidência comunica ao Plenário que não foram oferecidas emendas à matéria, nos termos do art. 122 do Regimento Interno, perante a Comissão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 1998

(Nº 4.181/98, na Casa de Origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Altera o Anexo III da Lei nº 9.442, de 14 de março de 1997, que dispõe sobre a tabela de cálculo da Gratificação de Condição Especial de Trabalho – GCET.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Anexo III da Lei nº 9.442, de 14 de março de 1997, passa a vigorar:

I - na forma do Anexo I desta Lei, a partir de 1º de fevereiro de 1998;

II - na forma do Anexo II desta Lei, a partir de 1º de fevereiro de 1999.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(ANEXO I DA LEI N° , DE DE DE 1998).

ANEXO III:

I - OFICIAIS (FATOR MULTIPLICATIVO SOBRE O SOLDO DE ALMIRANTE-DE-ESQUADRA)

POSTO	FATOR
ALMIRANTE-DE-ESQUADRA, GENERAL DE EXÉRCITO E TENENTE-BRIGADEIRO	3,136
VICE-ALMIRANTE, GENERAL-DE-DIVISÃO E MAJOR-BRIGADEIRO	2,943
CONTRA-ALMIRANTE, GENERAL-DE-BRIGADA E BRIGADEIRO	2,755
CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA E CORONEL	2,284
CAPITÃO-DE-FRAGATA E TENENTE-CORONEL	2,118
CAPITÃO-DE-CORVETA E MAJOR	1,831
CAPITÃO-TENENTE E CAPITÃO	1,459
PRIMEIRO-TENENTE	1,292
SEGUNDO-TENENTE	1,138

II - PRAÇAS ESPECIAIS (FATOR MULTIPLICATIVO SOBRE O SOLDO DE GUARDA-MARINHA)

GRADUAÇÃO	FATOR
GUARDA-MARINHA E ASPIRANTE-A-OIFICIAL	1,613
ASPIRANTE E CADETE (ÚLTIMO ANO)	0,278
ASPIRANTE E CADETE (DEMAIS ANOS); ALUNO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA E ALUNO DE ÓRGÃO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA	0,252
ALUNO DO COLÉGIO NAVAL E DA ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES (ÚLTIMO ANO)	0,235
ALUNO DO COLÉGIO NAVAL E DA ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES (DEMAIS ANOS)	0,210
ALUNO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS	0,210
GRUMETE	0,210
APRENDIZ-MARINHEIRO E ALUNO DE ÓRGÃO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA RESERVA	0,171

III - PRAÇAS (FATOR MULTIPLICATIVO SOBRE O SOLDO DE GUARDA-MARINHA)

GRADUAÇÃO	FATOR
SUBOFICIAL E SUBTENENTE	1,613
PRIMEIRO-SARGENTO	1,356
SEGUNDO-SARGENTO	1,125
TERCEIRO-SARGENTO	0,945
CABO (ENGAJADO) E TAIFEIRO-MOR	0,612
TAIFEIRO-DE-PRIMEIRA-CLASSE	0,526
TAIFEIRO-DE-SEGUNDA-CLASSE	0,466
MARINHEIRO, SOLDADO FUZILEIRO NAVAL, SOLDADO DO EXÉRCITO E SOLDADO DE 1ª CLASSE (ESPECIALIZADOS, CURSADOS E ENGAJADOS), SOLDADO-CLARIM OU CORNETEIRO DE 1ª CLASSE E SOLDADO-PARAQUEDISTA (ENGAJADO)	0,381
MARINHEIRO, SOLDADO FUZILEIRO NAVAL E SOLDADO DE 1ª CLASSE (NÃO ESPECIALIZADOS), SOLDADO DO EXÉRCITO (ESPECIALIZADO) E SOLDADO-CLARIM OU CORNETEIRO DE 2ª CLASSE	0,351
SOLDADO DO EXÉRCITO E SOLDADO DE 2ª CLASSE (ENGAJADOS E NÃO ESPECIALIZADOS)	0,278
SOLDADO-CLARIM OU CORNETEIRO DE 3ª CLASSE	0,210

Observações:

- 1 - Valor do soldo de Almirante-de-Esquadra (Base para cálculo da GCET para os Oficiais) R\$ 618,00
- 2 - Valor do soldo de Guarda-Marinha (Base para cálculo da GCET para as praças R\$ 293,10

(ANEXO II DA LEI N° , DE DE 1998)

ANEXO III**I - OFICIAIS (FATOR MULTIPLICATIVO SOBRE O SOLDO DE ALMIRANTE-DE-ESQUADRA)**

POSTO	FATOR
ALMIRANTE-DE-ESQUADRA, GENERAL DE EXÉRCITO E TENENTE-BRIGADEIRO	4,072
VICE-ALMIRANTE, GENERAL-DE-DIVISÃO E MAJOR-BRIGADEIRO	3,822
CONTRA-ALMIRANTE, GENERAL-DE-BRIGADA E BRIGADEIRO	3,578
CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA E CORONEL	2,967
CAPITÃO-DE-FRAGATA E TENENTE-CORONEL	2,750
CAPITÃO-DE-CORVETA E MAJOR	2,378
CAPITÃO-TENENTE E CAPITÃO	1,894
PRIMEIRO-TENENTE	1,678
SEGUNDO-TENENTE	1,478

II - PRAÇAS ESPECIAIS (FATOR MULTIPLICATIVO SOBRE O SOLDO DE GUARDA-MARINHA)

GRADUAÇÃO	FATOR
GUARDA-MARINHA E ASPIRANTE-A-OIFICIAL	2,094
ASPIRANTE E CADETE (ÚLTIMO ANO)	0,361
ASPIRANTE E CADETE (DEMAIS ANOS), ALUNO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA E ALUNO DE ÓRGÃO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA	0,329
ALUNO DO COLÉGIO NAVAL E DA ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES (ÚLTIMO ANO)	0,306
ALUNO DO COLÉGIO NAVAL E DA ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES (DEMAIS ANOS)	0,272
ALUNO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS	0,272
GRUMETE	0,272
APRENDIZ-MARINHEIRO E ALUNO DE ÓRGÃO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA RESERVA	0,222

III - PRAÇAS (FATOR MULTIPLICATIVO SOBRE O SOLDO DE GUARDA-MARINHA)

GRADUAÇÃO	FATOR
SUBOFICIAL E SUBTENENTE	2,094
PRIMEIRO-SARGENTO	1,761
SEGUNDO-SARGENTO	1,461
TERCEIRO-SARGENTO	1,228
CABO (ENGAJADO) E TAIFEIRO-MOR	0,794
TAIFEIRO-DE-PRIMEIRA-CLASSE	0,683
TAIFEIRO-DE-SEGUNDA-CLASSE	0,606
MARINHEIRO, SOLDADO FUZILEIRO NAVAL, SOLDADO DO EXÉRCITO E SOLDADO DE 1º CLASSE (ESPECIALIZADOS, CURSADOS E ENGAJADOS), SOLDADO-CLARIM OU CORNETEIRO DE 1º CLASSE E SOLDADO-PARAQUEDISTA (ENGAJADO)	0,494
MARINHEIRO, SOLDADO FUZILEIRO NAVAL E SOLDADO DE 1º CLASSE (NÃO ESPECIALIZADOS), SOLDADO DO EXÉRCITO (ESPECIALIZADO) E SOLDADO-CLARIM OU CORNETEIRO DE 2º CLASSE	0,456
SOLDADO DO EXÉRCITO E SOLDADO DE 2º CLASSE (ENGAJADOS E NÃO ESPECIALIZADOS)	0,361
SOLDADO-CLARIM OU CORNETEIRO DE 3º CLASSE	0,272

Observações:

- 1 - Valor do soldo de Almirante-de-Esquadra (Base para cálculo da GCET para os Oficiais) R\$ 618,00
- 2 - Valor do soldo de Guarda-Marinha (Base para cálculo da GCET para as praças) R\$ 293,10

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 2:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39, DE 1998

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 274, de 1998 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 39, de 1998 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 211, de 1998, Relator: Senador João Rocha, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Lauro Campos), que autoriza o Estado de Goiás a elevar temporariamente, e em caráter excepcional, o limite de endividamento de que trata o inciso II do art. 4º da Resolução nº 69, de 1995, e a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil, mediante repasses de recursos do The Export-Import Bank of Japan, no valor de vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e três mil, cento e setenta e sete dólares e dois centavos, equivalentes a vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos, em 31 de dezembro de 1997.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão)

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 221, DE 1998

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 39, de 1998.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 39, de 1998, que autoriza o Estado de Goiás a elevar temporariamente, e em caráter excepcional, o limite de endividamento de que trata o inciso II do art. 4º da Resolução nº 69,

de 1995, do Senado Federal, e a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil, mediante repasses de recursos do The Export-Import Bank of Japan, no valor de US\$26,673,177.08 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e três mil, cento e setenta e sete dólares norte-americanos e oito centavos), equivalentes a R\$29.767.265,62 (vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), em 31 de dezembro de 1997.

Sala de Reuniões da Comissão, 7 de maio de 1998. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Geraldo Melo** – **Lúdio Coelho**.

ANEXO AO PARECER Nº 221, DE 1998

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1998

Autoriza o Estado de Goiás a elevar temporariamente, e em caráter excepcional, o limite de endividamento de que trata o inciso II do art. 4º da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, e a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil, mediante repasses de recursos do The Export-Import Bank of Japan – Eximbank Japan, no valor de US\$26,673,177.08 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e três mil, cento e setenta e sete dólares norte-americanos e oito centavos), equivalentes a R\$29.767.265,62 (vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), em 31 de dezembro de 1997.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Goiás autorizado a elevar temporariamente, e em caráter excepcional, o limite de endividamento de que trata o inciso II do art. 4º da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, e a contratar operação de financiamento à importação junto ao Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do The Export-Import Bank of Japan-Eximbank Japan, no valor de US\$26,673,177.08 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e três mil, cento e setenta e sete dólares norte-americanos e oito centavos), equivalentes a R\$29.767.265,62 (vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, d-

zentos e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), em 31 de dezembro de 1997.

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito destinam-se à aquisição de máquinas e equipamentos para a manutenção da malha rodoviária do Estado.

Art. 2º A operação de crédito referida no artigo anterior deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – credor: Banco do Brasil, mediante repasses de recursos do The Export-Import Bank of Japan – Eximbank Japan;

II – garantias: alienação fiduciária dos bens a adquirir e cessão de direitos relativos a cotas do Fundo de Participação dos Estados – FPE e de receitas do ICMS;

III – valor: US\$26,673,177.09 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e três mil, cento e setenta e sete dólares norte-americanos e oito centavos), equivalentes a R\$29.767.265,62 (vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reis e sessenta e dois centavos), em 31 de dezembro de 1997.

IV – encargos financeiros:

a) *juros*: de 0,4592% a.m. (quatro mil, quinhentos e noventa e dois décimos de miléssimos por cento ao mês), incluindo taxa de juros mais comissão de repasse de 2,60% a.a. (dois inteiros e sessenta centésimos por cento ao ano) e 4,00% a.a. (quatro por cento ao ano), respectivamente;

b) *atualização monetária*: variação cambial;

V – *comissão de compromisso*: até 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado;

VI – *vencimento*: 1º de abril de 2003;

VII – *liberação dos recursos*: em uma única parcela;

VIII – *condições de pagamento*:

a) *do principal*: amortização em dez prestações semestrais, sem carência;

b) *dos juros*: exííveis semestralmente, juntamente com o principal.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 3:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 32, DE 1996

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1997)

Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório), tendo

Parecer, sob nº 93, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, e pela prejudicialidade da Proposta da Emenda à Constituição nº 24, de 1997, que tramita em conjunto, com abstenção do Senador Josaphat Marinho.

Discussão, em conjunto, das propostas e da emenda, em primeiro turno.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP). Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer à Casa que esse projeto, de iniciativa de V. Exª e do Senador Pedro Simon, vem em um momento bastante importante, em face das dificuldades por que passa o País.

Nesta semana, recente matéria apresentada pela **Rede Globo** e por outros canais de televisão, mostrou a convocação dos conscritos para servirem às Forças Armadas no próximo ano. Constatou-se algo interessante: vários jovens na expectativa de serem convocados, quase apelando para tal. Isso é um sinal evidente de que, para muitos jovens, essa convocação é uma solução. Muitos adolescentes passam para a maioridade sem perspectiva de um futuro promissor. Nas Forças Armadas, terão lições

de cidadania, amor à Pátria, respeito à hierarquia e uma profissão.

Um número ínfimo é convocado, porque as Forças Armadas, hoje, com a redução dos seus orçamentos, não têm condições de oferecer a esses jovens orientação adequada no campo social. O serviço civil talvez possa suprir as necessidades daqueles que vestem a farda, que muitas vezes são impedidos de ingressarem por problemas religiosos e políticos. As mulheres que fazem o curso para oficial das Forças Armadas também poderiam servir, poderiam prestar serviços à sociedade, hoje tão carente de funcionários para atividades fim do Estado.

Faço, portanto, um apelo para que esse projeto seja aprovado, porque ele poderá, nesse momento importante, ajudar o Estado a minorar seus problemas, principalmente as regiões em que há o calamitoso estado da seca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Para discutir, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP). Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, as proposições de V. Ex^a e do Senador Pedro Simon tratam de matéria semelhante. O que se pretende é alterar o dispositivo constitucional que trata do serviço militar obrigatório – art. 143 da Constituição Federal. Não é objetivo dos autores tornar a prestação facultativa, mas, em verdade, ampliar as hipóteses de prestação do serviço civil alternativo compulsório. Esse, atualmente, restringe-se às mulheres, aos eclesiásticos e aos que, uma vez alistados, alegarem "imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximir de atividades de caráter essencialmente militar".

Ambas as propostas preconizam a extensão do serviço civil alternativo aos que não sejam incorporados ao serviço militar. Em outras palavras, busca-se atribuir ao chamado "excesso de contingente" ou ao conjunto dos dispensados por "insuficiência física temporária" – ou por qualquer outra motivação – a obrigação de, na forma da lei, auxiliar a sociedade por meio da prestação de serviços em asilos, hospitais, creches, orfanatos, escolas ou outras instituições similares.

É certo que o PT, durante a Constituinte, defendeu a natureza facultativa do serviço militar. Materia vencida, não se pode negar que a inovação

funcionaria como uma válvula de escape para o grave problema do desemprego no segmento da juventude, em busca da primeira ocupação. Ademais, mantém-se a possibilidade de recusa, como já dito, por "imperativo de consciência". Parece-nos que esse tipo de prestação fortalece os laços de solidariedade dos jovens com seus semelhantes, afastando-os de posturas hedonistas e niilistas.

Importa ainda considerar que a proposta que conta preferência regimental (PEC nº 32/96) retira das Forças Armadas a prerrogativa de indicar qual o serviço civil a ser prestado, o que deve ser definido em lei.

A experiência alemã na aplicação dessa política tem sido considerada altamente satisfatória por aquela sociedade.

Em face do exposto, recomendamos a aprovação da matéria, inclusive a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Assim, apoiamos a iniciativa tanto do Senador Antonio Carlos Magalhães quanto do Senador Pedro Simon.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão em primeiro turno.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 13 para votação em primeiro turno.

O item 4 tramita em conjunto com o item 3.

É o seguinte o item que tramita em conjunto com o item 3:

– Item 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 1997

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1996)

Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1997, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera o art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 5:

Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1997, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera o § 2º do art. 72 do Ato das Disposições Cons-

titucionais Transitórias (cálculo do Fundo Social de Emergência), tendo

Parecer sob nº 787, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável, com Emenda nº 1-CCJ (subsstitutivo), que oferece, com abstenção do Senador Pedro Simon.

Na sessão deliberativa ordinária de ontem, foi apresentada a Emenda nº 2, de Plenário.

Transcorre hoje o quarto dia de discussão em primeiro turno. Assim, coloco em discussão, em conjunto, a proposta, o substitutivo e a emenda.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão da matéria terá prosseguimento na sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 12.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Item 6:

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Melo, que dá nova redação ao inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal (aplicação do ICMS), tendo

Parecer favorável, sob nº 205, de 1998, de Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Esperidião Amin.

Transcorre hoje o terceiro dia de discussão em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A discussão terá prosseguimento na sessão deliberativa ordinária de terça-feira, dia 12.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 33, de 1998 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 190, de 1998, Relator: Senador Vilson Kleinübing), que autoriza o Estado do Paraná a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná – LFTPR, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1998.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33, DE 1998

Autoriza o Estado do Paraná a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná – LFTPR, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1998.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Paraná autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná – LFTPR, cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1998.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, deduzida parcela de dois por cento;

b) modalidade: nominativa-transferível;

c) rendimento: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro LFT, criadas pelo Decreto Lei nº 2.376, de 25-11-87;

d) prazo: até cinco anos;

e) valor nominat. R\$1,00

f) características dos títulos a serem substituídos:

SELIC

Título	Vencimento	Quantidade
611461	15-3-1998	39.110.743.211

g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

SELIC

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
16-3-1998	15-3-2002	611460	16-3-1998

h) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos de Resolução nº 565, de 20-9-79, do Banco Central;

i) autorização legislativa: Lei nº 12.100, de 24-3-98.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º O Estado do Paraná encaminhará ao Senado Federal, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta Resolução, bem como a cadeia de emissões desde a origem da dívida.

Art. 3º O Banco Central encaminhará ao Senado Federal, até o décimo dia de cada mês, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda, em todas modalidades, dos títulos emitidos com base nesta Resolução, efetuados no mês anterior, até a efetivação da venda definitiva.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de duzentos e setenta dias contados a partir da sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– **Item 8:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 235, de 1998, do Senador Geraldo Melo, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 6 e 11, de 1998, por versarem sobre a situação funcional de servidores de empresas públicas federais.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr*s. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Tendo sido aprovado, o requerimento, as Propostas de Emenda à Constituição nºs 6 e 11, de 1998, passam a tramitar em conjunto, retornando ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– **Item 9:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 240, de 1998, do Senador Sebastião Rocha, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 1998-Com-

plementar, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Pará e Amapá – RI-PAMA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

As Sr*s. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 85, de 1998-Complementar, vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Antes de encerrar o último item da Ordem do Dia, solicito aos Srs. Senadores que ainda não marcaram a sua presença que o façam.

– **Item 10:**

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Requerimento nº 88, de 1997, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a realização de um Seminário Nacional com o objetivo de debater questões relativas à privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

A Presidência, em atendimento ao Ofício nº 10, de 1998, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, declara prejudicado o Requerimento nº 88, de 1997, nos termos do art. 334, "a", do Regimento Interno.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na semana passada encaminhei um ofício a V. Ex* anexando cópia de ofício ao Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o não-cumprimento de legislação aprovada pelo Congresso e sancionada por Sua Excelência em 10 de dezembro último.

Sua Excelência deveria editar os atos que regulamentam o Projeto de Renda Mínima associado à educação num prazo de sessenta dias, mas, passados cento e quarenta e sete dias, isso ainda não ocorreu.

Ainda ontem, o Senador Lúcio Alcântara, Relator da matéria, fez um apelo para que logo fosse regulamentado e colocado em prática o Projeto de Renda Mínima associado à educação. Em que pese tão restrita a fórmula do benefício, se ela já tivesse sido regulamentada, o Governo, juntamente com os Municípios do Nordeste do Brasil, sobretudo os mais pobres, já estaria em condição de implementá-la.

Como na semana passada, obviamente, V. Ex^a estava envolvido numa situação tão difícil como foi a perda do seu filho, não insisti no assunto. No entanto, agradeceria se V. Ex^a pudesse lembrar o Presidente do cumprimento da lei que sancionou. Por esta razão, volto a levantar o tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em atenção a V. Ex^a, peguei o ofício para tratar do assunto pessoalmente com o Senhor Presidente da República, o que espero fazer amanhã.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) –

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 222, DE 1998

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício "S" nº 33 de 1998 (Ofício Presi nº 1.059 de 23-4-98, na origem), do Sr. Presidente do Banco Central do Brasil encaminhando solicitação do Governo do Estado da Bahia para alteração no limite de comprometimento da receita líquida real para pagamento de dívida, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados no valor de R\$959.662.780,99.

Relator: Senador Jonas Pinheiro

I – Relatório

Vem a esta Casa ofício do senhor Presidente do Banco Central do Brasil encaminhando solicitação do Governo do Estado da Bahia pleiteando alteração no limite de comprometimento da receita líquida real para pagamento de dívida, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

A origem do supracitado pleito está no fato de que, segundo entendimento do Governo do Estado da Bahia, o limite fixado na Resolução do Senado Federal nº 131/97, de 10-12-97, não está condizente

do com a real capacidade econômica do Estado, assim como com as negociações acordadas entre as partes (Governo Federal e Governo Estadual).

Deste modo, buscando adequar o Contrato de Refinanciamento com as condições econômicas efetivas, propõe-se termo aditivo ao contrato, em que o percentual de comprometimento de Receita Líquida Real a ser utilizado durante os anos de 1997, 1998 e 1999 passa a ser de 11,5%, 12% e 12,5%, respectivamente.

Entretanto, faz-se necessário alterar Resolução do Senado Federal, visto que a Resolução nº 131/97, estabeleceu na alínea e do art. 2º o percentual de comprometimento de 13% da Receita Líquida Real.

Deve-se ressaltar que o refinanciamento está no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e que a alteração proposta não modifica substancialmente o acordo autorizado pela Resolução nº 131 supra, vindo, inclusive, a propiciar redução do valor refinaciado.

O pleito está submetido aos termos da Resolução nº 69/95, que dispõe sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas autarquias, inclusive o lançamento de títulos da dívida pública.

O Banco Central do Brasil pronunciou-se sobre a operação através do Parecer DediP/Diare-98/0399 de 20-4-98, no qual analisa as condições do contrato, manifestando-se favoravelmente.

É o relatório.

II – Voto

O Governo do Estado da Bahia propõe termo aditivo ao contrato firmado com a União nos termos do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado.

A finalidade do termo aditivo proposto é adequar as condições de pagamento do contrato, às possibilidades efetivas do estado da Bahia, acarretando, inclusive, para a União a redução do valor refinaciado.

Concluindo, pois, que se encontram atendidas as condições estabelecidas na Resolução nº 69/95, sou de parecer favorável ao atendimento do pleito do Governo do Estado da Bahia, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 1998

Altera a Resolução nº 131/97, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de refinanciamento de dívida do Estado, consubstanciada no contrato de con-

fissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 1º de dezembro de 1997, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$959.662.780,99.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º As alíneas b, e e, do art. 2º, da Resolução do Senado Federal nº 131, de 10-12-97, passam a vigorar com a seguinte redação:

"b) encargos:

- juros 6% a.a. (seis por cento ao ano);
- *atualização do saldo devedor*: mensalmente pela variação positiva do IGP – DI.

e) condições de pagamento:

– *amortização – extraordinária*: para efeito de pagamento extraordinário de principal e encargos de refinanciamento, o Estado promoverá amortização equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da dívida mobiliária, no valor de R\$150.637.435,11 (cento e cinqüenta milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e onze centavos), com recursos provenientes da alienação do Baneb;

– *amortização*: em parcelas mensais, pela Tabela Price, limitadas a 1/12 (um doze avos) de 11,5% (onze e meio por cento), 12% (doze por cento) e 12,5% (doze e meio por cento), respectivamente em 1997, 1998 e 1999, da Receita Líquida Real do Estado."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de maio de 1998. – **Bello Parga**, Presidente eventual – **Jonas Pinheiro**, Relator – **Elcio Alvares** – **Pedro Piva** – **Leonel Paiva** – **Gerson Camata** – **Joel de Hollanda** – **Vilson Kleinübing** – **Sérgio Machado** – **Osmar Dias** – **Lúcio Alcântara** – **Pedro Simon** – **Casildo Maldaner** – **Esperidião Amin**.

PARECER Nº 223, DE 1998

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício "S" nº 34, de 1998 (Ofício Presi nº 1.060, de 23-4-98, na origem), do Sr. Presidente do Banco Central do Brasil encaminhando solicitação do Governo do Estado da Bahia visando à autorização para operação de crédito interno, tendo em vista a privatização do

Banco do Estado da Bahia S. A., – BANEB e para a transformação do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S. A. – DESENBANCO em agência de fomento, no valor de um bilhão e trezentos e cinqüenta e três milhões de reais.

Relator: Senador Jonas Pinheiro

I – Relatório

Vem a esta Casa ofício do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil encaminhando solicitação do Governo do Estado da Bahia para realização de operação de crédito interno, com base em contrato firmado entre a União, o Estado da Bahia, o Banco do Estado da Bahia S. A. – BANEB e o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S. A. – DESENBANCO, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.612-21, de 5-3-98, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, ao amparo dos citados normativos, no valor de R\$1.353.000.000,00 (hum bilhão, trezentos e cinqüenta e três milhões de reais).

Cabe ressaltar que a operação em pauta foi autorizada pelo Senado Federal no valor de R\$1.252.000.000,00 (hum bilhão, duzentos e cinqüenta e dois milhões de reais), com fundamento na Resolução do Senado Federal nº 131, de 10-12-97. Entretanto, quando da elaboração do contrato específico entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia, a União comprometeu-se a financiar os ajustes prévios para a privatização do Baneb e para a transformação do Desenbanco em agência de fomento, com o valor ajustado à finalidade do referido instrumento, nos termos da Medida Provisória nº 1.612-21/98.

O processo encontra-se adequadamente instruído, de acordo com as exigências do art. 13 da Resolução do Senado Federal nº 69/95.

O Banco Central do Brasil pronunciou-se favoravelmente sobre a operação, através do Parecer DEDIP/DIARE-98/0403, de 20-4-98, no qual analisa as condições para a realização da mesma, ampliando os limites do valor a ser liberado pela União, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 131/97, no montante de R\$101.000.000,00 (cento e um milhões de reais).

Para efeito de comprovação dos gastos com a remuneração dos membros do Poder Legislativo local, com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com pessoal, conforme estabelecem os arts. 29 e 212 da Constituição Federal, o então vigente art. 38 da ADCT e a Lei Complementar nº 82, de 27-3-95, bem como o pleno exercício da competência tributá-

ria, relativamente ao exercício de 1997, o Governo do Estado da Bahia apresentou certidão do Tribunal de Contas do Estado.

Ressalte-se também que, com relação à exigência contida na Resolução nº 117, de 21-11-97, do Senado Federal, conforme despacho publicado no *Diário de Justiça*, o Supremo Tribunal Federal deferiu o pedido de medida cautelar, para suspender, com eficácia *ex nunc*, a execução e aplicabilidade do mencionado normativo.

Ademais, o Estado encontra-se cadastrado como adimplente junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme consulta efetuada ao Cadip.

Como último considerando, deve-se fazer menção ao fato de que o Estado da Bahia, devido a sua gestão financeira extremamente rígida, encontra-se entre os melhores Estados do País, no que diz respeito à questão fiscal.

É o relatório.

II – Voto

O Governo do Estado da Bahia vem se caracterizando por adequado controle de sua dívida mobiliária, bem como pelo bom desempenho de seus indicadores de finanças públicas, tendo, igualmente, respeitado as disposições do Senado Federal, contidas na Resolução nº 69, de 1995, as quais têm sido rigorosamente obedecidas pelo Estado, dentro da política geral de controle do endividamento do setor público.

Concluindo, pois, que se encontram atendidas as condições estabelecidas na Resolução nº 69/95, sou de parecer favorável ao atendimento do pleito do Governo do Estado da Bahia, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 43, DE 1998

Altera a Resolução nº 131/97, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de refinanciamento de dívida do Estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 1º de dezembro de 1997, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado, no valor de R\$1.353.000.000,00.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Altera o disposto no caput do art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 131/97, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de financiamento junto à União, no valor de R\$1.353.000.000,00 (hum bilhão, trezentos e cinqüenta e três milhões de reais), posição em 31 de outubro de 1997."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de maio de 1998. – **Bello Parga**, Presidente eventual – **Jonas Pinheiro**, Relator – **Vilson Kleinübing** – **Esperidião Amin** – **Leônidas Paiva** – **Lúcio Alcântara** – **Elcio Alvares** – **Gerson Camata** – **Pedro Piva** – **Pedro Simon** – **Osmar Dias** – **Casildo Maldaner** – **Sérgio Machado** – **Joel de Hollanda**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os pareceres lidos vão à publicação.

A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Resolução de nºs. 42 e 43, de 1998, resultantes dos pareceres lidos, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, domingo passado, a *Folha de S. Paulo* publicou uma reportagem que considero da mais alta relevância e motivo de atenção do Senado da República, das autoridades e da sociedade, chamada "Sexo, aborto e AIDS explodem entre jovens" e assinada pelo jornalista Gilberto Dimenstein e pela repórter Priscila Lambert.

Vou fazer uma síntese dessa matéria para a Casa, porque ela traz dados que são merecedores da reflexão que pretendo fazer.

Diz a matéria que a sexualidade precoce do brasileiro está provocando o aumento de gravidez, aborto e AIDS entre adolescentes de dez a dezenove anos. Segundo uma estimativa do Ministério da Saúde, cerca de um milhão de adolescentes ficaram grávidas no ano passado. Outro dado alarmante é que uma em cada três jovens de dezenove anos já é mãe ou está grávida do primeiro filho. E metade desses filhos é de seres indesejados pelas mães.

Prossegue a reportagem em questão: A gravidez cresce rapidamente na faixa mais jovem. Em 1993, foram registrados, apenas nos hospitais ligados aos SUS (Sistema Único de Saúde), 26.505 partos de adolescentes entre dez e catorze anos. Repito o número: 26.505 partos de adolescentes entre dez e catorze anos, apenas no SUS, fora os que são feitos, digamos, de modo clandestino. Três anos depois, esse número já era 31.911, ou seja, praticamente 32.000 adolescentes, entre dez e quatorze anos, tiveram partos em 1996, representando um crescimento de 17%.

Dos quinze aos dezenove anos, esse número pulou, no mesmo período, de 611.000 para 675.839, ou seja, quase um milhão de jovens mulheres com partos.

Portanto, são dados relativos às faixas etárias de dez a quatorze anos e de quinze a dezenove anos.

Os registros de AIDS em adolescentes por contágio sexual, no Brasil, cresceram, de 1990 a 1996, cerca de 200%, passando de 47 para 141. Esses números se referem apenas a adolescentes heterossexuais, reflexo da sexualidade precoce combinada à ausência de prevenção. Os homossexuais e os drogados lideravam, com folga, a lista das principais vítimas da AIDS na adolescência. A principal categoria entre pessoas de quinze a vinte anos é de heterossexuais, ou seja, o maior número da presença de AIDS em jovens já está entre os heterossexuais.

O aumento dos casos de AIDS entre adolescentes é, na verdade, um problema mundial, tanto que o foco da campanha anti-AIDS deste ano da Unaid, setor da Organização das Nações Unidas que trabalha com a AIDS, são os jovens.

Segundo a ONU, das 30 milhões de pessoas vivas já infectadas pelo vírus da AIDS no mundo, pelo menos um terço está incluído entre as pessoas de 10 a 24 anos. Portanto é uma incidência alarmante nos jovens.

As meninas de classe média optam pelo aborto – agora é o caso brasileiro. Nove em cada dez adolescentes de classe média e alta querem o aborto para não atrapalhar a carreira, diz uma entrevistada na matéria, Rosa Maria Ruocco. Nove entre dez adolescentes preferem o aborto.

Conseqüência natural do aumento da gravidez é a elevação do aborto em 1997. Apenas nos hospitais do SUS, foram recebidas 241 mil adolescentes que fizeram abortos malfeitos e se submeteram a curetagem. Em 1993, essa taxa era expressivamente menor, 58.274.

Vejam agora, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, alguns dados sobre a gravidez na adolescên-

cia no Brasil, retirados dessa importante matéria publicada na Folha de S.Paulo no domingo passado.

Dezoito por cento das adolescentes de quinze a dezenove anos ficaram grávidas pelo menos uma vez. Uma em cada três mulheres de 19 anos já é mãe ou está grávida do primeiro filho. Esse dado é alarmante: uma em cada três mulheres de dezenove anos já é mãe ou está grávida do primeiro filho; uma em dez mulheres de quinze a dezenove anos já tem dois filhos. Outro dado: 49,1% – quase a metade – desses filhos eram indesejados. Vinte por cento das adolescentes residentes na zona rural têm pelo menos um filho; 13% das adolescentes residentes na área urbana têm pelo menos um filho; 54% das adolescentes sem escolaridade já ficaram grávidas – repito: 54% das adolescentes sem escolaridade já ficaram grávidas –; 6,4% de meninas com mais de 9 anos de escolaridade já são mães ou estão grávidas do primeiro filho; 20% das adolescentes da Região Nordeste têm pelo menos um filho; 9% das adolescentes da Região Centro-Oeste têm pelo menos um filho.

Srs. Senadoras e Srs. Senadores, vejamos esses dados e busquemos compreendê-los, não num breve discurso, mas na complexidade do tema que está colocado na questão da sexualidade precoce no Brasil e no mundo.

A sexualidade precoce, em primeiro lugar, é filha de uma conquista do ser humano do século XX: a desrepressão do corpo, a eliminação de uma série de tabus que, ao longo dos anos, tanto massacram principalmente as mulheres. E aquilo que foi uma tese de certa forma renovadora e importante obriga-nos, agora, a uma reflexão profunda sobre isso. A experiência da liberação sexual já está feita há pelo menos 25 anos no mundo. A assunção da mulher do seu corpo, igualmente. A pílula existe desde os anos 60. E foi a presença da pílula que permitiu o ato sexual fora da relação do casamento, sem o risco da maternidade ou da paternidade.

Tudo isso, como um macroprocesso social que envolve questões morais, questões religiosas, questões jurídicas e questões políticas, caminha na sociedade. E caminha na sociedade de um modo crescente, até na medida em que os meios de comunicação se utilizam desses elementos na elaboração de seus programas.

A matéria em questão analisa, com muita perciência, a influência de algumas figuras importantes no multimídia show como provocadores precoses da sensualidade na infância. Mostra também a matéria – seria longo examiná-la aqui, mas eu a sintetizo – o quanto alguns professores, quase que de-

sesperadamente, nas escolas, buscam levar às crianças uma influência paralela à das mídias no sentido de uma orientação sexual clara e definida, como deve ser.

Porém, é inofismável que existe um processo descontrolado na sociedade. Ele está descontrolado quanto à precocidade do ato sexual; ele está descontrolado quanto às contingências da atividade sexual fora da plenitude sexual da mulher, e ele está descontrolado quanto à presença da AIDS de modo crescente, principalmente entre jovens e adolescentes.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) –
Pois não, Senador.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Os dados que V. Ex^a traz a esta Casa são estarrecedores e nos levam à reflexão, pois nos mostram que, embora tenha havido o advento da pílula, ela ainda não está sendo usada como elemento libertador. Até porque não teríamos esse número tão elevado de gravidezes entre adolescentes de dez a doze anos se estivesse. Isso me leva a crer, Senador, que, se não tivermos uma educação sexual séria inserida nos currículos escolares – e por que também não em toda a comunidade, por intermédio de associações –, vamos continuar com essa taxa elevada e com os mesmos problemas, que são graves. Saúdo V. Ex^a por nos trazer um problema sério como esse, que terá reflexos no nosso País hoje e no futuro, e que precisa ser olhado com muita seriedade. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) –
Obrigado, Senador, pelo aparte de V. Ex^a que, como educador, sabe da importância da matéria.

Está posta, portanto, esta questão: até que ponto o processo educativo, na relativa limitação da sala de aula, é suficiente para se apor a um processo macro, que vem pelos meios de comunicação, descontrolado?

E ela coloca também, para todos nós, uma reflexão que está por cima de Partidos políticos, de questões diretas ou indiretas de governo ou não governo. Isso envolve a sociedade como um todo; não é um problema exclusivamente de Governo – é também. Isso envolve uma reflexão muito profunda dos responsáveis pelos meios de comunicação social. Isso tem a ver, enfim, com toda uma visão da sociedade que estamos a criar na era da globalização.

Quais são os valores em torno dos quais buscamos uma civilização? Quais são os valores em torno dos quais se consegue um avanço no campo existencial, sem dúvida importante? E, paralelamente

te a esse avanço, ocorrem fenômenos como esse, que, de repente, até parecem dar razão às vozes conservadoras, que, à época, se colocavam contra todo esse avanço, tal a quantidade de dor que acompanha crianças infectadas precocemente de AIDS, jovens envolvidas diretamente na precocidade sexual. Não que haja algo de errado biologicamente na precocidade sexual, mas sim em jovens envolvidas na precocidade sexual sem a condição cultural, sem a condição social, sem a condição educativa para este ato, que é um ato livre do ser humano, generoso e lindo na sua natureza, porém, organizado dessa forma, transformado, muitas vezes, em mercadoria, transformado em atração de programa de televisão, apropriado pelo sistema, digamos assim, que tem na sensualidade um de seus ícones vendedores dominantes; acaba por se tornar um ato perigosamente lesivo contra a vida. Qual é o destino desses 50% de crianças nascidas de adolescentes de gravidez indesejada? Quais são os reflexos, do ponto de vista psicológico, para crianças rejeitadas desde o útero? Hoje a Medicina estuda essas consequências, que enveredam por aspectos extremamente graves ligados a um crescimento com formas esquizofrênicas, a um crescimento com formas patológicas sociais. Por que – podemos também pensar e arguir – há tanta criminalidade entre adolescentes? Possivelmente porque lá atrás, na infância, está a ausência de uma criação com o amor, com o desejo do verdadeiro sentido da maternidade e da família, que é o da formação do indivíduo para que ele possa estar apto a um exercício livre, belo, e, se possível, feliz na sua vida privada e na sua vida coletiva. Esses são valores!

Portanto, Srs. e Srs. Senadores, não está sonhando, não é nefelibata aquele que prega a necessidade de incorporação de valores de vida a um processo civilizatório. Isso não é uma linguagem esotérica, de poetas, como quando se coloca a palavra entre parênteses para significar que se trata de citação de pessoas alheias à realidade – injustiça aliás muito grave aos poetas, porque os poetas são os profetas da verdade, e a etimologia da palavra vate há muito tempo já quer dizer aquele que vaticina, aquele que vê adiante. Vate é o que vaticina. Não é. Isso é um assunto concreto da política, do dia-a-dia, da organização da vitalidade e da saúde física e mental de toda uma coletividade.

Por essa razão, alerto o Senado, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, para a importância dessa matéria. Ela tem uma importância muito grande, não podendo passar na velocidade de vinte e quatro horas de duração de um jornal ou na

quantidade de matérias com que os jornais nos entopem aos domingos – parcos de notícias, começam a circular aos sábados. Essa é uma matéria muito importante pelo alerta e pelos dados aparentemente esparsos, mas que, juntos, estarrecem diante do tamanho do problema. Ela precisa, portanto, ser mediada por nós – quando digo nós, refiro-me ao Senado, às autoridades governamentais e à sociedade.

Há muita matéria na vida de um país que não se prende exclusivamente à ação do Estado. Nós, no Brasil, por nossa tradição de formação colonialista, temos sempre a idéia de que tudo decorre, depende e dependerá do Estado. Essa é a idéia do Estado onipotente, presente até naqueles que não querem o Estado onipresente e onipotente. Temos da formação brasileira a idéia de que é da centralização para a descentralização que acontecem os fenômenos e que se dão as transformações. Acredito que isso se dá, sim, na área da economia, dos investimentos de infra-estrutura, nas linhas gerais do desenvolvimento do País; não, porém, em matérias que têm a ver com o Estado, com a sociedade, com o processo educacional, com a estruturação da organização familiar do País, com o conjunto de valores de vida que deve impregnar a presença do homem e da mulher na sociedade. O Brasil apresenta dados estardecedores nessa matéria. Ao final da mesma, o jornalista Gilberto Dimenstein faz uma espécie de artigo síntese – não editorial – do qual retiro para meditação dos Srs. Senadores alguns trechos que se referem à matéria já citada por mim, mas que no artigo do referido jornalista está de modo muito claro, sob um título muito bonito: "A Gravidez dos Indefesos".

"Aos 12 anos ficou grávida. Não queria ter um filho, abandonar os estudos. Mas aceitou, resignada, a maternidade. Preferiu não abortar.

Antes que acabasse a adolescência, soube que estava com Aids. Queria morrer, recusou os remédios, preferiu deixar crescer os abcessos que já tomavam seu corpo. Mas acabou aceitando o tratamento, convencida pelo marido também contaminado pelo vírus da Aids quando ainda era adolescente.

Na semana passada, ela estava internada no Hospital das Clínicas, em São Paulo. A vida fez dela mãe de uma criança de 5 anos de idade e uma sigla L.A. F.

Essa sigla revela um abcesso que está crescendo em silêncio no Brasil, um dos mais graves reflexos da selvageria social".

"Dados oficiais mostram que, enquanto despenca o crescimento populacional, aumenta explosivamente o número de partos entre crianças e adolescentes.

Em 1993, eram 26.505 partos na faixa dos 10 aos 14 anos; em 1996, 31.911, numa evolução de 20%. Note: em apenas em três anos.

Essa tendência, embora em menor intensidade, ocorre na faixa dos 15 aos 19 anos. Em 1996, eram 675 mil contra 611 mil em 93.

São números subestimados, registram só os dados do SUS (Sistema Único de Saúde). Nas favelas e bairros periféricos, ainda atuam parteiras em larga escala, sem qualquer condição de higiene".

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTUR DA TAVOLA (PSDB – RJ) – Ouço o nobre Senador Lúcio Alcântara, com muito prazer.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Ressalto a importância do tema de que V. Ex^a está tratando. Li também essa matéria do jornalista Gilberto Dimenstein, na Folha de S. Paulo. O problema é tão mais grave na medida em que a gravidez e o parto na adolescente, na criança – porque aos doze anos ainda se é criança – é geralmente de risco, até pela formação da bacia, pelo desconhecimento que a criança e o adolescente têm da própria concepção e da gravidez. Portanto, é risco para mãe e risco para o feto. Isso para não falar em consequências outras, como a falta de assistência à criança. V. Ex^a, em seu pronunciamento, na leitura que está fazendo, mostra que há acúmulo de problemas não só sobre L.A. F, mas, na verdade, sobre grande número de adolescentes, de crianças brasileiras. Elas iniciam a atividade sexual precocemente, mas ignoram as consequências, os cuidados, as cautelas. No caso citado por V. Ex^a, a jovem contraiu Aids. Da mesma forma, o pai da criança, o marido, contraiu também a doença. Há, portanto, uma confluência de fatores que realmente demonstram a existência de uma tragédia personificada nessa criança, nessa adolescente. Na realidade, um grande número de meninas estão padecendo desses problemas. O Senado até já contribuiu, quando aprovou o projeto que dispõe sobre planejamento familiar. Nesse projeto, há um componente de esclarecimento, um componente educativo, um componente de prevenção desses problemas. Por essa e outras razões, o Brasil tem péssimos dados em matéria de mortalidade materna. V. Ex^a deve ter visto, há pouco tempo, na proposta do Dia Mundial da Saúde, a divulgação de dados segundo os

quais o Brasil está numa situação extremamente desvantajosa em relação à mortalidade materna, quer dizer, mortalidade durante a gestação, parto ou no puerpério imediato. Gostaria apenas de congratular-me com V. Ex^a, nesta oportunidade em que trata de um tema de grande alcance social. V. Ex^a, com a sua sensibilidade e com essa forma muito humana de abordar os problemas, traz para o Senado um assunto de grande relevância. Acrescento esses elementos para permitir que V. Ex^a possa continuar a desenvolver, com o brilho de sempre, o assunto de que se ocupa hoje pela manhã.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) –
Muito obrigado, Senador Lúcio Alcântara. V. Ex^a, com o seu conhecimento não só de médico, como também de político experimentado, enriquece a minha fala. V. Ex^a conhece o problema na sua verdadeira latitude e dramaticidade.

V. Ex^a disse muito bem: não se trata do caso citado, que é importante como um exemplo, mas sim da quantidade de mães adolescentes. Sabe-se que 18% das adolescentes com idade entre 15 e 19 anos já ficaram grávidas pelo menos uma vez. No Brasil, uma em cada três mulheres de 19 anos já é mãe ou está grávida do primeiro filho, e uma em cada dez mulheres de 15 a 19 anos já tem dois filhos. Sabe-se também que 20% das adolescentes residentes na zona rural têm, pelo menos, um filho. Isso ocorre na zona rural, onde há menos condições de proteção, de auxílio, de ensinamento.

Sigo fazendo a leitura do iluminado artigo do jornalista Gilberto Dimenstein. Não sou uma pessoa de elogios fáceis e nem de elogios de tribuna, mas, realmente, esse jornalista toca numa matéria de alta importância.

"Seguindo o rastro dessas estatísticas, descobrimos uma teia de massacres, sintetizados no anonimato da sigla L.A.F."

A origem está na vida sexual cada vez mais precoce, estimulada, em boa parte, pelo bombardeio erótico dos meios de comunicação, transformando tipos como Carla Perez em ídolos infantis.

"Estou em pânico, especialmente porque não vejo quase ninguém em pânico", diz o infectologista David Uip, diretor da Casa da AIDS, em São Paulo.

O vírus da AIDS ataca cada vez mais crianças e adolescentes."

Adiante, o artigo, que será publicado na íntegra no Diário do Congresso, diz o seguinte:

"Temos armada uma bomba. Não apenas o sexo começa mais cedo como só uma minoria toma cuidados, num país com 2 milhões de contaminados pelo vírus", acrescenta David Uip.

Cresce o registro das doenças sexualmente transmissíveis, nessa faixa etária. Entre elas, o HPV, conhecido como "crista-de-galo", com risco de câncer.

Doença sexualmente transmissível não respeita classe social", afirma chefe do ambulatório de obstetrícia de pré-natal do Hospital das Clínicas, Rosa Maria Ruocco. Ela também tem consultório particular, onde atende classe média e alta.

É, em suma, um massacre provocado essencialmente pelo descaso público."

Ao final do artigo, diz Gilberto Dimenstein:

"É impossível construir uma nação socialmente menos estúpida com 1 milhão de crianças e adolescentes grávidas todos os anos."

Fiquem essas observações e esses alertas. Isso não se resolve com repressão e de forma alguma, senão com consciência, a qual deve permear os órgãos públicos, a mídia eletrônica, os modelos de desenvolvimento e de busca de notoriedade a qualquer preço.

Em suma, há uma escala de valores. Quais são os valores civilizatórios em torno dos quais queremos construir uma sociedade moderna? Aqueles que nos impõem a selvageria do consumo? Aqueles que nos impõem a selvageria de uma competição cada vez mais deplorável na mídia em horários adolescentes? Aqueles que nos impõem a erotização precoce como forma de venda de produtos? Aqueles que decorrem das falências múltiplas do processo educacional brasileiro? Todos eles, Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores. Devemos ter consciência de que esse inimigo silencioso é muito mais potente do que parece.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, pela atenção.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ARTUR DA TÁVOLA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

A GRAVIDEZ DOS INDEFESOS

Aos 12 anos, ficou grávida. Não queria ter um filho, abandonar os estudos. Mas aceitou, resignada, a maternidade. Preferiu não abortar.

Antes que acabasse a adolescência, soube que estava com Aids. Queria morrer, recusou os remédios, preferiu deixar crescer os abcessos que já tomavam seu corpo. Mas acabou aceitando o tratamento, convencida pelo marido, também contaminado pelo vírus da Aids quando ainda era adolescente.

Na semana passada, ela estava internada no Hospital das Clínicas, em São Paulo. A vida fez dela mãe de uma criança de 5 anos de idade e uma sigla L.A.F.

Essa sigla revela um abcesso que está crescendo em silêncio no Brasil, um dos mais graves reflexos da selvageria social.

Dados oficiais mostram que, enquanto despenca o crescimento populacional, aumenta explosivamente o número de partos entre crianças e adolescentes.

Em 1993, eram 26.505 partos na faixa dos 10 aos 14 anos; em 1996, 31.911, numa evolução de 20% Note em apenas três anos.

Essa tendência, embora em menor intensidade, ocorre na faixa dos 15 aos 19 anos. Em 1996, eram 675 mil contra 611 mil em 1993.

São números subestimados, registram só os dados do SUS (Sistema Único de Saúde). Nas favelas e bairros periféricos, ainda atuam parteiras em larga escala sem qualquer condição de higiene.

O Ministério da Saúde estima que o País tinha no ano passado quase 1 milhão de gestantes entre 10 e 19 anos.

Conseqüência previsível: uma avalanche ainda maior de abortos, muitos deles realizados nas piores condições possíveis. Só no SUS chegaram no ano passado 241 mil crianças e adolescentes vítimas de abortos.

Segundo o rastro dessas estatísticas, descobrimos uma teia de massacres, sintetizados no anonimato da sigla L.A.F.

A origem está na vida sexual cada vez mais precoce, estimulada, em boa parte, pelo bombardeio erótico dos meios de comunicação, transformando tipos como Carla Peres em ídolos infantis.

"Estou em pânico especialmente porque não vejo quase ninguém em pânico", diz o infectologista David Uip, diretor da Casa da Aids, em São Paulo.

O vírus da Aids ataca cada vez mais crianças e adolescentes.

Pesquisas revelam que, na maioria das vezes, crianças e adolescentes não se previnem contra doenças.

Os adolescentes, segundo as psicólogas, tendem a se fixar num pensamento mágico. "Eles acham que nunca vai acontecer com eles", diz Magdalena Ramos, professora de terapia familiar da PUC de São Paulo.

"Temos armada uma bomba. Não apenas o sexo começa mais cedo como só uma minoria toma cuidados, num país com 2 milhões de contaminados pelo vírus", acrescenta David Uip.

Cresce o registro das doenças sexualmente transmissíveis nessa faixa etária. Entre elas, o HPV, conhecido como "crista-de-galo", com risco de câncer.

"Doença sexualmente transmissível, não respeita classe social", afirma a chefe do ambulatório de obstetrícia de pré-natal do Hospital das Clínicas, Rosa Maria Ruocco. Ela também tem consultório particular, onde atende classe média e alta.

É, em suma, um massacre provocado essencialmente pelo descaso público.

Manipulado comercialmente, o bombardeio erótico não encontra resistências.

Os pais não discutem sexualidade com os filhos e as escolas ainda encaram o tema como tabu.

Por falta de orientação, meninas transformam a gravidez num projeto de vida, para compensar o vazio, sem saber o que vem pela frente.

Crianças e adolescentes não se previnem, gerando filhos ou abortos – ou, na maioria das vezes, não tem condições de prevenir, por falta de recursos para comprar pílula ou camisinha.

É impossível construir uma nação socialmente menos estúpida com 1 milhão de crianças e adolescentes grávidas todos os anos.

P.S – Uma experiência que vale a pena acompanhar, intitulada: Se liga Galera.

Com o apoio da Universidade de Brasília, a Sasse Seguros, da Caixa Econômica Federal, adota escolas públicas nas regiões pobres do Distrito Federal. Educadores trabalham com adolescentes, não apenas para que tenham melhor aproveitamento escolar mas desenvolvam a auto-estima, numa perspectiva de educação para a cidadania. Um dos temas é a sexualidade.

A idéia é cultivar a Nação de respeito, a começar do próprio corpo. O resultado é tão exuberante que, iniciada apenas numa escola, se espalha para outros estabelecimentos.

Detalhe: o dinheiro vem do desconto de 1% do seguro de vida.

Se cada empresa brasileira ajudasse uma escola pública, mudariam rapidamente o País.

Teríamos mais trabalhos qualificados e menos adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício Senador Carlos Patrício.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 290, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 36, b, do Regimento Interno, para o Projeto e Resolução nº 42, de 1998, que altera a Resolução nº 131, de 1997, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de refinanciamento de dívida do Estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 1º de dezembro de 1997, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado no valor de R\$959.662.780,99.

Sala das Sessões, 7 de maio de 1998. – Senador Edison Lobão – Senador Jader Barbalho – Senador Eduardo Suplicy – Senador Leomar Quintanilha – Senador Coutinho Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação o requerimento de urgência que acaba de ser lido.

Maiô de 1998

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sexta-feira 8 07711

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria figurará na Ordem do Dia do segundo dia útil subsequente, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 291, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno, para o Projeto de Resolução nº 43, de 1998, que altera a Resolução nº 131, de 1997, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de refinanciamento de dívida do Estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 1º de dezembro de 1997, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado, no valor de R\$1.353.000.000,00.

Sala das Sessões, 7 de maio de 1998. – Senador **Edison Lobão** – Senador **Jader Barbalho** – Senador **Eduardo Suplicy** – Senador **Leomar Quintanilha** – Senador **Coutinho Jorge**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação o requerimento de urgência que acaba de ser lido.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria figurará na Ordem do Dia do segundo dia útil subsequente, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 292, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno, para o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1993 (nº 4.425/94, naquela Casa), de autoria do Senador Iram Saraiva, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Sala das Sessões, 7 de maio de 1998. – Senadores **Elcio Alvares** – **Hugo Napoleão** – **Jader Barbalho** – **Sergio Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação o requerimento de urgência que acaba de ser lido.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria figurará na Ordem do Dia do segundo dia útil subsequente, nos termos do Regimento Interno.

A Presidência esclarece que esta matéria já estava agendada para o próximo dia 13, mas passa a ser votada em regime de urgência, dada a sua necessária votação no mais breve tempo possível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Para comunicações urgentes, concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner e, posteriormente, ao Senador Josaphat Marinho.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC)

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's. e Srs. Senadores, assomo à tribuna neste momento para denunciar os procedimentos da Receita Federal no posto aduaneiro de Dionísio Cerqueira no meu Estado, fronteira com a Argentina.

Ocorre, Sr. Presidente, que o Governo do Estado, atendendo a um pedido do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, mobilizou-se para enviar aos irmãos argentinos da Província de Missões, que faz fronteira com a Província de Santa Catarina, um caminhão contendo 15 toneladas de medicamentos. A região foi devastada recentemente por uma enchente que deixou centenas de desabrigados.

Para surpresa de todos, a Receita Federal está retendo desde ontem esses medicamentos na fronteira, exigindo do Governo do Estado o cumprimento de todas as exigências relativas à exportação comercial junto ao Siscomex. Também o Governo do Paraná está com um carregamento de sopa concentrada, retido na fronteira face à mesma exigência.

Não se trata de exportação e sim de uma doação, de uma questão humanitária. O procedimento da Receita Federal tem impedido que os nossos irmãos argentinos tenham acesso aos medicamentos e à alimentação necessários. Já contei com o Itamaraty, para que interceda junto à Receita, e apelo neste momento ao Dr. Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal, para que determine a imediata liberação dos medicamentos e dos alimentos para que se concretize o atendimento aos flagelados irmãos da Argentina.

Sr. Presidente, era essa a comunicação inadiável que eu gostaria de trazer a esta Casa, porque essa é uma emergência. Esse foi um apelo do Ministério das Relações Exteriores ao Governo de Santa

Catarina, que detinha esses medicamentos, para que socorressem os irmãos argentinos, no Estado vizinho de Missões, que faz fronteira com o Brasil. Desde ontem à noite, um caminhão carregado de medicamentos está na fronteira, mas a Receita não o deixa passar. Há também um caminhão carregado de alimentos, de sopas concentradas do Governo do Paraná, no mesmo local, na fronteira com a Argentina, no posto aduaneiro de Dionísio Cerqueira.

Por isso, fazemos este apelo, Sr. Presidente.

Estamos tentando contato com o Ministério das Relações Exteriores e com a Receita Federal, para que possamos desembaraçar essa questão durante o dia de hoje. Aproveito essa oportunidade, porque o Mercosul está aí, e os irmãos dos países do Mercosul devem prestar ajuda mútua. Na questão comercial, isso já acontece. Na questão humanitária, não poderemos, de forma alguma, admitir questões embaralhadoras e burocráticas dessa ordem.

Sabemos que hoje os irmãos do Nordeste passam por momentos difíceis. Na última semana, levantei a questão de que nós, do Sul, precisamos nos dar as mãos para ajudar os irmãos do Nordeste que enfrentam o problema da seca.

Sei que há reclamações do Estado de Minas Gerais, onde existem alimentos a serem deslocados para a Região Nordeste pela FAB, que tem encontrado dificuldades para fazê-lo. Assim, podem-se observar problemas até nas questões internas do País. As questões burocráticas também existem aqui dentro nos deslocamentos de mantimentos.

Em relação aos irmãos da Argentina, na divisa de Santa Catarina e Paraná, não é possível que isso aconteça. Trago essa observação para que possamos, em casos de emergência, deixar de lado questões burocráticas e socorrer com prontidão os nossos irmãos, que estão enfrentando extremas necessidades.

É a comunicação inadiável que faço nesse momento.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Para uma comunicação breve, concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA. Para uma comunicação.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, os jornais continuam a dar informações sobre a greve dos professores universitários no País.

Ontem, o nobre Senador Esperidião Amin comunicou à Casa entendimento de Parlamentares de diferentes partidos com o nobre Ministro da Educação, em função do que estariam sendo encaminhadas propostas para um diálogo mais direto entre os professores e servidores em greve e as autoridades competentes.

Não é hora, ao que me parece, de analisar a greve, de julgá-la, no sentido de apoiá-la ou de condená-la. A gravidade da situação aconselha antes que se manifeste a expectativa de uma solução por entendimento entre o meio universitário e o Ministério da Educação. Cumpre apenas assinalar que não é comum uma greve de professores universitários e com extensão a todo o País. Se essa greve ocorre, é porque fatos relevantes, graves, se verificaram, justificando o movimento.

Ao longo do tempo, os professores universitários têm sido molas amortecedoras das divergências entre o meio universitário e as autoridades da educação. Esse pormenor precisa ser levado em consideração pelo Ministério da Educação.

Não se há de dizer – seria injusto fazê-lo – que o Ministro Paulo Renato Souza não seja um homem habilitado ao debate, ao diálogo; ao contrário, o Ministro, além de educado, é um homem apto a discutir e, sobretudo, a discutir com os seus colegas professores, já que também mestre ele é. O que se pede, portanto, neste instante, é que o ilustre Ministro abra mais o debate, detenha-se na análise dos motivos determinantes da greve e de sua extensão, pois anuncia-se que cerca de 50 universidades federais estão com suas atividades suspensas.

Não é hora, evidentemente, de atos de punição, quaisquer que sejam. Não é que os professores sejam privilegiados, mas as razões determinantes da greve e a posição sempre contida dos professores reclamam também um tratamento adequado, que não os leve a posições mais radicais.

Como se anunciou aqui que ocorrerá entendimento direto na próxima semana, quero, com essas breves palavras, manifestar a esperança de que os professores e o Ministério encontrem um campo comum para a solução razoável da greve.

Cumpre observar mesmo que, do ponto de vista geral do País, é aconselhável que assim se encontre o caminho pacífico para superar os desentendimentos existentes. No momento em que aumenta o desemprego no País, em que o Movimento Sem-Terra se agrava e em que o sofrimento cresce por efeito da seca no Nordeste, não convém que os atri-

tos se multipliquem ou possam projetar-se em outros ângulos da sociedade brasileira.

É essa a expectativa que manifesto, que um lado e outro, professores e Ministro, com a responsabilidade comum que têm, encontrem o caminho para solucionar a greve, sem diminuição de ninguém, mas sobretudo no interesse das universidades e da educação no País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, a consternação que se apossou do País nas últimas semanas, em consequência do prematuro desaparecimento de duas genuínas lideranças nacionais – o Ministro Sérgio Motta e o Deputado Federal Luís Eduardo Magalhães – fizera-me adiar esse pronunciamento sobre uma das datas históricas mais caras à população brasileira, isto é, o 21 de abril. Uma data escrita com sangue heróico, extraído das raízes da brasiliade e que remete nosso pensamento a Tiradentes, paradigma para quem quer que se devote à defesa da liberdade, o maior dos direitos de qualquer ser humano, exceto o de vida. Joaquim José da Silva Xavier, essa figura ímpar e excepcional em nossa História, é o Protomártir da Independência, enfoscado e esquartejado em 21 de abril de 1792, porque se opôs à tirania.

Como acontece há meio século, a data foi comemorada especialmente pelas polícias civis e militares de todo o País, uma vez que, por decreto presidencial, Tiradentes é o seu Patrono. Tive a honra de participar de uma dessas solenidades, em meu Estado, e de me emocionar com as homenagens que foram prestadas à memória do maior herói-mártir de nossa História e à de policiais-heróis imolados por malfeiteiros ao defender direitos do cidadão e a sociedade. Lembrei-me, naquele momento, de que preitos semelhantes se repetiam em todo o território nacional e senti que palavras então proferidas de improviso pelo ilustre Professor Doutor José Afonso da Silva, Secretário da Segurança Pública paulista, deveriam estar sendo ditas também naquelas cerimônias. Permitam-me reproduzi-las:

"Combater a criminalidade significa garantir o direito das pessoas a uma convivência pacífica e livre de ataques de criminosos, livre de ataques de delinqüentes, livre, portanto, de qualquer forma de opressão, venga de onde vier. Venha do setor público ou do setor privado, a delinqüência é uma for-

ma de opressão da população, e a Polícia tem o dever de combatê-la, dentro dos parâmetros da legalidade. Direitos humanos não são um modo de proteger delinqüentes, mas sim um modo de fazer com que o combate à delinqüência se faça dentro dos parâmetros da lei, de tal forma que, ao cumprir o seu dever, afastando o delinqüente, a Polícia está possibilitando, está propiciando o exercício do nosso direito de ir e vir, o nosso direito ao nosso patrimônio, o nosso direito à liberdade contra a deles. Portanto, aqueles que tombaram no exercício desse dever, ainda que o fizessem em um campo menor do que o de Tiradentes, que tinha uma visão global do problema e lutava pela independência do País, têm nesse limite o mesmo direito a homenagens neste dia. Merecem o respeito que se tem de ter com todos aqueles que deram a vida, quer tenham dado a vida à Pátria como um todo, quer tenham dado a vida para que a Nação, o povo, a população viva uma vida tranquila e em paz. A paz é um valor que significa hoje uma outra categoria de direitos humanos, os chamados direitos humanos de terceira geração. A paz, portanto, não é somente a paz entre as nações, mas também a paz na convivência social, a paz individual que é um direito de nós todos. E aí é que entra uma função importante da atividade policial, que é garantir a tranquilidade da população, é garantir a paz de cada um de nós. Portanto, é uma garantia humana fundamental desse chamado direito humano de terceira geração. Deixo, aqui, especialmente a minha homenagem aos familiares daqueles que tombaram no exercício de seu dever, porque tombaram por nós, morreram por todos nós, morreram não pela Polícia Civil, morreram pela comunidade, morreram pela população desta cidade."

As afirmações do ilustre Secretário de Segurança Pública foram complementadas imediatamente pelo discurso do preclaro Dr. Luiz Paulo Braga Braun, Delegado Geral de Polícia. Creio que suas proposições mereçam ser citadas. Disse o ilustre Chefe da Polícia Civil de São Paulo:

"As grandes conquistas, como alhures auspiciado no seio da nossa instituição, só advirão quando perseguido, pari passu, o

progresso moral. Esta é a palavra de ordem, qual estrada de mão única, apontando o norte, sempre o norte.

Os modernos preceitos éticos ensinam-nos que as chamadas "tendências de vida" – pluralismo, diversidade, respeito à diferença, participação ativa e responsável, relações convivenciais, paz, direitos humanos – devem ser estimuladas e fortalecidas, em contraposição às odiosas "tendências de morte" – massificação, uniformização, burocracia, totalitarismo, autoritarismo, corrupção – que devem ser combatidas e eliminadas.

Quando, pelo exercício incansável e diurno de nosso mister, lograrmos subjugar os inimigos da decência e do direito, deveremos estar preparados para ditar uma paz que venha a ser o desdobramento da lei moral, uma paz que garanta o respeito pelos direitos fundamentais da pessoa humana."

Tiradentes é o patrono das Polícias Civis e Militares brasileiras, porque foi Alferes de Cavalaria das Tropas Pagas de Minas Gerais. Integrava, portanto, uma milícia que se situa nas origens das nossas forças policiais. Nasceu em 1746 na fazenda de Pombal, na vila mineira de São João del-Rei, e recebeu o cognome devido à habilidade como dentista prático. Por lei, o título de Protomártir da Independência foi-lhe dado depois que sua imagem heróica já ocupava lugar inarredável no coração do povo. A morte no cedafalso, aos 46 anos de idade, e o torpe tratamento dado ao corpo retalhado produziram efeito contrário ao pretendido pelos algozes. Queriam eles apresentar um tétrico exemplo do que a Coroa portuguesa reservava para quem ousasse desafiá-la. Mas a exibição dos despojos em logradouros públicos, ao invés de destruir os incipientes ideais pátrios, fortaleceu-os com a imagem de um mártir e um lema: *Liberdade ainda que tardia!*

Transcorreria muito tempo até que, em 1946, por decreto-lei, o Presidente Eurico Gaspar Dutra instituisse o 21 de Abril como "Dia das Polícias Civil e Militar" em todo o País, tendo como patrono o Protomártir da Inconfidência Mineira. A idéia de se consagrar uma data comemorativa às instituições policiais brasileiras partiu, em 1936, do diretor da antiga Escola de Polícia de São Paulo, Dr. Afonso Celso de Paula Lima ilustre Delegado que obteve a aprovação dessa proposta no Congresso de Secretários de Segurança Pública e Chefes de Polícia, realizado na então Capital Federal, o Rio de Janeiro. A proposta considerava o 10 de Maio como o "Dia da Polícia no

Brasil", pois nessa data, em 1808, pouco após chegar de Portugal, D. João VI criara o cargo de Intendente Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil. A 5 de maio de 1941, o Governador Ademar Pereira de Barros materializou a idéia por meio da Resolução nº 84. Assim, o dia 10 de maio passou a assinalar comemorações oficiais alusivas à Polícia, até o advento do decreto-lei que o substituiu pelo 21 de abril em âmbito nacional.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, falar sobre Tiradentes é evocar a autodeterminação de um povo que conseguiu para si a liberdade com a ampliação de uma pátria. Falar sobre Tiradentes, patrono das polícias civis e militares brasileiras, é lembrar que esse povo continua vigilante e disposto a defender sempre, a qualquer custo, a própria liberdade.

O Sr. NEY SUASSUNA (PMDB - PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Pois não, Senador.

O Sr. NEY SUASSUNA (PMDB - PB) – Quero parabenizar V. Ex^a pelo tema abordado. Realmente, as nossas polícias merecem toda a nossa gratidão. São homens que saem de casa de manhã cedo sem ter certeza se voltam à noite, porque vão enfrentar marginais que estão hoje extremamente bem armados e que, a cada dia, estão mais fortes e mais ousados. São esses policiais que, por um salário mísero, se expõem e formam um contingente de servidores da sociedade, lutando pelo bem, lutando pela tranquilidade e pela segurança de cada um de nós. Por isso, solidarizo-me com V. Ex^a na hora em que saúda o dia das polícias. Graças a Deus, temos pessoas que têm coragem, que têm a honra de servir à causa do bem, protegendo toda a sociedade. Parabéns.

O SR. ROMEU TUMA (PFL - SP) – Agradeço-lhe, Senador Ney Suassuna. V. Ex^a sempre foi um defensor das reivindicações e da postura das polícias brasileiras.

Procurei, no meu pronunciamento, acautelarme e não levar a discussão para o campo da violência que impera em nossas cidades. Procurei evitar falar sobre o tratamento às vezes humilhante a que é submetida a autoridade policial e sobre a exagerada tolerância para com a crescente ousadia dos marginais. Reservo-me para, juntamente com V. Ex^a, em data próxima, podermos discutir e buscar caminhos para o fortalecimento da autoridade policial e, sem dúvida nenhuma, tentar impedir o crescimento da criminalidade, que já atingiu um estágio de intolerância.

Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

As organizações policiais têm papel fundamental na defesa da liberdade, pois lhes cabe a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, conforme determina a Constituição. Devem, assim, velar pelo cumprimento dos direitos e deveres individuais e coletivos, expressos no art. 5º da Constituição e que constituem a base do nosso Estado Democrático de Direito. Por tudo isso, continuo a afirmar que o policial é tão importante para a sobrevivência da comunidade quanto o médico para qualquer pessoa.

Com essa consciência, Sr.s. e Srs. Senadores, gostaria de registrar, nesta oportunidade, que tenciono apresentar uma proposta de emenda à Constituição dispondo sobre o regime constitucional dos delegados de polícia de carreira, tão logo seja promulgada a Emenda sobre a Reforma Administrativa.

A esse respeito, lembro que a medida foi objeto de ampla discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania por ocasião da apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41/97, resultando em compromisso firmado pelas lideranças do Governo e demais membros dessa Comissão.

Assim, desde já, solicito às Sr.s. e Srs. Senadores o necessário apoio a essa minha proposição, tendo em vista que a mesma objetiva corrigir um equívoco, reconduzindo o Delegado de Polícia de carreira à sua posição justa e constitucional, ou seja, na carreira jurídica.

Sem polícia não há segurança, e sem segurança não existem lar, cidade, sociedade ou nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de ler a previsão feita pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Inpe, em 17/12/97, sobre as consequências do fenômeno El Niño sobre o território brasileiro e as perspectivas para 1998.

Vou ler apenas o sumário executivo daquilo que foi colocado como previsão em 17/12/97 e, em seguida, a previsão feita em 27/04/98 pelo mesmo instituto. O sumário executivo do dia 17 de dezembro de 1997 dizia:

"A evolução do episódio El Niño atual tem demonstrado a sua grande intensidade, sendo este considerado o mais forte aquecimento do Pacífico Equatorial Oriental dos úl-

timos 150 anos. Seus efeitos já estão afetando o clima do País, haja vista as temperaturas amenas durante o último inverno no Sul e Sudeste, as chuvas excessivas no Sul, em outubro e novembro últimos, e a estiagem em parte da Amazônia nos últimos quatro meses.

As previsões climáticas do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Inpe indicam para o próximo verão, com maior confiabilidade, chuvas não se afastando muito da normal climatológica para os Estados do Sul e chuvas abaixo da média para o norte do Nordeste e sul da Amazônia.

Já as previsões para o outono de 1998 – ressalto aqui que é o período que estamos vivendo – mostram um acentuado déficit de chuvas para o norte do Nordeste, durante a estação chuvosa principal do semi-árido, de março a maio. Também há previsão de continuação de chuvas abaixo da média climatológica na Amazônia. E para a Região Sul, a previsão de março a maio indica chuvas abundantes.

O CPTEC do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais continuará a monitorar a evolução deste inverno, deste intenso El Niño, e a prever seus impactos climatológicos no País; e boletins de previsão climáticas serão emitidos mensalmente."

Portanto, Sr. Presidente, em dezembro já havia a previsão de que teríamos uma seca séria. Caberia, então, ao Governo Federal tomar as medidas preventivas necessárias.

A última previsão de tempo, datada de dez dias atrás, de 27 de abril último, diz:

"As chuvas do corrente período chuvoso – de fevereiro a maio – na região semi-árida do Norte e do Nordeste, norte e leste do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, sertão de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e nordeste da Bahia, encontram-se, até o presente, muito abaixo da média histórica, de 30% até 80% abaixo da média.

Esta enorme anomalia climática é, em parte, consequência dos efeitos do intenso episódio El Niño sobre o Brasil. Apesar desse evento vir declinando de intensidade desde janeiro último, ainda continua afetando o clima de muitas partes do País, em particular o norte da Amazônia e o norte do Nordeste nesta época do ano.

O principal mecanismo atmosférico, causador das chuvas estacionais no semi-árido do Nordeste, é a zona de convergência intertropical, uma banda de nebulosidade e chuvas no oceano Atlântico e tropical, que se move na direção norte e sul ao longo do ano, atingindo suas posições mais ao sul, de fevereiro a maio.

No final de março deste ano, a zona de convergência intertropical, que se encontrava latitudinalmente à altura do litoral do Maranhão, deslocou-se para o norte na primeira semana de abril, praticamente deixando de influenciar a chuva sobre o Semi-árido do Nordeste.

O padrão de temperatura da superfície do oceano Atlântico Tropical não apresenta uma configuração claramente favorável à chuva sobre o Nordeste, águas mais quentes que a média ao sul do Equador e mais frias ao norte do Equador, o que reforça ainda mais o prognóstico de que a migração da zona de convergência intertropical para o norte é definitiva.

As chuvas de fevereiro, março e abril, até o presente, estão significativamente abaixo da média histórica e não há indícios de que essa situação possa ser revertida no atual período chuvoso.

Adicionalmente, as previsões do modelo numérico, matemático, físico e climático do CPTEC, para o trimestre abril, maio e junho, também indicam chuvas abaixo da média e término antecipado da quadra chuvosa do semi-árido do Nordeste.

Em conclusão: pode-se dizer que se prenuncia um quadro de chuvas significativamente abaixo da média, resultando em déficit hídrico de grandes proporções para a maior parte do Norte e do Nordeste. Recomenda-se a implementação imediata de ações migratórias dos efeitos adversos da grande estiagem, que já teve início e que, progressivamente, tornar-se-á mais severa ao longo de 1998."

Contrasto a previsão do Inpe, do Ministério de Ciência e Tecnologia, com aquilo que declarou ontem o Presidente Fernando Henrique Cardoso: "Não falei com Deus para saber se vai chover ou não, mas, se não chover, o pior está por vir". Disse Sua Excelência no banquete em homenagem ao Presi-

dente da Índia, Kocheril Raman Narayanan, na terça-feira à noite.

Sr. Presidente, cabe ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, em tendo conhecimento das previsões que órgãos técnicos de meteorologia como o INPE, transmitir ao Governo as informações necessárias para que este tome as medidas administrativas.

Diante da solidariedade manifestada pela iniciativa de muitos brasileiros de recolher alimentos e enviá-los aos flagelados do Nordeste, o Presidente declarou, ontem, que o envio de alimentos, iniciativa de campanhas de solidariedade em todo o Brasil para as vítimas da seca, contribuem pouco para acabar com a fome do Nordeste e, por ser antieconômico, cria um problema adicional. Disse o Presidente: "Custa mais caro um avião da FAB (Força Aérea Brasileira) levantar vôo do que toda a comida que transportará".

Bem, se essa forma não é adequada, haverá outras de se prestar solidariedade? Há formas previstas pelos economistas para que se consiga resolver o problema da falta de alimentos e da miséria? Há sim, Sr. Presidente, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso sabe disso. Não apenas sabe, como já votou favoravelmente a essa matéria. Caso tivéssemos instituído no Brasil o programa de renda mínima que garantisse a cada cidadão brasileiro uma renda como direito à cidadania, não estaria o Governo Federal a se preocupar tanto com os saques de alimentos. Em vez de se preocupar com o custo do transporte de alimentos pelos aviões da FAB, o Governo Federal poderia, por intermédio de um mecanismo de transferência eletrônica de recursos, pelo sistema bancário ou pela própria Empresa de Correios e Telégrafos, administrar um programa segundo o qual todo brasileiro cuja renda não atingisse determinado patamar teria o direito de receber um complemento de renda.

Esse complemento de renda pode ser instituído por meio de um imposto de renda negativo, uma proporção da diferença entre o patamar estabelecido e a renda do cidadão. Há inúmeros mecanismos que podem ser aperfeiçoados.

A Folha de S. Paulo publicou a seguinte notícia:

"Famílias de 80 municípios do Ceará vão receber aulas de alfabetização e meio salário mínimo por mês durante um ano numa operação de emergência contra a seca.

O programa será lançado, hoje, pela Primeira-Dama Ruth Cardoso, Presidente do Conselho do Comunidade Solidária, em Cariacica, a 90 quilômetros de Fortaleza."

Trata-se de um mecanismo que guarda relação com os programas de renda mínima associados à educação.

"Com exceção do pagamento às famílias que mantiverem freqüência às aulas, a alfabetização seguirá o modelo já adotado em 148 municípios do Norte e Nordeste.

O pagamento de meio salário mínimo equivale à remuneração das tradicionais frentes de trabalho abertas durante a seca. O financiamento do programa será rateado entre o Governo Federal e o Governo do Ceará. O custo mensal de R\$34,00 – causa-me estranheza esse valor, pois meio salário mínimo equivale a R\$65,00 – por aluno inclui material didático e merenda escolar. A parceria quer atender 20 mil famílias atingidas pela seca."

Entendo que o Governo Federal entraria com 50% e o Governo do Ceará, com os outros 50%.

Não comprehendo, Sr. Presidente, pois já foi aprovado no Senado Federal e na Câmara dos Deputados um projeto de renda mínima associado à educação, ainda muito restrito e limitado, porque não é aquele aprovado em 16 de dezembro de 1991, ao qual inclusive V. Ex^a, Senador Carlos Patrocínio, que preside esta sessão, votou favoravelmente, conforme fizeram todos os Partidos.

O Governo tem desenvolvido um conjunto de programas parciais, limitados e restritos, como o vale-cidadania, no Mato Grosso do Sul; a Bolsa Criança Cidadã e a Bolsa Criança-Escola, na Bahia e em Pernambuco, que beneficiaram, no ano passado, 33 mil crianças. Agora é a vez do Ceará, em 80 municípios. Em cada um desses Estados, o desenho é um pouco diferente. E não se faz isso como um direito legítimo de cidadania; não se aplica uma lei que devesse universalizar o direito de todos os brasileiros que porventura não alcançarem determinado patamar de renda de partilharem do usufruto da riqueza nacional e receberem um complemento de renda.

Toda pessoa pobre, miserável, não importa se viva no Nordeste, no Norte, no Sul ou no Sudeste, deve ter esse direito. Obviamente que, nos casos de flagelo da seca, que leva 10 milhões de brasileiros a uma situação de miséria e de fome, haveria necessidade de carrear recursos para a região mais pobre, a fim de contribuir para o equilíbrio das disparidades de renda e de riqueza tão acentuadas.

Alguma coisa, entretanto, impede que o Governo Fernando Henrique veja isso e tome providências com maior energia. Sua Excelência fará amanhã

uma visita à Bahia, ocasião em que o Presidente Antônio Carlos Magalhães, conforme declarou hoje, irá lembrar-lhe que o Governo não está cumprindo o que foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado por Sua Excelência em dezembro passado.

Ainda que limitado, esse projeto de renda mínima associado à educação aqui aprovado, se colocado em prática, já estaria propiciando aos 20% dos municípios de menor renda **per capita** no Nordeste brasileiro projetos de renda mínima. Talvez estivessem tais Municípios com tão poucos recursos que 50% de financiamento por parte do Governo Federal fosse pouco. Aí o Governo teria inclusive que examinar se não seria o caso de colocar mais recursos além dos 50% para os Municípios mais pobres.

Se o Governo não implementar esse Projeto rapidamente, vamos continuar assistindo os bispos, o MST, o Ministro Sepúlveda Pertence e as pessoas de bom senso, aquelas que conhecem a Bíblia Sagrada, o Antigo e o Novo Testamento, o Alcorão e a legislação dizerem que, diante da necessidade e da fome, não resta outra alternativa às pessoas carentes senão tomarem providências para conseguir alimento, ainda que os saques sejam a última alternativa. Obviamente, este não é o caminho mais recomendável e, para que não se tenha a necessidade do saque, há que se instituir o mecanismo segundo o qual a todas as pessoas se garanta um mínimo de renda como um direito à cidadania.

Enquanto isso não se tornar uma realidade, Sr. Presidente, continuarei, da tribuna desta Casa, insistindo na importância da imediata implementação de um programa dessa natureza no Brasil, até para cumprir um objetivo fundamental expresso em nossa Constituição, que é erradicar a pobreza e melhorar a distribuição de renda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Ney Suassuna, por permuta com o nobre Senador Carlos Bezerra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de dar início ao meu pronunciamento de hoje, solicito a V. Ex^a que autorize o registro nos Anais do Senado de um artigo publicado no jornal paraibano **O Norte**, em 1º de maio, intitulado "A imagem do homem público", a respeito do nosso saudoso e querido amigo Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a será atendido, para satisfação de todos desta Casa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, os jornais que circulam hoje, no País, desenham um mapa, desesperador da seca no Nordeste, cujos contornos se expressam por meio de saques e invasões, que têm como personagem de um realismo dramático trabalhadores desempregados e lavradores que perderam suas lavouras e nada mais possuem, além da fome e do desespero.

São os despossuídos. Perderam tudo: suas lavouras, seu trabalho, sua dignidade de chefe de família, os poucos animais e pertences. Só não perderam o instinto de sobrevivência, que os empurra na busca quase animal pela comida para si e para os seus.

Há alguns dias, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao visitar alguns municípios assolados pela seca, externou o seguinte comentário: "Comida há. A população quer trabalhar, não quer esmolas". Permito-me discordar parcialmente do diagnóstico do nosso Presidente, pois, nas muitas e cada vez mais numerosas regiões que circundam os centros urbanos, onde os saques e as invasões acontecem, não existe comida para todos, há muito tempo. Realmente, a população não quer esmolas, ela exige justiça social, que está tardando.

A partir desse entendimento, poderíamos discutir exaustivamente o modelo de desenvolvimento brasileiro, sabidamente excluente; poderíamos, por exemplo, insistir na tese incontestável de que todo cidadão tem o direito inalienável de participar da riqueza da Nação, mas não é este o meu propósito na tarde de hoje.

O que me move, mais uma vez, é uma indignação profunda frente à lentidão das ações e a solidariedade para com os meus irmãos nordestinos, mais particularmente para com os meus irmãos paraibanos, cujos horizontes e perspectivas não conseguem mais ultrapassar o desafio da próxima refeição.

Estamos assistindo nas áreas atingidas pela seca a sociologia da desagregação. Proposições historicamente reputadas como demagógicas, como doação de cestas de alimentos e alistamento em frentes de trabalho, assumem, hoje, a conotação de ações emergenciais impostergáveis, premissa sine qua non para a manutenção do precário equilíbrio sem o qual a paz social se torna impossível.

Nesse contexto, inimaginável para a grande maioria dos cidadãos de um País que já chegou a ser chamado de "celeiro do mundo" e que, durante

quase dois séculos, cultivou o mito do homem cordial, do paraíso terrestre, onde "em se plantando tudo dá", conforme falou Caminha, fica impossível compreender que a merenda escolar possa virar alvo de saques sistemáticos de pacatos pais de famílias. Eles também, com filhos em idade escolar, potencialmente beneficiários do programa da merenda, sem repensarmos generosamente o conceito de Nação, aliás objeto de pronunciamento anterior meu numa das recorrentes intervenções relativas ao drama da seca. A propósito, esse é o décimo sexto discurso que faço aqui sobre essa maldita seca.

Os relatos são cada dia mais preocupantes. A área de abrangência parece dotada de uma capacidade quase infinita de se estender, de se ampliar, abarcando agora sete Estados do Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e pegando ainda uma boa parte de Minas Gerais e alguma parte do Piauí.

Ontem, 2.500 pessoas envolveram-se em saques e invasões a supermercados em Pernambuco e Rio Grande do Norte, nos Municípios de Gravatá, Orocó e João Câmara. Integrantes do Movimento dos Sem-Terra uniram-se a lavradores famintos e desempregados em Gravatá e protagonizaram o primeiro confronto entre policiais e sem-terra da região. Infelizmente, nem só as tristes armas (laranjas e tomates furtados de um supermercado) desse Exército Brancaléone foram usados no confronto: três pessoas restaram feridas, ou seja, um soldado e dois flagelados.

Em Orocó, o sem-terra Nelson Manoel Gomes, 37 anos, pai de nove filhos, morreu atropelado por um caminhão que tentou furar o bloqueio montado pelos famintos que saqueavam um outro veículo carregado de rapaduras.

Na Paraíba, 500 trabalhadores rurais que perderam suas lavouras invadiram o Município de Belém, a 130 Km de João Pessoa, em busca de comida, obrigando o comércio a permanecer fechado o dia todo. Só não houve saque porque a prefeitura comprometeu-se a distribuir cestas de alimentos para todos ainda ontem.

É importante registrar que o Município de Belém, com 16.200 habitantes, localiza-se no Brejo paraibano, onde a média de precipitação anual fica acima de 700 mm e, mesmo assim, a frustração das safras foi da ordem de quase 100%. O que dizer então do semi-árido e do sertão? Dos 225 Municípios paraibanos, 200 estão em estado de calamidade pública! Em outras nove cidades, 1.600 flagelados acampam nas portas das prefeituras pressionando

por ajuda contra a fome e o desemprego. Foi solicitado reforço policial em Solânea, Araruna e Belém.

Ontem, os Governadores de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Sergipe e Paraíba cobraram do novo Superintendente da Sudene, Sr. Sérgio Moreira, urgência na demarragem de ações emergenciais. Segundo Sérgio Moreira, a expectativa do Governo Federal é de alistar 482 mil flagelados nessas frentes de trabalho nos próximos 30 dias. É muito tempo, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, 30 dias é muito tempo para quem está com fome. Não se pode deixar para amanhã a fome que se sente hoje, e os flagelados, melhor do que ninguém, sabem disso.

A produção agrícola do Nordeste, que deveria ser de 9 milhões de toneladas de grãos, será inferior a 3 milhões, ou seja, não chega a atingir um terço. Assim, não restará ao Governo Federal outra opção que não seja ordenar à Conab a colocação de todo estoque estratégico de alimentos à disposição das levas de famintos, o que poderá virtualmente se traduzir na complicaçāo dos problemas de abastecimento futuro, na hipótese de frustração na colheita de grãos. Mas não resta outra saída. Como vamos preservar estoques estratégicos na ocorrência de um estado de fome quase epidêmico?

A Superintendente de Polícia de Guarabira, Delegada Maísa Félix, instruiu os comandos de polícia de sua região de influência para permanecerem em estado de alerta. A orientação básica aos contingentes policiais é de apaziguar os manifestantes, pedir-lhes calma e negociar com eles alternativas aos saques.

Todavia, nem sempre a sensibilidade e o bom-senso prevalecem (além do que seria totalmente temerário atribuir a fatores subjetivos a responsabilidade pela paz social), como bem o demonstra declaração atribuída ao Secretário de Administração de Tabuleiro do Norte, no Ceará, sobre a formação de comissões de cadastramento dos flagelados:

"Demorar mais dois ou três dias para liberar as cestas não chega a ser prejudicial. A seca vai durar até janeiro do ano que vem, tem muito tempo para dar a comida."

Tais palavras soam revelando um descaso repugnante, principalmente se ouvidas em contraponto às declarações do agricultor Severino Antônio da Silva, 37 anos, um dos saqueadores do Supermercado Novo Dia, em Gravatá, que reproduzo a seguir.

"Folha de S. Paulo – Por que você decidiu participar do saque?"

Severino – Fiquei doente, tive que operar do apêndice e estou desempregado há oito meses. Tenho três filhos pequenos, de dois, três e quatro anos.

Folha de S. Paulo – Você conseguiu pegar alguma coisa?

Severino – Eu consegui entrar, mas não consegui pegar nada. A polícia me empurrou e eu tive de sair. Se eu conseguisse leite para os meus filhos, já estaria bom demais.

Folha de S. Paulo – O que sua família está comendo?

Severino – Estamos comendo farinha com água. Hoje, não comemos nada.

Folha de S. Paulo – Você se arrepende de ter vindo?

Severino – De jeito nenhum.

Folha de S. Paulo – Participaria de novo saque?

Severino – Se tiver outro, eu vou."

Vejam que diferença de situação! Enquanto um diz que três dias não são problema, que há muito tempo para distribuir comida, o outro está sentindo o estômago encostar na coluna e diz que precisa de alimento para levar aos seus três filhos."

As palavras do Secretário de Administração de Tabuleiro do Norte, no Ceará, revelam um descaso repugnante, ainda, se ouvidas em contraponto à imagem angustiante e angustiada, inquieta e inquietante, estampada em diversos jornais televisivos do Brasil, anteontem e ontem à noite. Certamente, essa imagem tirou o sono daquela parcela fartamente alimentada – que até faz regime –, que brevemente não dormirá com medo dos que têm fome, se persistir e ampliar-se a indiferença que humilha e a ausência de solidariedade que desagrega a Nação. Certamente, essa imagem fez aflorar nos privilegiados o desconforto da riqueza, já tratado com cuidado científico, em alentados compêndios, pelos teóricos do mercantilismo holandês, há alguns séculos.

Essa imagem a que me refiro, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, mostrava o rosto curtido pelo sol e pelas agruras da vida de um lavrador nordestino que perdeu a sua lavoura e a esperança no socorro governamental, mas não perdeu a determinação de continuar vivo, sendo interpelado por um repórter, após o saque a uma mercearia: "O senhor não tem medo?" "Medo? Não. A fome é maior que o medo".

Seria bom que os governantes e a sociedade meditassem sobre isso.

Setenta dias se passaram depois que o Governador da Paraíba e eu fomos até o Presidente. Sua

Excelência garantiu que tomaria medidas urgentemente. Só depois de 70 dias foi dada a ordem para que a Sudene agilizasse o socorro. Porém, a violência já havia sido iniciada, e os miseráveis, os esfomeados se uniam.

Encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, comunicando que recebi correspondência da Cúria Diocesana de Cajazeiras, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Tavares e da Câmara Municipal de Conceição, no meu Estado, a Paraíba, encarecendo às Bancadas na Câmara e no Senado gestões junto ao Governo Federal, no sentido de ampliar o número de vagas nas frentes de trabalho na Paraíba, de modo a não excluir injustamente ninguém que esteja necessitado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a. um aparte, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com satisfação, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Nobre Senador Ney Suassuna, vou insistir na sua reflexão, até porque V. Ex^a conhece a proposição. As pessoas pedem oportunidade para estar nas frentes de trabalho. Como é o mecanismo do Programa de Garantia de Renda Mínima? Se uma pessoa adulta, hoje, não estiver recebendo pelo menos R\$270, ela teria o direito de receber 30% da diferença entre R\$270 e a sua renda, podendo o Poder Executivo aumentar a alíquota para até 50%. Suponhamos que, no Nordeste, hoje, um trabalhador estivesse recebendo apenas R\$70. Ele teria, por direito de cidadania, a possibilidade de receber mais 30% da diferença entre R\$270 e o salário de R\$70. Portanto, com 30% de R\$200, mais R\$70, a sua renda passaria para R\$130. Suponhamos que uma pessoa não consiga trabalho na agricultura – porque não há trabalho – nem qualquer outra colocação. Assim, naquele mês, porque ficou doente, machucada ou desempregada, o seu rendimento é zero. Ela teria direito, pelo menos, a 30% de R\$270, que são R\$81, como direito de cidadania. Essa pessoa estaria propensa à ociosidade? Não, porque, se aparecesse um trabalho que lhe rendesse R\$70 ou R\$170, ainda faltariam R\$100 para atingir R\$270, e ele teria direito de receber mais 30% dos R\$100. Dessa forma, sua renda passaria de R\$170 para R\$200. Sempre haveria o estímulo para a pessoa trabalhar e ganhar mais, em vez de permanecer na ociosidade. A ninguém seria negado o direito a um complemento de renda; haveria sempre uma renda mínima garantida. Podemos inclusive relacionar a proposta à educação, como V. Ex^a o fez. O Deputado Germano Rigotto, no seu parecer, estabeleceu que se o beneficiário da renda mínima tiver filhos de até 14 anos ou em idade escolar, estes deverão freqüentar a escola.

Mas, no meu conceito, e como S. Ex^a aceitou o projeto – aprovado em 1991, que ainda está, há sete anos, pronto para ser votado –, a nenhum adulto seria negado um mínimo de renda para a sua sobrevivência. Hoje, receber R\$81 – 30% de R\$270 – já seria importante. Se o Governo tivesse mais recursos, poderia aumentar para 50% – R\$135. Faço outra reflexão, Senador Ney Suassuna, diante da observação do Presidente da República de que fica muito caro enviar as cestas de alimentos aos flagelados através da FAB. Ora, se o Governo tivesse instituído o Programa de Renda Mínima, faria os convênios necessários com os bancos oficiais – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal –, agências de Correios ou até outra instituição, para administrar o programa. As pessoas iriam às instituições financeiras, onde, tal como ocorre com o pagamento de aposentadorias, receberiam os valores em dinheiro. Assim, cada pessoa, com a liberdade que provê maior dignidade ao cidadão, adquiriria, no armazém ou no supermercado, a farinha, o arroz, o feijão, o café, o peixe, a carne seca ou o azeite; enfim, aquilo que considerasse necessário para si. Isso estimularia o pequeno comerciante, os pequenos e médios produtores. Eles se organizariam e, dessa forma, o comércio seria um estímulo à atividade produtiva, inclusive em regiões onde a seca e a miséria paralisam a sua economia. Sei que V. Ex^a já assimilou minhas palavras, mas trago o tema à reflexão, na esperança de que um diálogo entre V. Ex^a e as autoridades do Governo possa estimulá-las a pensar um pouco mais sobre a questão, em vez de continuarem com essa sistemática de décadas, de séculos, de tomarem medidas de emergência sempre depois? Depois das ameaças e de tantos saques, por que não se fazer algo de maior racionalidade? E se o povo tem, no Sul e nos mais diversos lugares do Brasil – inclusive até dentro das cadeias –, a vontade de se solidarizar com os mais pobres, é claro que o Governo teria a compreensão daqueles que têm mais a respeito da necessidade de se instituir o pagamento de algo que garantisse aos menos favorecidos a possibilidade de terem o mínimo. Porque é direito de todos o usufruto, mesmo que mínimo, da riqueza da Nação. Faço esta reflexão porque, indo V. Ex^a ao Nordeste, à Paraíba, e dialogando com as pessoas, poderá estimular o Executivo a levar em melhor consideração aquilo que de há tempo estamos lutando para ser implementado no Brasil.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Eduardo Suplicy. Incorporo todo o dizer de V. Ex^a ao meu discurso e o parabenizo pela persistência com que vem defendendo essa tese, da qual sou co-partícipe quando se refere à área educacional, já que tive o orgulho de ter um projeto anexado ao seu. V. Ex^a em hora alguma tem-se desvanecido na defesa dessa idéia. Com muito

orgulho, ouço V. Ex^a e as referências a esse projeto que V. Ex^a tem decantado em todos os lugares desse País, mas que, lamentavelmente, ainda... foi levado com devido respeito e com a celeridade rápida.

Que bom seria se isso tivesse sido feito agora, nesta hora, mas a emergência que estamos clamando é de R\$50,00, e não a estamos conseguindo.

Na Paraíba, há cento e cinquenta mil homens trabalhando nessa emergência e outros duzentos mil pedindo para entrar, para ganharem R\$50,00. E o Governo da Paraíba, de José Maranhão, foi o primeiro Governo estadual a instituir isso, na frente de todos os demais, mas não tem recursos para fazer maior alistamento. É vergonhoso!

Se V. Ex^a, ou qualquer Senador, ou qualquer brasileiro for, hoje, ao Nordeste, ao interior da Paraíba – Curimataú e Cariri – ficará com vergonha de ser brasileiro. Já repeti esta frase aqui algumas vezes: dá vergonha olharmos o que está acontecendo e não encontrarmos uma solução. Na verdade, faltam força de vontade e vontade política.

Faz-se a transposição do dinheiro para os bancos, mas não se faz a transposição das águas do São Francisco para atender quatro Estados do Nordeste, o que diminuiria de treze para apenas seis milhões o número de necessitados. Atenderíamos sete milhões de pessoas. Mas falta vontade política. O miserável não tem vez, não tem jornal, não tem televisão, não tem poder, diferentemente daqueles que têm os bancos.

Então, dá tristeza, Senador. Dá tristeza quando chegamos a uma casa e vemos nada em volta. Falta emprego – esse homem vivia da agricultura –, não tem água para beber, não tem nenhuma animal, não tem mais nada. Só tem a desesperança, só tem o desespero. E esse povo migra para o Sul, Sudeste e Centro-Oeste, deixando as crianças e as mulheres, que não têm para onde ir, que não têm o que fazer, a não ser morrer de fome.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NEY SUASSUNA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

A IMAGEM DO HOMEM PÚBLICO

(Iraê Lucena)

Não posso calar-me, já que ele calou-se, sobretudo se o objetivo é desfigurar a imagem do homem público, Humberto Lucena. Homem que sempre elegeu a probidade como um dever permanente e absoluto na sua atuação política.

O que a imprensa do sul fez questão de ressaltar da biografia do Senador Humberto Lucena, após seu falecimento, foi relacionar a sua vida pública ao episódio da impressão de calendários na Gráfica do Senado. Injustiçado e malinterpretado, Hum-

berto Lucena soube, na ocasião, dar um exemplo de paciência, resignação e de fortaleza interior. Conhecedor que era da existência de confecções de calendários por parte de outros companheiros parlamentares, suportou sozinho a carga da injustiça, sem em nenhum momento acusar ninguém, nem questionar por que somente ele estava sendo punido.

O que observei foi a mídia não destacar a conduta política do Senador e o seu papel fundamental exercido na vida nacional, tendo em vista a luta que travou pela liberdade de imprensa e pela democracia nas últimas décadas.

Por que não informou a imprensa que Humberto Lucena nunca teve qualquer ligação direta ou indireta com grupos econômicos e que sempre elegeu-se e reelegeu-se, por serviços prestados à Paraíba e ao País, e que na sua atividade parlamentar procurou ser um idealista com os pés no chão, fiel ao Partido que se filiou?

Por que não contou que seu primeiro mandato de deputado estadual foi conquistado em 1951 e que reelegeu-se em 1955? Que foi deputado federal por quatro legislaturas e seu primeiro mandato de Senador foi conquistado em 1978, cargo que exerceu até seus últimos dias, representando, assim, 44 anos de vida parlamentar?

Por que não relembrou que na Assembléia, na Câmara e no Senado, militou na bancada do Governo, mas, sobretudo, na da oposição, inclusive ao regime militar, por vinte anos? Que na Câmara Federal e no Senado desempenhou a liderança do MDB e da oposição nas horas mais sombrias do autoritarismo, denunciando prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos?

Por que não falou que em 1987 foi eleito pela primeira vez Presidente do Congresso Nacional, e na sua gestão implantou definitivamente o concurso público, impossibilitando, a partir de então, a livre nomeação de servidores?

Por que não recordou que no Senado, foi líder da oposição ao Governo Collor, por dois anos, de 1991 a 1992, sendo o primeiro subscritor da CPI do PC Farias, além de ter coordenado o processo de **Impeachment** do ex-Presidente da República, Fernando Collor?

Por que não ressaltou que em 1993 Humberto Lucena ocupou o cargo, pela segunda vez, de Presidente do Senado e que na qualidade de Presidente do Congresso, presidiu os trabalhos da Revisão Constitucional?

Por que não mencionou que atualmente o Senador era o Presidente da Comissão especial que preparava a reforma político-partidária e esperava concluir o trabalho com uma ampla reformulação do Código Eleitoral? Que sempre procurou buscar um amplo entendimento entre o Congresso Nacional, o Poder Executivo e a sociedade sobre a formulação de uma política nacional de desenvolvimento?

Por que não resumiu e destacou o verdadeiro perfil do homem público, Humberto Lucena, que sempre foi na vida pública, acima de tudo, firme, coerente, digno, leal e que em suma, dedicou-se à política como a um sacerdócio? Sempre acentuando, enfático, que o importante, para quem exerce qualquer parcela de poder, é "servir e não servir-se"? Para ele administrar "é contrariar interesses", "é dizer sim, mas sobretudo, dizer não", afinal que administrar "é escolher a pessoa certa para o lugar certo".

Por que não retratou, após seu falecimento, a verdadeira história política de Humberto Lucena já que a ele devemos contribuição não só à Paraíba, mas principalmente ao Brasil?

Não posso calar-me! Como sua filha, sinto-me no direito de preservar a imagem do homem público Humberto Lucena, nordestino, nascido na nossa querida Paraíba, político idealista com

os pés no chão, que andava na rua de cabeça erguida porque a ninguém devia e nem temia.

Neste momento de desabafo, agradeço a corajosa imprensa paraibana, que se sentindo aviltada pelo descaso com um de seus filhos ilustres, tem registrado sua indignação com o tratamento dispensado ao seu guerreiro dos últimos tempos – Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Wellington Roberto.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PMDB – PB). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, quero neste instante, solidarizar-me com a família Magalhães, pela irreparável perda do Deputado Luiz Eduardo Magalhães, político jovem, com ascensão política meteórica, homem íntegro, pacificador, leal e amigo que durante sua convivência com todos nós, deixou-nos exemplos que certamente deverão ser seguidos.

Quero, com a ajuda de Deus, neste instante histórico da minha vida, trazer à esta casa, onde convergem todas as luzes do civismo, com demonstrações incessantes de desenvolvimento democrático, a força de minha juventude, como símbolo de fé e esperança, procurando me associar ao conhecimento e experiência das senhoras e dos senhores, para juntos, palmilhamos os caminhos que nos levarão, objetivamente, à realização dos sonhos e anseios do povo brasileiro.

Serei humilde neste aprendizado.

Porém, saberei conduzir-me com altivez nas decisões implícitas às que deverei tomar, por força, não só da minha responsabilidade, mas, principalmente, pelo clamor da Nação, para, ao final, deixar incólume a dignidade nacional.

O enaltecimento da minha conduta, nesta casa, será o ponto de partida para que reconheçam, a grandeza de minha responsabilidade em substituir um homem da envergadura, moral e cívica, do saudoso senador Humberto Lucena.

Inteligência fulgurante, lealdade aos seus princípios filosóficos, precursor dos ideais democráticos do nosso País. Um pacificador por excelência, sem no entanto deixar de observar em seus sonhos de homem público, o dever de irrestrita solidariedade ao seu partido. Seguir-se-ia um rosário de qualidades, entretanto será o suficiente para sintetizar tudo, dizer a todos aqui presentes: Foi presidente desta Casa por dois mandatos.

No início do meu pronunciamento, fiz alusões às responsabilidades que pesam sobre meus ombros, e agora, com ênfase, ratifico-as, sobretudo

quando procurarei traduzir para esta casa o sentimento do sofrido povo de minha terra.

E quando nos vem a mente, o grito de necessidade destes sofredores, vítimas da seca, da fome, do desemprego, defende-se como uma das soluções básicas a aprovação e execução do projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

Não restrinjo minha preocupação apenas aos problemas regionais, tenho consciência do dever de ampliá-la aos problemas nacionais, pois o sofrimento do povo brasileiro é genérico. Seria um néscio se não reconhecesse os males e as ocorrências que nos afligem de norte a sul, leste e oeste.

País eminentemente doente, onde grassam: malária, doença de Chagas, esquistossomose, lepra, cólera, tuberculose, dengue e outras patologias de notório e geral conhecimento, em percentuais elevadíssimos, culminando com um índice de mortalidade infantil assustador.

Com qual tristeza Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores, poderíamos traçar um perfil de nossa educação, quando enormes filas de pais e mães de família se agrupam, em busca de um espaço, para que seus filhos amanhã, não sejam ignorantes, podendo levar este país a um caos total.

Segue-se: desemprego, exploração de mão-de-obra infantil, reforma agrária; este último com mais abrangência, por meio do movimento dos sem terra.

Friso e chamo a atenção para este movimento, que nos soa como um brado de clamor, implorando, pedindo, e as vezes, forçando, para o apréssamento em se atender suas necessidades de sobrevida.

Hoje um batalhão, mas, amanhã poderá constituir-se em exército, podendo ferir nossas instituições democráticas.

E agora, senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, como sanar essas dificuldades que nos afligem?

Sendo um neófito nesta casa, aventuro-me a prever que uma decisão política com consciência nacional será a solução.

Proponho-me firmemente a lutar por estes princípios, atendendo as reivindicações de nossa gente, lembrando que sou um Senador nordestino com visão nacionalista.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Wellington Roberto?

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PMDB – PB) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Gostaria de saudar V. Ex^a dizendo que não podia esperar-se de um Senador que ocupa o lugar do nosso saudoso

Humberto Lucena uma outra posição ou declaração senão esta que acaba de proferir. Solidário a V. Ex^a, lutaremos por um Brasil cada vez melhor e socialmente mais justo. Juntos, com a Bancada da Paraíba, composta também pelo eminentíssimo Senador Ronaldo Cunha Lima, haveremos de auxiliar esta Casa com a nossa parcela de contribuição, na luta por esses ideais que V. Ex^a acaba de proferir.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (PMDB – PB) – Agradeço ao nobre Senador Ney Suassuna pelas suas homenagens. Sensibiliza-me também vê-lo solidário com essa causa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra eminentíssimo Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ontem, na Hora do Expediente, tivemos a oportunidade de ouvir vários oradores homenageando a Embrapa. Hoje, venho a esta tribuna trazer o meu testemunho sobre o trabalho e os resultados obtidos ao longo dos últimos 25 anos pela nossa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa –, graças à abnegação e a competência dos seus diretores, cientistas, pesquisadores, técnicos e funcionários.

Consciente, como cidadão e produtor rural, da importância desse trabalho, pude aprofundar essa visão durante os 23 meses em que exercei o honroso cargo de Ministro da Agricultura e do Abastecimento.

Trata-se de um ato de justiça e de extrema oportunidade. Nunca, como hoje, tivemos na ciência e na tecnologia o instrumento para vencermos os desafios que a globalização da economia nos apresenta. São estes, também – ao lado da decisão e da boa coordenação política –, os instrumentos indispensáveis à solução de inúmeros dos nossos problemas internos, que vão da viabilidade da pequena agricultura familiar à capacitação competitiva de nossos maiores complexos agropecuários e agroindustriais.

A homenagem se justifica pelas conquistas já realizadas pela Embrapa e que possibilitaram o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro, inclusive frente aos competidores internacionais; proporcionaram o aumento da produtividade e a redução do custo da produção; a melhoria da qualidade dos produtos; o aumento de renda dos agricultores e, ainda, a viabilização de assentamentos e o aumento da oferta de proteínas a baixo custo para a população, em especial para a população mais carente. Tudo isso, ao lado da preocupação com a pre-

servação do meio ambiente e com a recuperação de áreas degradadas.

É extremamente oportuno que esta Casa se manifeste sobre a Embrapa e seu papel estratégico para a economia e para a Nação, não só pela necessidade de realizar os seus recursos humanos, valorizando-os, colocando-os no ponto de destaque, formados por uma pléiade de pesquisadores, em sua grande maioria com mestrado e doutorado, como pelo fato de o Congresso Nacional estar sendo chamado a discutir legislações específicas que afetam diretamente o mundo da ciência e tecnologia aplicadas à agricultura.

A velocidade do ganho do conhecimento, de habilidades e de técnicas na área agropecuária e do agronegócio como um todo aumenta vertiginosamente. Não fosse o esforço, a persistência, a competência dos cientistas e técnicos que marcaram a história da Embrapa, a própria história corrente do Brasil seria bem outra e – tenho certeza – bem pior. Foi o que percebeu o grupo de estudiosos que articulou a criação da instituição que colocou como prioridade máxima iniciar a formação de pessoal, cujo comando foi dado ao seu primeiro Diretor de Recursos Humanos, Dr. Eliseu Alves, responsável pela estratégia de especialização de cerca de dois mil técnicos no exterior, prioridade mantida durante o período de 1979 a 1985, quando Eliseu Alves presidiu a Embrapa e que procura ser mantida hoje, sobre a responsabilidade do Dr. Alberto Duque Portugal, dos Diretores Dantes, Escoler, da Dr^a Elza Brito Cunha e do Dr. José Roberto Peres.

As conquistas da Embrapa e de seus técnicos implicaram o aumento da produtividade, a redução de custos e a melhoria de qualidade que permitem ao Brasil, hoje, produzir 80 milhões de toneladas de grãos, além disso, garantir superávites comerciais na área do agronegócio da ordem de U\$11.7 bilhões. Superávit que, se continuar a estratégia de valorização e apoio aos produtores na busca do mercado internacional, haveremos de atingir valores superiores a U\$14 bilhões. Este valor corresponde à totalidade do que o Brasil investiu em pesquisa agropecuária nos últimos 25 anos, o que é relativamente pouco, ou seja, 1,15% do seu produto da agropecuário. O resultado foi a geração, neste período, de um PIB agropecuário acumulado da ordem de U\$1.2 trilhão. Para que esse crescimento se acentue, são necessários ainda mais investimentos, desde que corretamente planejados, dimensionados e aplicados.

Pesquisa e desenvolvimento nesta área, capitaneados basicamente pela Embrapa, resultaram um

aumento de 60% na produtividade de grãos e mais de 100% na produção nacional; multiplicaram por quatro vezes e meia a oferta de carnes; reduziram em mais da metade os preços dos alimentos ao consumidor e aumentaram a renda do produtor competente, que teve acesso a essa tecnologia. Sem a pesquisa certamente não teríamos ocupado com êxito os nossos cerrados, transformados em celeiros e com potencial para multiplicar a nossa produção, fazendo do Brasil o segundo maior produtor mundial de soja e a maior fronteira agrícola do planeta. E, onde há altitude e água está o cerrado atraindo a cafeeicultura, da qual o Brasil mantém a liderança mundial. Temos o exemplo da cana-de-açúcar, da fruticultura, da horticultura, do suco de laranja e de tantos outros produtos que contribuem para a nossa balança comercial, para a renda nacional e dos produtores e pela ocupação de dezoito milhões de pessoas, diretamente na agricultura, e mais de 50% da população economicamente ativa, se considerado o agronegócio como um todo.

Graças ao trabalho de nossos pesquisadores, foi possível a redução do uso de insumos, particularmente de adubos e agrotóxicos, tornando mais econômico o cultivo e reduzindo a agressão ao meio ambiente. Grande parte desses produtos estão sendo substituídos por soluções científicas naturais, como o controle biológico de pragas ou a fixação de nitrogênio por bactérias. Só esta tecnologia – chamo a atenção do Sr. Presidente e dos Srs. Senadores – resulta numa economia anual de US\$ 1,5 bilhão ao País.

Soluções geradas nos laboratórios da Embrapa e na rede de pesquisas que ela comanda também estão contribuindo para a melhoria da qualidade protéica dos alimentos. Exemplo disso é o programa da Embrapa em Sete Lagoas, no meu querido Estado de Minas Gerais, que desenvolve variedades de milho de alta qualidade protéica e que estão sendo aproveitadas na merenda escolar para os alunos mineiros.

A Embrapa também vem desenvolvendo pesquisas e transferência de tecnologias voltadas à melhoria da agricultura familiar e diminuição das desigualdades em diferentes regiões. Tecnologias de custo baixo e de fácil acesso ao pequeno agricultor. Também os assentados do programa da reforma agrária estão contemplados pelas novas tecnologias, sementes melhoradas e treinamento.

Muitos ainda são os desafios desta instituição exemplar no campo da ciência e da tecnologia nacionais, particularmente o de manter a competitividade do agronegócio nacional em âmbito nacional.

O Sr. Levy Dias (PPB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Arlindo Porto?

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Com muito prazer, Senador.

O Sr. Levy Dias (PPB – MS) – Ontem, participamos da sessão em homenagem à Embrapa, na qual tive oportunidade de apartear o Senador Osmar Dias. Hoje, aparteando V. Ex^a, o faço com muita alegria, principalmente por V. Ex^a haver desempenhado, com tanto orgulho para nós, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, naturalmente no comando maior de todo o setor agrícola e de produção rural do nosso País. Nobre Senador, talvez uma grande parcela do Brasil não conheça o trabalho da Embrapa, creio que até ao próprio Governo falta muito para entender o valor do conteúdo do trabalho da Embrapa. Quando, no Mato Grosso do Sul, vou fazer o plantio de milho e sorgo, consulto Sete Lagoas, cidade que V. Ex^a acaba de citar. Telefone para o Centro Nacional de Pesquisa de Sorgo e Milho pelo desenvolvimento tecnológico da semente de milho e sorgo, para não só produzir mais, mas ser mais resistente a pragas e a secas, e planto no Mato Grosso do Sul, com assessoria e orientação da tecnologia desenvolvida pela Embrapa. Então, o valor da Embrapa no contexto da globalização, onde o mundo todo está disputando, para que possamos disputar com a Europa, com os Estados Unidos, com a própria América do Sul, precisamos estar tecnologicamente preparados para desempenhar a produção de igual para igual, e ainda apanhamos em muitos pontos. Ontem, não tive tempo para falar, mas gostaria de lembrar ao povo brasileiro, porque uma grande parcela, inclusive, nos assiste neste momento, através da TV Senado, que o nosso País se tornou um dos maiores importadores de arroz do mundo, quando temos capacidade de produzir arroz para sustentar o mundo. Sobrevoei, recentemente, o Projeto Formoso, em Goiás, onde é desenvolvido um grande projeto de arroz irrigado. Num avião que voava a 500 Km por hora, percorri durante uma hora as margens do Araguaia, onde temos condições de produzir arroz para sustentar o mundo todo, e o trabalho da Embrapa pesquisando o arroz de sequeiro, milho para áreas úmidas é de uma importância que tenho certeza, nem o Governo brasileiro sabe avaliar. Cumprimento, não quero ser longo, V. Ex^a, não só pelo discurso em homenagem à Embrapa, mas pelo desempenho de V. Ex^a no Ministério da Agricultura.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Muito obrigado, Senador. Honra-me muito o aparte de V. Ex^a, especialmente quando enfatiza este extraordinário trabalho da Embrapa.

Como Ministro, pude viver e conhecer de perto, caminhar por este País e, por isso, conhecer aquilo que tem de mais avançado em termos de tecnologia. Fico honrado pelo aparte de V. Ex^a como Senador que conhece bem o Brasil, mas como excelente produtor rural que usa a tecnologia, que conhece, sim, o que há de mais adiantado em termos tecnológicos.

Quando V. Ex^a registra o milho da nossa Embrapa, quero registrar que participei com orgulho do lançamento dessa variedade, o milho saracura é específico no processo de aproveitamento de áreas úmidas, não apenas áreas irrigadas, mas áreas úmidas, o que consolida, sobretudo, a importância da continuidade desse trabalho.

O Brasil, sim, é o celeiro do mundo. Mas, para que isso se consolide de fato, precisamos, sobremaneira, fazer com que a tecnologia, que está hoje crescendo e avançando, possa ser colocada à disposição de todos os produtores, – isso é fundamental para o processo da extensão rural – os pequenos e médios produtores, tão necessitados, tenham uma oportunidade de contribuir para o desenvolvimento deste Brasil.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Com prazer, ouço V. Ex^a

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. EX;^a e me solidarizo com respeito ao apoio à Embrapa e sobretudo essa homenagem que é feita a essa empresa tão importante para o desenvolvimento da agricultura, da agropecuária brasileira. Acho importante que, como Ministro da Agricultura, V. Ex^a tenha dado apoio a essa empresa, cujas pesquisas são de fundamental importância para os agricultores no Brasil. V. Ex^a mencionou que aproximadamente 18 milhões de pessoas, hoje, vivem na ou da agricultura, trabalham na agricultura, além de outras que estão no complexo industrial agrícola, comercial, e assim por diante. Aproveito para manifestar a preocupação com respeito à evolução de pessoas que, na agricultura, estão, efetivamente, trabalhando. O Secretário da Agricultura que trabalhou nos primeiros anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, Guilherme da Silva Dias, ao deixar a Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, observou que no período, acho que nos dois anos e pouco em que S.S.^a havia estado à frente daquela função, tinha-lhe impressionado que aproximadamente 400 mil pessoas haviam deixado a agricultura. Ainda outro dia, num diálogo entre um dos líderes da direção nacional do MST, José Rainha e o Presi-

dente da Sociedade Rural Brasileira, Luís Marcos Suplicy Hafers, este último mencionou que em decorrência da política agrícola no que diz respeito, por exemplo, ao algodão, 280 mil pessoas haviam deixado a agricultura. Pergunto a V. Ex^a se, por ventura, como Ministro da Agricultura, teria um balanço mais atualizado – se puder nos dizer – nesses últimos três anos e cinco meses do Governo Fernando Henrique Cardoso, se esses números, de fato, são a realidade, se está havendo essa diminuição tão significativa, de que medida, considera V. Ex^a, isso decorre mais da tecnologia, da política agrícola, da questão dos preços, do crédito insuficiente? Se está havendo uma reversão, porque de um lado há pessoas em grande quantidade que estão querendo trabalhar na terra, e ser assentadas – todos aqueles que estão no MST constituem um exemplo disso, o que muitos consideram até uma bênção para o Brasil, como disseram Darcy Ribeiro, Celso Furtado e outros. Que fenômeno é esse que faz com que haja menos pessoas e até maior concentração fundiária em decorrência disso?

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, inicialmente, quero agradecer a oportunidade do aparte de V. Ex^a, um homem preocupado com as questões sociais e que, naturalmente, reconhece que a questão social está intimamente ligada à questão econômica.

Com o respeito que tenho e com a homenagem que quero prestar aqui ao Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Dr. Luís Hafers, enfatizo que S. Ex^a. tem razão na sua fundamentação, registrando e caracterizando a política agrícola como um fenômeno para o êxodo rural. É difícil, hoje, quantificar; não existe nenhum número oficial que reconheça qual o desemprego no campo, qual foi o tamanho do êxodo rural, considerando que os últimos números do IBGE remontam há mais de dez anos. O que se sabe, na prática, é que isto está acontecendo: um número bastante elevado nos últimos anos, em função de alguns fatores, um deles: o processo de mecanização, a modernização faz com que o homem seja substituído pela máquina e nesse processo há a natural transformação e a necessidade, sem dúvida, do aprimoramento, o treinamento da formação de uma nova atividade para aquele homem que mora no campo, que não apenas o seu trabalho braçal.

Em segundo ponto, enfatizo a questão econômica. Vivemos num país que passa por um processo de elevados custos financeiros, ainda elevado no contexto mundial; um elevado custo de produção, dificultando a competitividade e a concorrência interna e, principalmente, internacional.

Em terceiro lugar, uma política de comércio internacional não adequada ao País. Lamentavelmente o caso específico do algodão, a que se referiu V. Ex^a, é típico de uma política desastrosa, implementada pelo Governo, que, felizmente, mesmo tardivamente, foi modificada a partir do ano passado. Ou seja, permite que os empresários, aqueles que exploram o produtor rural, possam comprar algodão com 500 dias de prazo para pagamento, com juros de 6% ao ano, um juro incompatível com o mercado interno. Com isso, os nossos produtores não eram competitivos, não por falta de competência, mas porque os custos financeiros internos não permitiam o processo de comercialização.

Demorou para que o Ministério da Indústria e do Comércio, em especial a Câmara de Comércio Exterior do Governo Federal sensibilizasse e, mais do que sensibilizasse, entendesse a importância daquele momento e a responsabilidade dos seus integrantes. Felizmente, o Governo, ainda, mesmo que tardivamente, mudou a política; hoje se permite a importação apenas com 30 dias de prazo. Mas esse conjunto de fatores, seguramente, tem feito com que percamos a oportunidade de participar do mercado internacional, facilitando a importação de produtos.

Enfatizo, inclusive, Sr. Senador, que a órbita da Organização Mundial do Comércio, de que o Brasil faz parte – é signatário a partir de 1994 –, está fazendo com que percamos a competitividade especialmente daqueles países que subsidiam sua agricultura ou dos países que fazem com que oportunidades outras sejam dadas àqueles produtores em detrimento dos nossos.

Mas, nesse conjunto de fatores, entendo, como cidadão, como brasileiro, como Senador e como ex-Ministro, que muita coisa precisa continuar sendo feita, para que o produtor tenha mais tranquilidade e para que haja uma projeção de política de curto, médio e longo prazos. Espero que, com o Fórum Nacional da Agricultura, esse trabalho possa ser implementado.

Agradeço o aparte de V. Ex^a, que, seguramente, contribui com o meu pronunciamento neste momento.

Quero também, nesta oportunidade, enfatizar um dos fatores que está fazendo com que a Embrapa deslanche seu programa de instalar pesquisadores brasileiros no exterior, para que assim captem com mais facilidade os avanços dos concorrentes dos nossos produtos, tanto quanto observem as oportunidades e os mercados que surgem.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, faço questão de deixar registrado aqui o justo e inadiável

reconhecimento desta Nação à Embrapa, aos seus cientistas, técnicos e funcionários, à sua Direção e a todos aqueles que contribuíram e contribuem para que essa instituição possa continuar desempenhando um magnífico trabalho do qual dependem, de forma absoluta, a agricultura e o agronegócio nacionais.

Registro, ainda, a necessidade de que esses servidores, altamente qualificados, sejam mais valorizados e que aos nossos pesquisadores sejam oferecidas condições de trabalho e de sobrevivência dignas que impeçam o êxodo de cérebros para outros países. Sem esses conhecimentos e sem esses homens e mulheres valorosos, o Brasil não ultrapassará a barreira do futuro. Sem o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, certamente perderemos a nossa participação no mercado internacional, empobreceremos os nossos produtores e não venceremos a fome, que, desgraçadamente, ainda afeta contingentes de brasileiros deserdados e afligidos por condições como as que a seca impõe aos nossos irmãos nordestinos e do norte de Minas Gerais nos dias que correm.

Parabéns à Embrapa! Parabéns a todos os seus valorosos e dedicados funcionários! Manifesto o desejo de que instituições como a Embrapa possam continuar cumprindo o seu papel para o bem do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra à eminentíssima Senadora Júnia Marise.

A Presidência adverte que S. Ex^a dispõe de 11 minutos para fazer o seu pronunciamento.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, certamente, o tempo não me é favorável para fazer a abordagem de uma questão extremamente séria e que está ligada à seca que hoje assola o norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri no nosso Estado de Minas Gerais.

Nesta semana, os órgãos de imprensa se ocuparam exatamente em mostrar manchetes da situação por que está passando a nossa população do Vale do Jequitinhonha. No jornal, estão publicadas as seguintes manchetes: "A Seca Humilha Homens e Dizima Animais no Vale"; "Água a Preço de Ouro"; "Sede, Fome e Revolta no Vale do Jequitinhonha"; "Seca Prolongada Faz Vale Virar um Deserto e Fome Pode Gerar Confusão"; "Alarme da Seca é Ignorado"; "A Seca Prolongada Faz Vale Virar um Deserto". Uma outra manchete de outro jornal da im-

prensa de nosso Estado diz: "Cesta Básica Alimenta a Indústria da Seca".

Neste momento, queremos registrar um relatório apresentado pelos Prefeitos Municipais do Norte de Minas, que hoje estão reunidos na cidade de Mato Verde, em audiência pública promovida pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Este relatório, que é um dossiê referente à seca do norte de Minas e que foi encaminhado ao Governador do Estado e ao Governo Federal, mostra os dados coletados em 58 municípios até o último dia 25 de abril. Os prefeitos relatam, de forma absolutamente clara, a dramática realidade que assola aquela região atingida pela seca nesses últimos meses.

Entre as propostas sugeridas pelos prefeitos municipais às autoridades governamentais, consta a construção de mini barragens e de poços artesianos e a formação de frentes de trabalho, a fim de que se possa enfrentar, precariamente, neste momento, uma situação que se revela tão dramática como a realidade do Nordeste brasileiro.

No Vale do Jequitinhonha, por exemplo, os municípios estão em estado de calamidade pública e de emergência, como no norte de Minas. Há pouco, recebi um telefonema proveniente do norte de Minas. Fui informada que, nesta semana, crianças morreram por desnutrição, por falta de alimentação. Essa situação está se agravando cada vez mais. Neste momento, isso está transformando a população atingida pela seca, que está praticamente desolada pela grave omissão por parte das nossas autoridades, que estão fechando os olhos diante da situação avassaladora que está atingindo a população do norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha.

Hoje, segundo estatísticas apontadas pelos prefeitos, há 180 mil flagelados da seca só no norte de Minas. A população procura por um balde de água para beber. Hoje a água é uma mercadoria que está sendo vendida a peso de ouro. A própria imprensa noticia: "Água Vendida a Peso de Ouro". Isso ocorre, porque, praticamente, não existe água potável para ser consumida por aquela população. Os rios secaram, e toda a produção agrícola foi perdida. O gado está sendo dizimado. Mais do que isso, a população disputa a água e o gado também está disputando um pouco de água para poder sobreviver. Essa é a situação desoladora que estamos enfrentando em Minas Gerais. Os nossos conterrâneos estão passando fome.

O jornal **Hoje em Dia** mostra que, durante quatro horas, crianças ficaram à procura de água, mas não beberam sequer um gole no seu trajeto, porque não encontraram água para beber.

Neste momento, eu me pergunto: quando o Governo colocou três Ministros de Estado de plantão para atender os Parlamentares, para liberar as verbas para os Parlamentares, para aprovar o projeto da reforma da Previdência – o Governo ficou de plantão, o que a imprensa divulgou claramente; houve até transparência por parte do Governo.

Por que, Presidente Fernando Henrique Cardoso, não deixar, neste momento, o Governo de plantão, os seus Ministros, os órgãos governamentais, para que possam ir a essas regiões estender as mãos a essa população e socorrê-la nesta hora grave e desoladora de seca?

Mais do que isso, Sr. Presidente. Os próprios órgãos do Governo receberam o aviso há alguns meses – o Ministro Arlindo Porto está concordando comigo – de que, devido ao fenômeno **El Niño**, a seca deste ano seria muito mais extensa e avassaladora. O Governo foi avisado. Portanto, não foi pego de surpresa.

Há quantas décadas estamos enfrentando a seca, tanto no Nordeste brasileiro quanto nas nossas regiões de Minas Gerais? O Governo sabe disso. E por que não elaborar programas e medidas eficazes para conter os resultados tão negativos da seca que vem atingindo a nossa população?

Por isso, neste momento, gostaria de enfatizar aqui uma declaração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que disse que só Deus pode nos ajudar. Mas Deus disse uma outra coisa: "Faz a tua parte que eu te ajudarei". E é preciso que o Governo faça a sua parte. O que o Governo está fazendo? Será, Sr. Presidente, que apenas a distribuição de cestas básicas, feita agora em razão dos saques que estão ocorrendo no Nordeste brasileiro, onde populações famintas, de estômago vazio, estão procurando alguma coisa para se alimentar e tentar sobreviver? Será que é isso? Só por isso o Governo começou a tomar providências e encaminhar cestas básicas?

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nobre Senadora Júnia Marise, permita-me interromper V. Ex^a, antes que conceda o aparte ao Senador Arlindo Porto, para prorrogar por mais cinco minutos a sessão, a fim de que V. Ex^a possa concluir o seu brilhante pronunciamento.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Ouço com muito prazer o eminente Senador Arlindo Porto.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Agradeço a deferência da Presidência, de conceder o alongamento da sessão, mas não poderia deixar de enfatizar aqui os meus cumprimentos à Senadora Júnia Marise. Vereadora de Belo Horizonte, Deputada Estadual, Deputada Federal, Vice-Governadora do nosso Estado e hoje Senadora da República, S. Ex^a conhece bem de perto Minas Gerais. Conhece as suas defasagens e a sua importância. Conhece as várias Minas, como escreveu Guimarães Rosa. Por isso, Senadora, é muito oportuno o seu pronunciamento, que vem ao encontro do projeto apresentado por V. Ex^a, em fase final de aprovação nesta Casa. Tenho certeza de que ele estará agregando mais uma área, também com limitações climáticas, à influência da Sudene. Estou convicto de que V. Ex^a não pensava, naquele momento, apenas em questões emergenciais, mas em projetos e programas que pudessem, de maneira definitiva, melhorar o nível de vida daquela população. Fico orgulhoso de estar ao lado de V. Ex^a, representando o Estado de Minas Gerais, neste momento em que V. Ex^a chama a atenção para uma questão grave, que se prolonga por anos e anos e que, seguramente, precisa de medidas energéticas. O pronunciamento de V. Ex^a, mais do que uma denúncia, é um chamamento para que todos que tenham responsabilidade e consciência participem dessa solução. E a solução é fazer com que pessoas possam ter dignidade, o que, seguramente, se inicia e caminha com o pronunciamento de V. Ex^a. Os meus cumprimentos.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Senador Arlindo Porto, incorporo o seu aparte com muita alegria, porque estamos aqui hoje, V. Ex^a e eu, praticamente de plantão em Brasília. Enquanto está sendo realizada uma audiência pública na Cidade de Mato Verde, no norte de Minas, promovida pela Assembléia Legislativa, estamos em Brasília, no Senado Federal, envidando esforços para que o Governo Federal se sensibilize e determine imediatamente as providências para socorrer as populações do norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha.

Exatamente por isso, Sr. Presidente, estamos ocupando novamente a tribuna. Há vinte dias fizemos aqui o primeiro pronunciamento, para mostrar essa situação ao Governo e concluir, pedir socorro ao Presidente da República, para que Sua Excelência determinasse imediatamente aos órgãos do Governo a liberação de recursos e encaminhasse cestas básicas, porque as populações do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri já estavam sofrendo as consequências da seca avassaladora que atinge aquela região.

No entanto, as providências não foram tomadas. Até hoje o Ministério do Planejamento não liberou os recursos prometidos, e apenas algumas dezenas de cestas básicas chegaram àqueles Municípios, não atingindo ainda a totalidade da população, que está realmente passando fome neste momento.

Trago nesta oportunidade um quadro desolador. Precisamos habilitar melhor a Sudene, dar àquele órgão melhores condições e mais recursos, fortalecendo-o para que implemente programas efetivos de geração de empregos e crie frentes de trabalho para a construção de barragens e açudes. Desse modo, pode-se fazer com que a população se sinta mais protegida nesses momentos tão graves da seca, que assola, ano a ano, há várias e várias décadas, as regiões do Nordeste, as regiões de Minas Gerais, como o norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha.

Quero ainda acrescentar – e isso foi lembrado aqui pelo Senador Arlindo Porto – que o Senado Federal já aprovou projeto nosso que integra o Jequitinhonha na área da Sudene.

A propósito, a imprensa hoje divulga uma denúncia que considero grave, de um Parlamentar, Deputado Federal, representante inclusive de Minas Gerais na Câmara dos Deputados, Deputado Sérgio Miranda. S. Ex^a mostra o desvio de recursos da Sudene para o pagamento da dívida pública.

Ora, Sr. Presidente, quando verificamos que os minguados recursos da Sudene não estão sendo aplicados nos programas de combate à seca, no atendimento às populações carentes dos Municípios que integram a Sudene, e estão sendo desviados para o pagamento da dívida pública, sentimos enorme perplexidade, pois o Governo praticamente confisca os recursos das áreas sociais para fazer face ao pagamento da dívida pública!

Concluindo, Sr. Presidente, queremos fazer aqui, mais uma vez, a nossa condenação – faço isso certamente em nome também do Senador Arlindo Porto. Estamos hoje em Brasília envidando esforços junto ao Governo Federal, no momento em que, em Mato Verde, no norte de Minas Gerais, estão os prefeitos reunidos com vários deputados estaduais, para discutir e debater a seca que atinge aquela população.

A nossa preocupação, diante dos desdobramentos que poderão ocorrer e que já estão sendo citados pela própria imprensa de Minas Gerais, é com aquela população que não tem água para beber nem alimento para matar a fome e poderá também – não desejamos isso –, sem ter o que comer, chegar ao

ponto de promover saques em supermercados para tentar sobreviver.

Não queremos isso. Desejamos que o Governo, nesta hora tão difícil, faça com que aquela população tenha, pelo menos, o direito à dignidade de viver e à alimentação.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

OF. GLPTB/105/98

Brasília, 7 de maio de 1998

Senhor Presidente,

Em cumprimento à forma regimental, venho indicar a Vossa Excelência o Exmo. Sr. Senador Arlindo Porto na condição de Suplente, para representar o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, na Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Aproveito a oportunidade, para renovar a V. Exa. protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador Odacir Soares, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência designa o Senador Arlindo Porto para integrar, na condição de suplente, a Comissão de Assuntos Sociais, em conformidade com o ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou à Mesa requerimento cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 235, inciso III, alínea a, item 4, do Regimento Interno, deve ter início na Hora do Expediente.

A proposição será lida na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os Srs. Senadores Mauro Miranda, Odacir Soares e Ernandes Amorim enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr Presidente, Srs. e Srs. Senadores, poucas instituições, no Brasil, têm uma história de existência tão curta e um patrimônio de resultados tão extenso para o desenvolvimento do país, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa. Nesses 25 anos de existência, com a herança dos antigos institutos regionais de pesquisa, o trabalho da Embrapa cumpriu um papel de grande importância para a afirmação do Brasil como um dos mais importantes exportadores mundiais de grãos.

Graças ao trabalho, à dedicação e à competência de seus 2.096 pesquisadores, racionalmente distribuídos por todo o país, o Brasil alcançou uma posição de grande respeito no mercado mundial de **commodities**. A soja cresceu 360 por cento, o milho 128 por cento, o trigo 49 por cento, o arroz e o feijão 27 por cento. E tudo isso aconteceu num período de tempo reduzido, coincidindo praticamente com a conquista dos cerrados do Centro-Oeste para a modernização da agropecuária.

O Centro-Oeste e sobretudo Goiás devem muito a esses técnicos, aos dirigentes e aos funcionários da Embrapa. Nossa agricultura ganhou novas escalas de produção graças ao trabalho paciente e dedicado desses profissionais, que se multiplicaram na sua capacidade de produzir resultados, embora a contrapartida salarial não tenha sido suficientemente justa para compensar essa dedicação.

Hoje, quando estamos aqui a comemorar o aniversário deste grande exemplo de instituição pública comprometida com o país, o desenvolvimento e o futuro, como é a Embrapa, cabe a nós, principalmente os que representam estados com vocação agrícola como Goiás, acompanhar a vida da empresa, lutar pelo seu fortalecimento, defender a supressão de problemas que impeçam a sua plena caminhada, e ficar ao lado desse grupo de idealistas que vivem enclausurados nos laboratórios para garantir sempre a melhoria da qualidade dos nossos alimentos. É uma questão de justiça exigir que o país esteja ao lado da Embrapa. Ainda agora estamos vendo a importância das exportações agrícolas na redução do déficit da balança de pagamentos.

Para mim, e para os ilustres colegas Íris Resende e José Saad, que comigo representam Goiás nesta Casa, é razão de orgulho ter a Embrapa ao lado do nosso desenvolvimento agrícola. A Embrapa é um dos principais símbolos do novo perfil econômico de nossa região, sustentado pelo desenvolvimento da produção agropecuária. Em nome dos meus companheiros, do povo e dos produtores agrícolas de Goiás, o nosso reconhecimento por essa história de trabalho, competência e resultados em benefício do nosso Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ODACIR SOARES (PTB – RO) – Sr Presidente, Srs. e Srs. Senadores, dizer que a universidade pública brasileira vive um momento difícil é afirmar o óbvio. No entanto, não são tão óbvias, nem tão facilmente identificáveis as razões da crise; uma crise que efetivamente existe.

A universidade encontra-se enclausurada entre duas visões contrastantes, polarizadas, fortemente prevenidas, o que dificulta grandemente o estabelecimento de um diálogo construtivo. A questão, por um lado, não é encarada dentro de um prisma institucional, tendo por horizonte um projeto de universidade para a sociedade de hoje e de amanhã. Movimentam-se e defendem-se idéias, de acordo com interesses predominantemente restritos. Por outro, há enorme dificuldade de conceber, difundir e justificar programas e metas.

É também constatação inegável que a universidade em si mesma tem enorme dificuldade de reformar-se. Gasta muito e mal os recursos e está prisioneira de tendências e interesses que a impedem de perceber e encaminhar mudanças capazes de solucionar os novos desafios. Em um contexto assim, muito difficilmente haverá condições para implementar as iniciativas necessárias ao enfrentamento da situação. Em grande medida também, tais iniciativas dependem do papel que for definido para o Estado moderno, no que diz respeito à educação.

Existem também setores e grupos ligados à representação universitária, mas que não se limitam à representação profissional. Avançam para além dessas atribuições. Por esses setores e grupos, o governo é visto como força que optou pelo asfixia da universidade, mediante contenção de recursos, motivado por uma ótica tecnocrática que lhe suprime a capacidade de se dar conta dos problemas pelos quais passa o ensino superior no Brasil.

Essa atitude tem-se manifestado não apenas em segmentos ligados diretamente aos sindicatos, mas é assumida também por pessoas que possuem concepção mais ampla do papel da universidade.

Num contexto assim caracterizado, a problemática perde ou simplesmente não adquire a necessária tensão transformadora, embota-se a criatividade e o percalço agiganta-se.

Essas dicotomias anulam e inviabilizam o caminho das possíveis lideranças com potencial para projetar encaminhamentos renovadores e obrigar o Estado, por força dos instrumentos de que dispõe, entre os quais o controle dos recursos, a ser o único tomador de decisões. Esse fato, porém, impossibilita o desenvolvimento de uma mais nova e ampla concepção do ensino superior no País.

Sr. Presidente, o Brasil, às vésperas do século XXI, convive com extraordinárias inovações, inovações que marcam os dias presentes com características de fascinante contemporaneidade. Vive-se uma época de desafios e paradoxos, de extrema velocidade, a época da instantaneidade.

Apesar disso, a questão da universidade tem-se arrastado roncamente, prolongando a vida de um modelo há muito superado. Não se vêem, não se sentem avanços, instalando-se uma impressão de que ainda se encontram em plena vigência os princípios que assinalaram a gênese da universidade no longínquo século XI.

A universidade brasileira é nova. Nasceu em 1934, quando foi criada a de São Paulo. Não é compreensível, portanto, que seja tão vagarosa quando está em jogo a sua atualização aos novos tempos.

A greve em curso dos professores universitários tem como principal motivo os baixos salários. Efetivamente, considerando-se os requisitos necessários à formação, inclusive no que se refere à indispensável necessidade de atualização e à relevância da função, como bem afirmou o Ministro Paulo Renato, os salários são baixos, extremamente inadequados.

É verdade, muitos professores têm acesso a bolsas de pesquisa ou a complementações salariais decorrentes de convênios e de contratos, mas a grande maioria não tem acesso a esses ganhos complementares e vive situações constrangedoras. Mas também não resta dúvida de que convênios e bolsas não podem constituir mecanismo rotineiro de aumento salarial. O salário deve ser decorrência de uma acertada política de remuneração do pessoal docente.

A questão salarial, portanto, exige debate, requer acertos, clama por adequação. Mas não é o único problema a pedir reforma.

O Regime Jurídico Único é um dos instrumentos inibidores da ação da universidade pública, pois vincula o aumento salarial ao princípio da isonomia, independentemente da instituição, da área de conhecimento ou da região em que atuam os professores e centraliza na União toda iniciativa nesse campo.

Segundo informações publicadas pelo Ministério da Educação, em 1997, as universidades públicas gastaram 3 bilhões e 200 milhões de reais com a folha de pagamento do pessoal ativo e 1 bilhão e 500 milhões com os inativos, totalizando 4 bilhões e 700 milhões de reais.

Compreende-se que qualquer reajuste a ser dado, com o alcance determinado pelo Regime Jurídico Único, aumentaria de modo significativo esses valores, gravando ainda mais as já restritas disponibilidades da União.

Outras questões de ordem estrutural estão a exigir impostergável e corajoso exame. É de todos sabido, por exemplo, que no sistema ocorrem notórios desperdícios; há excesso de professores e fun-

cionários em relação ao número de alunos; pouca atenção é dada aos alunos de graduação, caracterizada de modo especial na falta de professores mais qualificados, na inexistência de laboratórios adequados e no baixo nível de exigência acadêmica para os matriculados.

Há exceções, é certo, mas o conjunto do sistema é perdulário, provocando custos incompatíveis com a realidade do País e em contraste com os rigores exigíveis na administração pública.

O País precisa, por outro lado, ampliar as vagas no ensino superior. Não pode continuar com percentuais de inscritos nesse grau inferiores em relação a nações que se encontram no mesmo patamar de desenvolvimento.

Entre os países da América Latina, o Brasil tem um dos mais baixos índices de acesso à universidade, inclusive levando em conta o setor particular. De acordo com dados contidos no Plano Nacional de Educação de 1998, proposta encaminhada ao Congresso Nacional, "a percentagem de matriculados no ensino superior brasileiro em relação à população de 18 a 24 anos é de menos de 12 %, comparando-se muito desfavoravelmente com os índices da Argentina (40 %), do Chile (20,6 %), da Venezuela (26 %) e mesmo da Bolívia (20,6 %).

Esses dados desvendam a extensão do caminho a ser feito para anular a desvantagem, sobretudo, em face das necessidades do País, de modo especial no campo do desenvolvimento industrial e tecnológico alcançado.

Atualmente, o número de vagas oferecido ainda se encontra em patamares razoáveis, considerando que para cada vaga há uma média de 1,3 estudantes saídos do ensino médio. Na medida, porém, em que o estrangulamento representado pela repetência e pela evasão do ensino fundamental for solucionado, a tendência será de forte aumento da demanda, realidade, aliás, que já começa a se materializar.

Hoje, as universidades federais ministram 1 mil e 636 cursos de graduação, atendendo a cerca de 390 mil alunos. Nelas trabalham 53 mil professores, com uma média de 7,3 alunos por professor. No País, existem em andamento 1 mil e 277 cursos de mestrado e 677 de doutorado. Nestes, há 24 mil alunos inscritos. Nos cursos de mestrado, 47 mil. Deve-se observar que o setor público é responsável por 90 % dos cursos de doutorado e de mestrado no Brasil.

A expansão das vagas no ensino superior de graduação não pode dar-se somente pelo aumento do segmento privado, na atualidade responsável por

60% delas. É preciso também abrir mais vagas nas universidades públicas, especialmente as direcionadas para a pesquisa. Essas ainda constituem predominantemente responsabilidade do Estado, por serem o suporte necessário ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País.

A questão do custo *per capita* do estudante brasileiro na universidade pública é outro gargalo que requer equacionamento. O custo do universitário brasileiro é exageradamente alto, de duas a quatro vezes mais se comparado com os gastos nos demais países latino-americanos e superior ao custo praticado em muitos países desenvolvidos. A diminuição desse custo, aliada a uma competente racionalização dos financiamentos, permitirá aumentar o número de vagas disponíveis sem aporte adicional de recursos.

Uma efetiva autonomia das universidades constitui também uma meta a perseguir. Por sua vez, a autonomia administrativa viabilizará a autonomia didática e científica e é pré-requisito para a introdução de novos modelos de gestão financeira e patrimonial. Os recursos financeiros e patrimoniais passarão a ser bens institucionais, provocando uma utilização mais criteriosa, com destinação certa e maior responsabilidade diante da finalidade pública que orienta a existência da instituição. Com autonomia, as universidades terão maior produtividade, reduzindo custos, ganhando em eficiência, em produção científica, em número de títulos e em atividades de extensão universitária.

Sr. Presidente, em síntese, a universidade brasileira vive momentos difíceis, momentos críticos. É preciso não deixá-la perder a força da criatividade, é preciso recuperar-lhe as forças porventura já amortecidas, no horizonte de uma visão clara do papel que lhe está reservado no processo de desenvolvimento sustentado do Brasil.

A crise existe, mas existe para ser vencida. É preciso superá-la não por meio de uma revolução passiva que instaura o novo ao lado da manutenção do arcaico. A reforma precisa ser uma reforma democrática, fruto de tensão inovadora, de radicalidade criadora. Nesse campo, o Estado tem papel insubstituível, de modo particular em um país como o Brasil em que ainda subsistem enormes desigualdades e inaceitável pobreza para grande parte dos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB - RO) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, um Senador da República e meu conterrâneo, escreveu que um dia

o brasileiro iria rir-se de honra e ter vergonha de ser honesto.

O grande jurista e político baiano Rui Barbosa previu há quase um século o que seria o Brasil, às portas do ano 2000.

Li estarrecido na **Folha de S.Paulo** do dia 3 de maio próximo passado, que o Governo Valdir Raupp recebeu no Programa Brasil em Ação-Reforsus – R\$4.060.000,00 (quatro milhões e sessenta mil reais) sendo o segundo Estado da Federação mais bem aquinhoados pelo Programa.

Como entender, que critério é este, que premia a um governo que tem sido acusado, pela imprensa, e outros meios de comunicação de mau uso de verbas públicas.

Em Rondônia, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o setor de saúde, sem medo de errar posso afirmar, que está longe do que a Constituição prevê, e do que espera o cidadão.

Senão vejamos, a situação atingiu proporções tão alarmantes que o Conselho Regional de Medicina teve que intervir em várias unidades de atendimento à população, por absoluta falta de higiene, falta de material de limpeza, álcool, esparadrapos e gases.

Este quadro se estende da recepção dos hospitais aos laboratórios e ambulatórios, o que levou o Conselho de Medicina a recorrer à justiça para o fechamento do Banco de Sangue do Estado e o Centro de Medicina Tropical, em uma tentativa de evitar maiores danos à população de nosso Estado.

E o Governo Federal que tem seus representantes no Estado, precisa abrir os olhos, para não premiar a inficiência de um governo que nem seus aliados nesta Casa, nem na Câmara dos Deputados tem se posicionado em sua defesa.

Pois tenho sistematicamente denunciado desta Tribuna e promovido ações judiciais, em uma solitária jornada, na tentativa de livrar o meu Estado de situações como esta.

Às vezes chego a não entender a justiça do meu País, quando ações correm de forma lenta, como no caso do Governo de Rondônia, ao passo que ações puramente políticas, que não deveriam ser permitidas pela justiça, atacam a um dos mais dignos e competentes políticos do nosso País, que é o Dr. Paulo Maluf.

Reconhecidamente um homem íntegro, que o povo de São Paulo, esclarecido que é, jamais lhe negou seus votos, pois sabem que Paulo Maluf representa a garantia de um governo sério, moderno e empreendedor.

E nas próximas eleições o povo paulista dará uma resposta aos caluniadores, que temem enfrentar o Dr. Paulo Maluf nas urnas, elegendo esse insigne brasileiro para mais uma gloria gestão à frente do Governo de São Paulo.

O Partido Progressista Brasileiro se orgulha de seu Presidente Paulo Maluf, que no exercício dos seus mandatos, como Prefeito e Governador, tem dado à Nação uma lição de como administrar e gerir um Estado-Nação que é São Paulo, orgulho de todos nós brasileiros.

Em breve chegará o dia que o povo paulista entregará a todos nós brasileiros o Dr. Paulo Maluf para gerir os destinos desta grande Nação, que na minha opinião já deveria ser nesta próxima eleição.

Retornando ao motivo do meu pronunciamento, estou requerendo ao Tribunal de Contas da União para saber os projetos que o Governo de Rondônia tem na área de saúde e onde foram aplicados os recursos liberados pelo Reforsus.

Não creio, e não quero acreditar que neste momento, em que os nossos irmãos nordestinos estão sendo vítimas da maior seca dos últimos anos, com suas famílias, sem água e sem alimentos, o Governo Federal continue repassando recursos do povo, para um governador que tem sido acusado, com ações na Justiça de manipular a opinião pública através da imprensa, usando a máquina estatal.

Não posso entender como continuar prestigian- do um governo como o do meu Estado com verbas federais. Como entender que esse Governador consiga, percentualmente, mais recursos federais que os Governadores Amazonino Mendes, Paulo Souto e Roseana Sarney. Salta aos olhos do mais comum cidadão, que algo de estranho existe nesta relação do Governo Estadual e o Planalto Central.

Na segunda-feira próxima passada, da tribuna desta Casa, à qual me sinto honrado de pertencer, o que não me inibe de afirmar que cometeu uma terrível injustiça com o povo de Rondônia, transferindo-lhe uma dívida de quinhentos e três milhões de reais, gerados pelos Interventores do Banco Central.

Que apesar do meu requerimento, para uma análise mais cuidadosa, os políticos partidários desse governo conseguiram sobrepujar os interesses de um Estado pobre, que se tornou um paciente terminal com a aprovação da abertura de crédito para pagar os desmandos dos funcionários do Banco Central no Beron.

O povo de Rondônia hoje pouco difere dos dez milhões de brasileiros flagelados, famintos, esquálidos, dependendo da carência alheia.

Esta é a verdade, é apenas uma das faces mais cruéis desses tempos de neoliberalismo e de mundialização de nossa economia.

O Brasil se integra no mercado internacional e milhares e milhares de brasileiros, jogados fora do mercado, se desintegram.

A dívida interna chegou a trezentos e seis bilhões de reais, que no ano de 1994 eram sessenta e um bilhões; a dívida externa já está em 200 bilhões de dólares; o Economista Marcelo Nery do Ipea, do Ministério do Planejamento, em pesquisa divulgada na **Tribuna da Imprensa** pelo brilhante Jornalista Sebastião Nery, mostra que, de cada 100 desempregados brasileiros, 40 continuam desempregados, 27 tornaram-se inativos (desistiram de procurar trabalho), os outros vão engrossar o exército da informalidade (biscateiro, camelô, flanelinha, traficante e assaltante), e só menos de 10 conseguem voltar a ter um emprego.

Não adianta, não me cansarei, não desistirei, enquanto forças eu tiver, continuarei a defender o meu Estado e o meu povo desse Governo Estadual.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. – Senador **Ernandes Amorim**, PPB – RO.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 5 minutos.)

(OS 12848/98)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA,
NA SESSÃO DO DIA 05 DE MAIO DE 1998,
QUE SE REPUBLICA A PEDIDO DO PAR-
LAMENTAR:**

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao iniciar estas minhas palavras, permito-me renovar-lhe, testemunho, já manifestado nesta Casa e publicamente em vários locais, de admiração por V. Ex^a, pela grandeza do seu espírito, pela força interior capaz de resistir a tantas dores e a tantas agonia. Permito-me prestar-lhe mais essa homenagem porque V. Ex^a cresce na admiração dos seus amigos, entre os quais me incluo, exatamente por esse comportamento de grandeza, de altitude e de elevação. Sei o quanto V. Ex^a sofre. Cheguei a dizer aqui, nesta Casa, que não sabia quem tinha morrido mais, o filho de olhos fechados ou o pai, com o coração aberto em chagas.

Neste instante em que venho a esta tribuna para tratar de um assunto específico, trairia a mim

mesmo se não lhe rendesse esse testemunho renovado de admiração e se aqui não renovasse a minha solidariedade pessoal à sua dor, mas também exaltasse a sua imensa fortaleza moral e de espírito.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, em outras ocasiões, resisti em trazer a esta tribuna assuntos do meu Estado, mais particularmente os assuntos paroquiais ligados à política partidária da minha terra. Ao longo desse tempo e nas repetidas vezes em que ocupei esta tribuna, fiz questão de não trazer, de não discutir, de não analisar, de não informar determinadas circunstâncias político-eleitorais do meu Estado.

Peço desculpas, porque hoje não posso resistir. Peço desculpas aos meus eminentes Pares, aos quais peço que me emprestem seus ouvidos, por alguns instantes, para que eu lhes possa mostrar minha própria alma, na transparência dos cristais, daquela alma que não sabe esconder o que sente e, principalmente, não sabe esconder o que sofre.

Eu disse na Paraíba, Srs. Senadores, que não pretendia voltar ao Governo do Estado. Anunciei aos meus companheiros que não mais desejava postular candidatura ao Governo do Estado. Disse mais. Cheguei a dizer que começava a me possuir desencanto tal que talvez e, certamente, ao término do meu mandato de Senador, eu não mais disputasse eleições. José Américo de Almeida dizia, Senador Bernardo Cabral, que "o homem público só deixa a vida pública em duas circunstâncias: quando dela é expulso ou quando dela começa a sentir nojo". E eu verificava que expulso não poderia ser porque, sempre que me apresentei em pleitos eleitorais, fui vencedor. Confesso, e desculpem que eu jogue aqui a modéstia embaixo da mesa para proclamar que, nas vezes em que fui candidato, venci. Fui Vereador, Deputado duas vezes, Prefeito duas vezes, Governador, Senador e, na minha cidade, Campina Grande, são 10 eleições consecutivas e 10 vitórias consecutivas.

Exibo no meu Estado um título, e o exibo com tanta honra e com tanto orgulho cívico que faço questão de repetir aqui: a minha ficha de filiação do PMDB, meu Líder Jader Barbalho, é a 001. Sou o filiado nº 1 do Partido na Paraíba e por esse Partido, às vezes, fiquei de coração partido, mas procurei mantê-lo unido, forte e vencedor.

Em 1982, quando voltava do exílio da própria Pátria, quando tive meu nome lembrado como candidato a Governador, aceitei a decisão majoritária do Partido, que buscava outro nome de um outro partido e ao qual me abracei e emprestei meu apoio pela sua história, pela sua bandeira, pelo seu nome, que invoco com saudade e com homenagem, que era o então Deputado, depois Senador Antônio Mariz.

Em 1986, Prefeito da minha cidade, era convocado a deixar o meu mandato de Prefeito para dis-

putar o Governo do Estado, e, uma vez mais, meu Partido buscava alguém de outro partido para ser candidato. Foi quando, Sr. Presidente, cunhei uma frase ao meu estilo e sintetizei minha vida, dizendo: "Em 82, deixa para depois; em 86, não foi a minha vez, mas em 90 ninguém me sustenta." E fui candidato em 1990, Srs. Senadores, tendo o apoio de apenas dois Deputados Estaduais e dezessete Prefeitos dos 171 do meu Estado. Ganhei as eleições; fui eleito Governador e deixei o meu Partido com vinte Deputados Estaduais, sete Deputados Federais, três Senadores e o Governador do Estado.

Foi uma modesta colaboração e a Paraíba sabe o esforço titânico que fiz no último pleito, em 1994, quando o querido amigo, o grande companheiro, o extraordinário Humberto Lucena teve de suspender a sua campanha, para vir cuidar, juridicamente, da sua situação em Brasília, e o companheiro Antônio Mariz estava cuidando da sua saúde. Percorri a Paraíba toda dizendo aos meus amigos que votariam em mim duas vezes se votassem em mim e em Humberto Lucena; que votariam em mim três vezes, quem votasse em mim, em Humberto Lucena e em Antônio Mariz; e disse que, se algum eleitor quisesse votar apenas em um Senador, que votasse em Humberto Lucena e que não votasse em mim. Ganhamos as eleições. Antônio Mariz, infelizmente, morreu. Assume o Governo o Vice-Governador, escolhido pelo Partido, consensualmente, com o compromisso da bandeira desfraldada nas ruas, nos caminhos, nas estradas da Paraíba, de dar continuidade, com o slogan timbrado na frase: "No dia 03, vote nos três", para simbolizar, significar, mostrar e evidenciar ao povo a nossa identidade e a nossa unidade.

Iniciado esse período de Governo, passei de forma silenciosa, resignada e humilde a sofrer tratamento injusto e desigual de um companheiro de Partido, que passou a dar tratamento preferencial aos meus adversários, não apenas na minha cidade, mas em quase todas as cidades do Estado.

Depois de tantas reuniões e desejos de o Partido se unir para a formação de uma chapa, da qual contestei apenas a fase, a data, a época – divergência apenas de ordem processual, de ordem adjetiva, e de nenhuma ordem substantiva – apesar de ter concordado com que a chapa fosse lançada, mesmo assim, o Governo que eu apoiava, o candidato que eu apoiava insistia em dar tratamento desigual e, repito, cruel e desumano a um companheiro, ao ponto de contratar uma emissora de rádio e um radialista com a missão de exaltá-lo e de agredir-me. Agrediu a mim – e com tanta intensidade que chegou ao ponto de agredir o próprio Senado na pessoa do Presidente Antonio Carlos Magalhães. Juntos, representamos ao Ministério das Comunicações.

Mostrei ao Governador o contrato, exibi-lhe a prova de que ele recebia R\$20 mil por mês, e ele me

assegurava que, posteriormente, seria revogado. Alguns dias depois, ele informava-me que havia revogado o contrato com a emissora e sou surpreendido com a nomeação da filha do radialista para um cargo em comissão no Palácio do Governo.

Silenciei. Suportei. Mantive a unidade e proclama, de forma repetida, meu apoio, apenas advertindo ao companheiro, ao amigo que ele se cercava de pessoas que não eram do nosso Partido, que plantavam a cisão, a divisão, a intriga, a separação e que ele deveria observar isso para não implodir uma unidade que fora construída com muita alma, amor, sentimento, devoção e renúncia.

As circunstâncias presidem os fatos políticos. A Paraíba sabe que, em 1994, nessa campanha, de forma natural e espontânea, as maiores Lideranças do Estado anunciam que o candidato natural a Governador em 1998 seria um jovem brilhante, inteligente, seria o meu Luís Eduardo: seria Cássio Cunha Lima, pelo seu talento, pelo seu espírito público e por suas posições firmes, e todos anunciam, mas nunca exigiu esse compromisso e se sobre ele falei, o fiz como lembrança e não como cobrança.

O processo da reeleição criava um fato novo e dava legitimidade ao Vice-Governador, que passou a ser o Governador, de pleitear de novo a eleição de Governador. Apenas não impunha e até retirava o direito de tratar mal seus aliados. Os acontecimentos explodiram de tal ordem que o quadro teve que ser mudado. Fui procurado constantemente, Srs. Senadores, por Deputados Estaduais, por Prefeitos que reclamavam e me faziam porta-voz dos sentimentos do meu Partido. Lamentavelmente, sei que muitos que me chamavam para a luta estão hoje lutando contra mim. Mas eram Prefeitos, Vereadores, Deputados e os amigos que me convocavam e, publicamente, reafirmei meu apelo ao Governador para que fizesse a opção entre a lealdade de seus companheiros de Partido ou daqueles que nos queriam divididos, separados.

Para resumir, para que eu não me alongue nesta história, que vai doer muito mais em mim à medida que a for contando, prefiro resguardar-me no sentimento e na emoção, para sintetizar-me apenas em fatos mais recentes. As circunstâncias, repito, que presidem os atos políticos levaram-me a aceitar, como última hipótese, depois de esgotadas todas as outras, ser candidato a Governador e disputar com o atual, numa convenção democrática, qual dos dois deveria merecer a confiança do Partido. E me anunciei. Anunciei-me candidato numa entrevista coletiva.

Logo mais, logo a seguir, o Governador convoca 50 emissoras de rádio, todas as emissoras de televisão, os jornais, inclusive a **Rádio Tabajara**, emissora oficial do Estado, e nesse pool de empre-

sas se lança candidato, usando como cenário a própria residência oficial e como pano de fundo a bandeira do PMDB. Não bastasse a propaganda que continua sendo apresentada, exibida, em flagrante violação aos princípios legais que normatizam a legislação eleitoral.

Mas não bastou. Não bastou ir ao anúncio da convenção porque começaram a interpretar que quem vencesse a convenção do PMDB seria Governador, porque, na verdade, o PMDB é majoritário. Então, o Governador passou a um processo de alinhamento dos convencionais de forma aberta, escancarada. Os seus secretários convocavam os convencionais, um a um, levando um a um à presença do Governador para receber benesses, favores, que interpretava e proclamava como direitos que foram postergados, que foram esquecidos, que foram adiados e que agora devem ser exigidos, porque direito não se pede, direito se exige. E os Prefeitos que, durante três anos, nunca antes haviam sido convidados para irem sequer ao Palácio ou à Granja, todos passaram a ser convidados, e ser atentados ou atraídos por ofertas e por propostas. Denunciei no meu Estado. Denunciei essa situação que interpretava, interpretava e proclamava como aviltante, como degradante, porque notava que o Estado começava a viver um tempo de temor. Uns, calando-se pelo suborno, outros, silenciando-se pelo medo, outros, acorrendo-se pela conveniência, outros, omitindo-se pelo desencanto, mas, outros, reagindo pela coragem e pela altitude. E foi em nome dessa coragem e da altitude, transmitida pelos meus companheiros, que aceitei esta tarefa como última hipótese, disputar a convenção. Porque coragem, Senador Ramez Tebet, já disse alguém: "coragem é a dignidade sob pressão". E quando a sua dignidade é pressionada, você se alteia, se multiplica, aumenta, cresce, sobe...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Com muito prazer, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Pode parecer estranho um aparte em um pronunciamento tão sério, tão grave como este de V. Ex^a. V. Ex^a sabe, Senador, do carinho, da admiração e do respeito que tenho por V. Ex^a, e que não é de hoje. Aprendi a admirá-lo na sua luta, na sua bravura, na sua resistência, na sua firmeza. Sofrer, como sofreu a injustiça do afastamento de seus direitos políticos, e voltar com a mesma dignidade e bravura, sem rancor, sem ódio, mas com espírito público de construir seu País. Nós sabemos o que foi a sua ação na sua querida cidade de Campina Grande, o que foi a sua

vitória como Governador e a sua administração, digna, correta, séria. Sei, como o nosso querido Lucena sofreu, não apenas as injustiças, mas também a sua própria doença. Sei que o Antônio Mariz não aceitou o convite para ser Ministro do Presidente Itamar por questões de saúde – eu, inclusive, assisti ao convite –, e, no entanto, foi levado a ser candidato porque o Partido lhe impunha. Já doente e alquebrado, aceitou a missão partidária com uma humildade e uma resignação a toda prova. Meu querido Senador Ronaldo Cunha Lima, nós do PMDB, do velho MDB, do Rio Grande do Sul aprendemos a admirar o nosso Partido da Paraíba. Nós, gaúchos, que somos fãs intransigentes da Paraíba, que junto conosco traçou os destinos do País, em 1930, aprendemos a admirar a bravura, a seriedade, a competência, o espírito e a capacidade que tinham os companheiros de se unirem, de se somarem, de se darem as mãos e levarem o Partido adiante. Senador Ronaldo Cunha Lima, temos assistido a esse quadro doloroso do PMDB, esse quadro dramático que se vem apresentando há algum tempo para o Brasil, um quadro cruel de incompreensões, de erros, de equívocos, pelo qual cada um de nós é um pouco, ou muito, responsável. E é com imensa alegria que olhamos para a Paraíba – e também para Goiás – como símbolo do que fomos e do que voltaremos a ser. Sim, este Partido voltará a ser o que nos está demonstrando com a sua resistência e com a sua bravura a grande pequenina Paraíba. Sentimos muito o que aconteceu a V. Ex^a – e V. Ex^a sabe disso. Não há dúvida nenhuma de que Cássio Cunha Lima é o que disse V. Ex^a: um jovem extraordinário, competente, íntegro, que participou da administração pública e demonstrou – sou testemunha disso – a sua imensa capacidade, a sua seriedade, a sua competência. Sei como dói, na vida pública, a amargura da injustiça. E quando é o nosso filho, mais do que a nós. Sei o que V. Ex^a sofreu; sei o que V. Ex^a e a Paraíba sofreram com a morte de Antônio Mariz. De certa forma, sabíamos que ele era um mártir, que tinha aceitado aquilo tudo pela sua Paraíba, pelos seus amigos. Mas ele morreu. Estava lá e fiz questão de ir prestar-lhe a minha última homenagem, porque tinha um carinho imenso por ele. Volto a dizer que o considero uma das pessoas mais dignas, mais corretas, mais íntegras que conheci. Era uma beleza de caráter, de sinceridade, de simplicidade e de humildade. Lembro-me do Partido ali se dando as mãos à beira do caixão de Antônio Mariz e dizendo que a luta haveria de prosseguir. Sei que deve ter sido duro a morte de Humberto Lucena, do velho companheiro Lucena, um homem que, na sua simplicidade, na sua singeleza, no seu falar mansinho, na sua aparente falta de brilho, conduzia, como nos conduziu a Bancada aqui no Senado. Cansei de ver, nas reuniões mais difíceis do PMDB, o Dr. Ulysses mandando buscar o Lucena, fosse ele Líder ou não, porque ele era uma das pessoas que o Dr. Ulys-

ses dizia: "Esse tem bom senso. Esse tem equilíbrio. Esse sabe dizer a palavra exata no momento exato". Para quem já perdeu Antônio Mariz perder Lucena, não há dúvida alguma, foram dois baques grandes. Antônio Mariz, Lucena e V. Ex^a, com o abatimento moral que teve, e nós respeitamos. Meu querido Cunha Lima, perdoe-me, mas posso dar, e acredito que daria, 100% de razão a V. Ex^a. Mas V. Ex^a, pelo que é, pelo seu brilho – V. Ex^a é um intelectual, um poeta, um homem de amor, um homem de paz, um homem de grandeza, V. Ex^a tem o seu lugar guardado na Paraíba, no Senado e no Brasil, V. Ex^a, pelo que representa, tem todo o direito de ser candidato, de protestar quando o Governador vem a fazer o que faz, no sentido de ir buscar apoio, da maneira que não é a correta, no encontro dos convencionais e tudo o mais. Mas, meu querido Cunha Lima, V. Ex^a é muito mais do que isso. É muito mais. Este seu discurso, que é duro, que é pesado e que a mim apavora, pode dar a sensação, no seu encerramento, de implosão definitiva do Partido lá na Paraíba, o que não é bom. Não é bom para o PMDB Nacional, não é bom para a política brasileira. Estamos vivendo uma época muito ruim para os partidos políticos em geral. Está aí o PT no meu Estado – e agora a nível nacional – vivendo a tragédia da duplidade. Estão aí todos os Partidos; e o nosso, então, meu Deus, meu Deus...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – (Faz soar a campainha.)

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Agradeço a lembrança, até porque eu estava sofrendo demais ao falar do meu Partido. V. Ex^a abrevia o meu aparte, para passar adiante. Passo adiante.

Faço um apelo a V. Ex^a: Tente! Se for necessário irmos nós seus irmãos à Paraíba, iremos lá. Mas, antes de ingressar no mar revolto da conturbação interna de condições finais imprevisíveis, tente, meu querido Senador, levantar a bandeira da paz e do respeito. V. Ex^a terá o Brasil e os homens de bem do seu lado e, quem sabe, um último grito ainda será possível antes do desvio final. Perdoe-me, mas é de irmão para irmão, de coração para coração que me atrevo a falar assim com V. Ex^a.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon, por todas as referências, pelo conceito a meu respeito e a respeito do meu filho, da minha conduta e principalmente por isso: pelo reconhecimento da minha disposição de paz, de minha vocação para o amor, porque nasci, efetivamente, para amar, amar em extensão, profundidade e grandeza. Como o próprio José Américo dizia: é preciso ter coragem de amar para que possa florescer o milagre do amor. Meu senti-

mento de paz, Senador Pedro Simon, é tão intenso e tão extenso que me permite dizer que a distância de meu ódio é a distância de um abraço. Este já reduz no caminho qualquer marca dolorosa que pudesse existir. Mas unidade não se faz de forma unilateral; não se exige apenas a renúncia de uma parte. Renunciei, despreendi-me, cedi, doe-me, e o farei sempre em função de meu Partido, se solução possível for buscada e encontrada para manter a unidade.

A chapa foi lançada, e a defendi, até porque era integrada por um companheiro como Ney Suassuna, alguém que representa muito para minha vida. A chapa anteriormente definida tinha o nome de Ivandro Cunha Lima como candidato a vice-governador. Ivandro é a mão protetora, o irmão mais velho, a mão onde busco amparo para segurar-me, que sabe o quanto sofre. E eu sei o quanto ele sofre. Sofremos juntos as mesmas angústias e vicissitudes, porque seus passos são meus passos, e meus caminhos ele os abre. Os horizontes meus, ele os alarga, para vislumbrar o mesmo céu, sentir a mesma esperança, viver o mesmo amor e abraçar a mesma vida.

Eu vivo assim, nessa irmandade fraterna, bonita, enfeitada de afetos, para oferecer ao meu irmão não apenas os meus passos e meu gesto de renúncia, mas também um pouco da minha altivez, demonstrações de reações para justificar a minha coragem.

Confesso e aproveito o mote de V. Ex^a para dizer-lhes, já plirilizando, que fico, Senador Pedro Simon – sem intenção de trocadilho – de coração partido ao ver meu Partido partido.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Concederei o aparte com muito prazer. Apenas peço a V. Ex^a um minuto.

Sinto-me como que dividido, porque sonhei e construí essa unidade. Ofertei-me. E hoje vejo que quem festeja a cizânia, quem se alegra com a briga são os fabricantes dessa cizânia, que se implantaram no governo. E, a despeito das advertências, o Governador não quisvê-los.

Sou um homem sofrido por isso, e por esse motivo manifestei o meu desencanto e, antes mesmo dessa decisão, cheguei a anunciar a amigos, em entrevistas, e, mais do que isso, em discurso como paraninfo, proferido recentemente, que estava começando a sentir, não o que José Américo disse, ou seja, o nojo, mas estava começando a me sentir possuído de um desencanto que me afastava gradualmente da vida política.

Queria reencontrar a paz. Cheguei a dizer: Eu quero paz! Eu mereço paz! Eu quero viver comigo, na minha paisagem interior enfeitada por sentimentos brancos, por bandeiras brancas, por canções leves e pelos versos que eu possa compor no silêncio da minha angústia ou no grito da minha revolta. Eu queria compor a paisagem da vida nas suas mutações, nas suas andanças, nos seus afazeres e nos meus dizeres. Por isso, preferia o recolhimento. Mas, às vezes, com as responsabilidades políticas e públicas que se tem, é nem é possível esse retraimento, porque há um chamamento maior para fazê-lo.

Venho hoje a esta tribuna para dizer que, em função disso, houve uma representação formulada por dois ilustres advogados da Paraíba: Dr. Manoel Alexandre Cavalcanti Belo, professor de Direito Constitucional da Universidade Federal, e Dr. Fernando Antônio de Figueiredo Porto, que encaminharam representação ao Ministério Pùblico Federal denunciando as práticas do governo em relação à convenção. O Procurador da Justiça Federal, em despatcho circunstanciado em nove laudas, determina uma série de providências caracterizadas, definidoras de ilícitos eleitorais, capazes de conduzir a penalidades mais graves, em função da prática que o meu Partido sempre repeliu e condenou e não poderia aceitá-la agora. Apenas registro essa denúncia, que não foi feita por mim. De repente, vejo alguns jornais do Sul estamparem notícias emanadas da assessoria do Governador, dizendo que o Senador Ronaldo Cunha Lima estava usando a máquina do Senado, porque passara telegramas para os convencionais pedindo voto na Convenção, o que seria um ato ilícito, pois outro Senador já havia sido responsabilizado por caso análogo. Doeu-me duplamente. Primeiramente, pela injustiça que se fazia comigo; em segundo lugar, pela maior injustiça que se vem fazendo a Humberto Lucena.

Em verdade, Sr. Presidente, de João Pessoa, pedi à assessoria que passasse telegrama aos convencionais, informando uma posição, mas sem pedir votos. No dia seguinte, mesmo sabendo que aqueles telegramas se situavam dentro da cota que cabe a cada Senador e que o telegrama é uma intercomunicação pessoal, como é o telefone, determinei à chefia de gabinete que, de imediato, efetuasse o pagamento diretamente aos Correios e Telégrafos, a fim de não permitir sequer que o Senado tivesse de ser resarcido ou que houvesse a necessidade de um processo de resarcimento.

Ao ser interrogado quanto a essa questão, eu disse: Isso não é grave. Grave é a denúncia do Mi-

nistério Pùblico Federal em relação ao comportamento da tentativa de aliciamento e cooptação de votos. Grave é o Diário Oficial nomear, seguidamente, convencionais, filhos e parentes de convencionais, tentando cooptá-los, e, dia a dia, o Diário Oficial sai com portarias nomeando. Graves são as concessões de gratificações de DAS a funcionários que são convencionais ou parentes seus.

Em função dessa resposta, a Folha de S.Paulo entendeu de ir à Paraíba para verificar in loco o que estava ocorrendo e lá, ontem, publicou em duas páginas: "Gravação mostra assessor de candidato do PMDB propor barganha de voto para convencional do partido", "Paraíba tem tentativa de compra de votos", e, na outra página, "Governador nega aliciamento em seu favor". E aqui traz trechos da gravação feita pelo Sr. Antônio Chateubriand Seixas com o Dr. Delosmar Mendonça.

Quero registrar o comportamento de grandeza do Dr. Antônio Chateubriand Seixas, que traz a tradição da família Carneiro, de Rui Carneiro, que foi Senador desta Casa, que se dispôs a mostrar que havia, por parte do Governo, a tentativa de cooptação e de aliciamento, um gesto de coragem e de desprendimento que orgulha a sua família, a sua esposa, seus filhos, a nós, seus amigos, pela sua coragem, que tem que ser registrada e louvada, porque, quando chamado para receber proposta, o foi com a intenção de ajudar a purificar o processo democrático e o processo eleitoral. Ali, segundo a gravação, ele pergunta ao representante do Governador: "E qual é a proposta que o Governador tem? Se ele mandou me chamar é porque tem proposta. E o que é que você quer?" E ele, para demonstrar sua fidelidade, na sua intenção firme de ajudar o processo democrático – repito – e a purificação do processo eleitoral, disse: "Eu tenho uma dívida de R\$25 mil e preciso de uma nomeação na superintendência de um órgão". E o assessor disse: "E isso se resolve. Fulano, o Secretário, resolve. E quanto ao outro, vou falar com o Governador sobre isso".

O interlocutor nega, porque um jornal da Paraíba, o jornal O Norte, reproduz a matéria, dizendo: "Convencional confirma diálogo", e repete todo o diálogo existente, mostrando o processo que se desenvolve.

Mas o repórter da Folha de S.Paulo, Lúcio Vaz, na sua coragem, como se fosse um escafandro que vai buscar a verdade dentro das entradas, foi ouvir pessoas, consultar Prefeitos, ouvir convencionais, ouviu o Governador e ouviu Secretários de Estado. E um Secretário de Estado, ao lado do Governador, ao ser entrevistado, responde algumas coi-

sas. "O Governo" – pergunta a **Folha de S.Paulo** – "firmou convênios com Prefeituras para a liberação de verbas em parcelas com R\$20mil iniciais, mais R\$40 mil após a convenção e mais R\$40mil após as eleições?" O Secretário responde: "Fazemos assim para cumprir a legislação eleitoral. Liberamos 20% de entrada para consolidar a obra e permitir que os municípios possam ser atendidos durante o período eleitoral." "Qual o valor total e quantas prefeituras pretendem ser beneficiadas?" "Pretendemos atingir 150 municípios e pode alcançar R\$15milhões."

A denúncia foi feita pela **Folha de S.Paulo**. Estranhamente ontem, na Paraíba, ninguém encontrou esses jornais nas bancas e nos locais de revenda. Só os assinantes tiveram o privilégio de ler essas duas páginas a respeito dessa denúncia, que me fez vir aqui reproduzir, para conhecimento principalmente dos paraibanos, que não tiveram acesso a essas páginas.

Ali pedi e confio que a imprensa altiva do meu Estado, de forma imparcial, possa demonstrar a verdade, e não como alguns se comportam, de forma apaixonada, omitindo uma notícia dessa magnitude, com a responsabilidade de um jornal desse porte, procurando dar destaque a notas menores a meu respeito, sobre as quais falei.

Sr. Presidente, este é o depoimento que faço, principalmente para reproduzir o que foi publicado pela **Folha de S.Paulo** em duas laudas; um trabalho do jornalista Lúcio Vaz, conhecido pela sua probidade, pela sua eficiência e pela forma como vai perquirir e indagar.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)

– Ouço V. Ex^a agora, após ter concluído esse raciocínio, pedindo desculpas e perdão por ter retardado a sua palavra, punindo-me porque não o ouvi antes.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Só para expressar a minha solidariedade a V. Ex^a e dizer que acredito que, depois dessa eleição, teremos que rediscutir essa questão da reeleição no Brasil. Estamos começando a colher os frutos da aprovação da reeleição. O que V. Ex^a relata muito tem a ver já com a questão da reeleição. Em vários Estados brasileiros, é um verdadeiro escândalo: Governadores, agora à busca da reeleição, praticam toda a espécie de ilegalidade e jogando o dinheiro público, precioso e escasso, pelo esgoto. Domingo, no meu Estado, o PMDB, em Convenção Estadual, rompeu com o atual Governador, que ajudamos a eleger. Entre outros fatos, por ser candidato à reeleição, no último mês ele gastou R\$1 milhão com ação social, R\$2 milhões com agricultura e reforma agrária, R\$4 milhões com saúde e R\$7 milhões com divulgação. Trata-se de um Estado pobre, falido e com dificulda-

des financeiras incomensuráveis. Então, para ser rápido e não atrapalhar o discurso de V. Ex^a, penso que essa questão da reeleição é muito séria e está ajudando a degenerar o processo político do Brasil. Estou imaginando que caminharemos para a República do Washington Luiz, ou seja, para a política do "café com leite", de 1930, quando Getúlio Vargas teve de sair do Rio Grande para derrubar – tomar o Palácio do Catete no Rio de Janeiro. Estamos numa marcha para esse lado, do meu ponto de vista. Se não houver medidas importantes, entendo que temos de deixar passar esse processo eleitoral e rediscutir profundamente essa questão no Brasil, para não apodrecer totalmente o tecido político deste País. V. Ex^a tem minha inteira solidariedade.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)

– Muito obrigado, Senador Carlos Bezerra. Agradeço-lhe pelo depoimento e pela advertência. Penso que é tempo ainda e acredito na eficiência da Justiça Eleitoral brasileira, na legislação que lhe é oferecida e nos limites legais que lhe são proporcionados, para que possa coibir e impedir esses abusos de autoridade daqueles que, permanecendo no poder, candidatam-se à reeleição. Mas, se de um lado existe esse aspecto que avulta, que degrada, que humilha, que ofende, existe um outro lado que se ressalta e cuja virtude é necessário que se proclame, para conforto espiritual nosso – da classe política – é que a reação tem sido pronta.

Sabem os Prefeitos que aquilo não são benesses, são favores que lhes são devidos e não é em função destes fatores que haverá modificações da sua consciência política. Houve até quem criasse a diferenciação de comportamento a dizer que: por um, se vota pelo preço; mas por outro, vota-se pelo apreço. Os que têm essa consciência política, daqueles que militam politicamente, daqueles que fazem política como sacerdócio e que nunca a exercem como negócios, sabem o quanto isso vale.

Fico feliz, porque constato no meu Estado essa reação que cresce, a cada momento, em favor da purificação do processo e aproveito as palavras sugeridas pelo Senador Pedro Simon para me dirigir ao Líder do meu Partido, meu amigo, Senador Jader Barbalho, a meu partido como um todo para que possa, indo à Paraíba nos ajudar de qualquer forma seja para impedir que a imagem do Partido se depaupere, se desfigure, seja para mostrar a necessidade de se modificar a legislação de procedimentos, seja qual for o interesse maior do Partido, sabendo que de minha parte – e o Líder sabe disso – sempre estive disposto ao entendimento, disposto a ajudar, a renunciar, a me desprender e a ceder.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)

– Concedo, com muito prazer, a palavra ao Senador Jader Barbalho.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) – Senador Ronaldo Cunha Lima, em primeiro lugar, quero mais uma vez expressar o meu apreço e seguramente o de todos os Companheiros de Partido nesta Casa, creio até que da Casa por inteiro. Sabe muito bem V. Ex^a o meu ponto de vista a respeito dessa questão da Paraíba. Sabe V. Ex^a quantas vezes o tenho procurado e tentado conversar com outros companheiros da Paraíba, que eventualmente estão em divergência com V. Ex^a, e com os que o acompanham na tentativa de se buscar a unidade. Quero aqui secundar as palavras do Senador Pedro Simon. Nós, Companheiros do PMDB, estamos na expectativa e na esperança de que ainda seja possível a este Partido – que tantos bons exemplos deu a si próprio e ao Brasil – se recompor. Não me permito, como Companheiro, como Líder e como seu amigo, expressar solidariedade inteira ao amigo Senador Ronaldo Cunha Lima, apesar da amizade que nos une. Gostaria de expressar, como Líder, a solidariedade ao PMDB da Paraíba, na expectativa de que V. Ex^a, de que o Governador do Estado, de que todos os companheiros que integram o PMDB da Paraíba possam chegar à unidade, que servirá não só ao PMDB da Paraíba, mas de exemplo ao PMDB do Brasil. Deixo o meu abraço, meu caro Ronaldo Cunha Lima, e a minha esperança.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)

– Muito obrigado. Senador Jader Barbalho. Só para lembrar e reafirmar a minha disposição de conciliação, de entendimento, de renúncia e de desprendimento. Mesmo após deflagrado o processo e marca da como está, para o próximo dia 24, a Convenção do Partido que vai escolher os membros do Diretório, procurei a Imprensa do meu Estado e anunciei que concordava – para evitar a disputa – com a renovação integral de todos os membros, independentemente de suas tendências e que as vagas ocorridas no Diretório – uma de Humberto Lucena, falecido recentemente, e a outra de um Deputado Federal que nos deixou – fossem preenchidas por dois Deputados Estaduais, os dois únicos que não integram o Diretório. O argumento de veto a essa proposta, é que os Deputados eram aliados a mim. E um deles, o Deputado Domiciano Cabral, encontra-se neste plenário.

Veja V. Ex^a que quem assim propõe e reafirma a disposição de buscar o entendimento por intermédio de uma chapa consensual para a composição do Diretório não deseja fraturar, não deseja partir ou di-

vidir este Partido, porque eu estaria partindo um pedaço do meu próprio coração.

Vou encerrar Sr. Presidente, dizendo que, na minha trajetória política, tenho sabido manter coerência às minhas posições, como guardo coerência às minhas amizades. Tenho sofrido injustiças, mas tenho sido compensado com alegrias. Deus, agora, plasmou o meu destino. A sorte está lançada. Irei cumprir, mais uma vez, o destino que me é imposto. E tenho dito aos meus companheiros que a bandeira que eles me entregaram haverá de ser conduzida com honra.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)
– Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Ronaldo Cunha Lima, como seu amigo e como seu companheiro, não posso permitir que encerre seu pronunciamento sem me solidarizar com V. Ex^a, sem dar-lhe um abraço fraternal, daquele seu companheiro de Partido que teve a honra de recebê-lo no Estado de Mato Grosso do Sul, mas que só conhece a Paraíba porque teve a satisfação de acompanhá-lo em recente viagem àquele Estado. Senador Ronaldo Cunha Lima, V. Ex^a carrega a grande responsabilidade de tentar fazer com que o PMDB da Paraíba seja o PMDB que todo o Brasil conhece. Até agora, o PMDB da Paraíba é exemplo para todos os outros Diretórios Regionais existentes no Brasil. Tenho certeza de que V. Ex^a tem categoria, tem competência e, sobretudo, sabe agir com desprendimento e com aquele sentimento que é a sua marca e característica, que é o da fraternidade e do amor, que não precisava proclamar em seu discurso, porque já está refletido em suas obras.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)
– Muito obrigado, Senador, pelo seu aparte.

Srs. Senadores, agradeço a atenção dispensada. Os senhores que me emprestaram seus ouvidos para esta manifestação e para esta confissão, certamente haverão de compreender e até na compreensão aumentar a dosagem do entendimento da alma de um homem público que vê sua família política dividida. Construí esses espaços com dificuldade. E tenho a certeza de que hoje a dificuldade aumenta.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Ronaldo Cunha Lima?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)
– Se o Presidente permitir, darei o aparte ao Senador Bernardo Cabral para a frase final de encerramento deste discurso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Senador Ronaldo Cunha Lima, assim sendo, o Senador Lúdio Coelho também poderá fazer um aparte. Peço a V. Ex^a que observe o tempo, pois a sessão já deveria ter sido encerrada e prossegue em homenagem a V. Ex^a. Temos sessão do Congresso Nacional às 19 horas.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)

– Muito obrigado. Ouço V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Sr. Presidente, serei breve. Não quero entrar na discussão partidária, nem vou fazê-lo, até porque quem deveria fazê-lo já o fez. Quero me situar no início do discurso de V. Ex^a quando mencionou o desencantô. Nós dois passamos dificuldades, e não necessidades; e é por essa razão, que quero dar o meu depoimento. Não gostaria que o discurso de V. Ex^a se encerrasse sem que eu embutisse o que passamos ao longo de mais de 20 anos, cassados, despojados de nosso mandato, com 10 anos de direitos políticos suspensos, advogando no Rio com muita dificuldade. O que V. Ex^a me dizia, ao longo desse convívio, é que um dia voltaria à Paraíba. Recordo-me, já que V. Ex^a o citou tantas vezes, de que José Américo dizia que voltar é uma forma de renascer e que ninguém se perde no caminho da volta. Lembrava que V. Ex^a não se perderia no caminho da volta e que iria, por certo, ser Governador. O que não imaginava é que um dia seríamos Senadores juntos e que poderia dar este depoimento. Todas as vezes em que V. Ex^a fala nos seus companheiros da Paraíba, era destilando lealdade, era mostrando esse amor que V. Ex^a diz. Deploro profundamente que o filho de V. Ex^a não seja coroado com aquilo que V. Ex^a plantou. Essa lealdade é que ele deveria merecer. Acho que solidariedade a V. Ex^a é muito pouco. Acho que com o reconhecimento de quem é pai como V. Ex^a – já que V. Ex^a acabou de dizer que o meu sobrinho Cássio, que é como o trato, é o seu Luís Eduardo –, há muita história para ser contada.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)

– Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral. Emocione-me e ouço o Senador Lúdio Coelho, com a generosidade da Presidência, assegurando que, logo após, encerrarei minhas palavras.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB-MS) – Senador

Ronaldo Cunha Lima, tenho a impressão de que V. Ex^a, como quase todos os candidatos de nosso País, está sendo vítima da legislação que permite aos Go-

vernadores e ao Presidente da República disputar eleição exercendo o cargo e não permite que um Secretário de Estado, um Ministro ou um chefe de autarquia, dispute uma eleição exercendo o cargo. Isso é algo que a Nação não entende. Ninguém entende essa legislação. De modo que V. Ex^a está sendo vítima dessa coisa brutal.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB)

– Muito obrigado, Senador Lúdio Coelho. Em verdade, essa legislação precisa ser fiscalizada e exercida com muito rigor.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, renovo a expressão mais escolhida do meu agradecimento pela audiência. Encerro, permitindo-me dizer que, se o PMDB da Paraíba serve de exemplo partidário ao Brasil, não quero servir de exemplo de tibieza aos meus companheiros de Partido.

Invoco uma frase de um eminente chefe político meu, que integrou esta Casa e brilhou nela durante muitos anos, para dizer que renunciei o que pude renunciar, mas os dados da luta estão lançados e não posso mais recuar.

**ATA DA 40^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 1998**

(Publicado no DSF, de 6 de maio de 1998)

RETIFICAÇÃO

À Página nº 07482, na apreciação do item 6 da Ordem do Dia – Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 273, de 1991, que transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União e dá outras providências –, na subscrição do Requerimento nº 280, de 1998,

Onde se lê:

Senador Romeu Tuma

Leia-se:

Senador Romero Jucá

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL,
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

7-5-98
Quinta-Feira

10h – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

16h30min – Senhor Luiz Carlos Mendonça de Barros, Ministro de Estado das Comunicações

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 823, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005698/98-7,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ BRÁULIO BRITO LOPES, matrícula 1219, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 6 - Especialidade de Engenharia, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Engenharia, com efeitos financeiros a partir de 28 de abril de 1998.

Senado Federal, 7 de maio de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 824, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005853/98-2,

RESOLVE dispensar a servidora CRISTINA JUDITE VICINO, matrícula 4821, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, da Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, e

designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Senadora Emilia Fernandes, com efeitos financeiros a partir de 30 de abril de 1998.

Senado Federal, 7 de maio de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 825, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005867/98-3,

RESOLVE dispensar o servidor MANOEL MESSIAS DOS SANTOS, matrícula 1374, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Atividade Eletrônica, Símbolo FC-04, da Coordenação Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 22 de abril de 1998.

Senado Federal, 7 de maio de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 826, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e em cumprimento ao disposto no artigo 30 da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 1995,

R E S O L V E:

Art. 1º. É concedida promoção aos servidores do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na forma constante do anexo deste Ato.

Art. 2º. Os efeitos financeiros para os servidores que obtiveram promoção por mérito, avaliados com o conceito suficiente, vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1998, e para os que obtiveram promoção por antiguidade, avaliados com o conceito insuficiente, a partir de 1º. de janeiro de 1999.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de maio de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ANEXO AO ATO DO DIRETOR-GERAL N° 826, DE 1998**RELAÇÃO DOS SERVIDORES QUE OBTIVERAM PROMOÇÃO DE ACORDO
COM O ATO DA COMISSÃO DIRETORA N.º 05, DE 1995.****CONCEITO SUFICIENTE - PROMOÇÃO POR MÉRITO
A PARTIR DE 01/01/98****- CATEGORIA FUNCIONAL: ANALISTA LEGISLATIVO****. Especialidade: Taquigrafia****Do padrão 31 para o 32**

1. Christiane Carvalho de Alencar - 5256
2. Leila de Sousa Aranha - 5235
3. Leonardo Souza de Oliveira - 5255

Do padrão 32 para o 33

1. Maria Tereza de Sousa - 4982
2. Mônica Alves de Levy Machado - 5010

Do padrão 41 para o 42

1. Eliane Claret Caldeira Calçado de Morais - 4867
2. Marlise Levorse de Almeida - 4898

Do padrão 42 para o 43

1. Cláudio Augusto Vizioli - 4876
2. Iolanda Rodrigues Chaves - 4897
3. Marcia Carneiro Filippi - 4863
4. Valéria da Costa Ferreira - 4874
5. Viviane Rocha Resende - 4868

. Especialidade: Biblioteconomia

Do padrão 32 para o 33

1. Maria Celeste José Ribeiro - 5061

Do padrão 33 para o 34

1. Odete Paes Silva - 5049

Do padrão 42 para o 43

1. Ceres Maria Veras de Sandes - 4927
2. Margareth Araujo Lima - 4931

. Especialidade: Tradução e Interpretação

Do padrão 33 para o 34

1. Theresa Catharina de Goes Campos - 5064

. Especialidade: Medicina

Do padrão 42 para o 43

1. Átila Cesetti - 4806
2. Carlos Henrique de Souza e Silva - 4889
3. Glauco Antônio Bezerra Japiassu - 4865
4. José Mário Simil Cordeiro - 4816
5. Leda Maria Sales Braúna Braga - 4913
6. Marcelo Bittencourt Barreiros - 4804

. Especialidade: Enfermagem

Do padrão 33 para o 34

1. Maria de Lourdes Ribeiro de Melo - 5070
2. Sueli do Carmo Pacheco de Oliveira - 5017

- CATEGORIA FUNCIONAL: CONSULTOR LEGISLATIVO**. Área: Consultoria e Assessoramento Legislativo****Do padrão 42 para o 43**

1. Carlos Roberto dos Santos Moura - 5230
2. David Waisman - 5233
3. Eduardo Baumgratz Viotti - 5276
4. Elizabeth Wanderley Nóbrega - 5239
5. Haroldo Feitosa Tajra - 5282
6. Idalina Maria Rocha Melo - 5268
7. José Patrocínio da Silveira - 5168
8. Lúcia Helena Chiarini Medeiros - 5231
9. Luciana Studart L. de A Andrade - 5275
10. Marcos José Mendes - 5303
11. Marta Lúcia Ponte Albuquerque - 5258
12. Paulo Rodolfo Rodrigues Pereira - 5240

Do padrão 44 para o 45

1. Dirceu Ventura Teixeira - 5054
2. Gilberto Gil Santiago - 2795
3. João Carlos Gastal Júnior - 5047
4. Roberto Barbosa de Castro - 5074

- CATEGORIA FUNCIONAL: CONSULTOR DE ORÇAMENTOS**. Área: Consultoria e Assessoramento em Orçamentos****Do padrão 42 para o 43**

1. Carlos Mello Marshall - 5174
2. James Giacomoni - 5169
3. José Rui Gonçalves Rosa - 5165
4. Sílvia Maria Caldeira Paiva - 5153

Do padrão 43 para o 44

1. Antonio Augusto Bezerra Ribeiro - 5152
2. Ilvo Debus - 5154
3. Luiz Fernando de Mello Perezino - 5156

Do padrão 44 para o 45

1. Robison Gonçalves de Castro - 4999

- CATEGORIA FUNCIONAL: TÉCNICO LEGISLATIVO

. Especialidade: Processo Legislativo

Do padrão 29 para o 30

1. Carlos Eduardo Batista de Oliveira - 3299

. Especialidade: Administração

Do padrão 16 para o 17

1. Vanderlei Pires da Silva - 6099

Do padrão 18 para o 19

1. Antonio Ricardo Malta de Azevedo - 5033

Do padrão 24 para o 25

1. Wilson Roberto da Silva - 4895

Do padrão 29 para o 30

1. Benito Juarez I. da S. Ortega - 3302

. Especialidade: Datilografia

Do padrão 16 para o 17

1. Ana Maria Bandeira de A H de Oliveira - 5161
2. Gildete Leite de Melo - 5166
3. Regina Célia Martins Garcia Brandão - 5058

Do padrão 17 para o 18

1. Ademar Ferreira Gomes - 5107
2. Ana Cláudia Ornelas Ricart Rocha - 5118

3. Beatriz Dias de Faria Sena - 5102
4. Beatriz Helena Caldeira da Silva - 5094
5. Itamar da Silva Melchior Junior - 5093
6. José Olivar Campos da Silva - 5092
7. Manoel Euzébio Ribeiro - 5100
8. Maria de Fátima Correa de Mello - 5084
9. Maria Nelma Gaburro - 5114
10. Newton Martins Sobrinho - 5090
11. Regina Célia Simplicio - 5089
12. Rogério Lacerda - 5098

Do padrão 18 para o 19

1. Alexandre Sérgio de Mendonça Caminha - 5021
2. Clara Martins Pereira Delgado - 5023
3. Ercílio Aquino Soares - 5053
4. Gilda Lúcia Ferreira - 5043
5. João Batista Josino de Medeiros - 5016
6. Maria Consuelo Freire Bezerra - 5069
7. Maria de Fátima Campos Ribeiro - 5014
8. Moizés Felix de Almeida - 5011
9. Myrian Beck Bisol - 5025
10. Paulo Henrique Ferreira Nunes - 5020
11. Rosa Gomes de Carvalho - 5038
12. Rosana Cristina da Cunha - 5019
13. Silvana Sampaio de Oliveira - 5055
14. Vera Lúcia Leopoldino Oliveira - 5012
15. Wanderley Rabelo da Silva - 5013

Do padrão 24 para o 25

1. Alcina Luce Sepúlveda Coelho - 4818
2. Angelina Almeida Silva - 4839
3. Antonio Marcos Mousinho Sousa - 4826
4. Carlos Eduardo Rodrigues Cruz - 4884
5. Cristina Judite Vicino - 4821
6. Eliane Cunha Mendonça - 4857
7. Francisca Helena Rios - 4828
8. Gilson Dantas de Santana - 4812
9. Heriberto Brasileiro Ceolin - 4822
10. Ivanice Cunha Nunes - 4893
11. Ivete Lemos Andrade de Paula - 4910
12. João Francisco Costa Meirelles - 4827
13. Márcia Lemes da Silva - 4853
14. Otto Fernandes da Silva - 4855

Do padrão 25 para o 26

1. Leany Barreiro de Sousa Lemos - 4779

Do padrão 26 para o 27

1. Carlos Roberto de Oliveira - 4755
2. Denise Teresinha Resende - 4713
3. Dimitrios Hadjinicolaou - 4717
4. Edgar Sérgio de Souza Coatio - 4773
5. Elizabeth das Graças Mello M. Gualberto - 4748
6. Fábio Liberal Ferreira de Santana - 4718
7. Izaias Faria de Abreu - 4711
8. João Carlos Moreira Corrêa - 4741
9. João Rios Mendes - 4712
10. Luciana Duarte Falcão de Sant'Anna Xavier - 4731
11. Luciano Brasil de Araujo - 4709
12. Maria Cristina da Silva - 4719
13. Ralph Campos Siqueira - 4724
14. Roberto Jardim Cavalcante - 4738
15. Thais Caruso Amazonas da Silva - 4715
16. Vandrecia Pinto Scafutto - 4716
17. Wagner Fraga Friaça - 4723

. Especialidade: Enfermagem**Do padrão 16 para o 17**

1. Cilene Maria de Camargos - 6004
2. Cleber da Silva Alves - 5226

Do padrão 18 para o 19

1. Arnaldo Joaquim de Santana - 5006
2. Carmem Costa Coelho - 5009

Do padrão 23 para o 24

1. Maria José Bezerra da Silva - 4814

Do padrão 24 para o 25

1. Maria Antonia Barbosa - 4856

Do padrão 25 para o 26

1. Josyane Borges de M. Estanislau Martins - 4769
2. Maria do Socorro Alves da Silva - 4787
3. Tania Batista da Costa - 4763

Do padrão 26 para o 27

1. Marcelo Freitas de Souza - 4770
2. Maria Lúcia Martins - 4762
3. Sônia Maria Moreira - 4767

. Especialidade: Eletrônica e Telecomunicações**Do padrão 17 para o 18**

1. Alberto Clemente dos Santos Silva - 5105

Do padrão 24 para o 25

1. Arão Fernandes Bulhões - 4815
2. Edgar Benício Rosa - 4833
3. Eduardo Zefredo Gauche - 4926
4. Fernandes Tomyoshi Takuno - 4844

Do padrão 25 para o 26

1. Francisco José Vasconcelos Zaranza - 4775

Do padrão 26 para o 27

1. Luiz Antonio Torres de Carvalho - 4751

. Especialidade: Telefonia**Do padrão 17 para o 18**

1. Ana Maria Mafra Buzzi - 4989
2. Marlene Caetano Rezende - 5101
3. Rosimere Schneider Caterinck - 4984

Do padrão 18 para o 19

1. Ana Valéria Araujo de Assis - 5001
2. Celice Leite Martinez Fernandez - 4986
3. Cristiane de Lucena Carneiro - 4992
4. Cristiane Tinoco Mendonça - 4993
5. Elida da Costa Silva - 5000
6. João Marcelo de Castro Novais - 5007
7. Loide de Melo Faria - 4985
8. Sandra Siqueira de Faria - 4987
9. Silvane Maria Oliveira de Almeida - 5002

Do padrão 25 para o 26

1. Maria Ângela Couto Morais - 4794
2. Verônica de Carvalho Maia Aragão - 4771

Do padrão 26 para o 27

1. Antônia Maria Lustosa Puga Martinez - 4768
2. Cláudia de Araujo Nery - 4765
3. Ismail de Souza Carvalho Neto - 4756
4. Mônica Villela Motta e Silva - 4766
5. Nilce Machado - 4791
6. Sandra Tavares de Almeida - 4764

Do padrão 29 para o 30

1. Ivonete Andrade da Silva - 3337
2. Maria Aparecida P. dos Santos - 3319
3. Maria Helena de O. C. Santos - 3321
4. Ricardo Wagner O. de Carvalho - 3317
5. Silvana Maria Fontes A. Marques - 3314

. Especialidade: Segurança

Do padrão 16 para o 17

1. Adriano Fernandes Gomes - 5277
2. Antonio José de Sousa Filho - 6096
3. Antonio Vandir de Freitas Lima - 6038
4. Bruno Alexandre Bazílio Pereira - 5279
5. Chrisitiano de Oliveira Emery - 6141

6. Edson Jorge da Cruz Coelho - 5278
7. Everaldo Bosco Rosa Moreira - 6040
8. Francisco de Assis Sousa Braga - 5267
9. Geraldo Martins Ferreira - 6167
10. Geremias Pignaton - 6033
11. Gleuton Rocha Tavares - 5294
12. Helicon Douglas Alves Ferreira - 6190
13. Imelton Pires de Azevedo - 5287
14. Jacinto Murowaniecki - 5274
15. João Bosco Gasparotto - 5264
16. José Carlos Matte - 6053
17. Lício Glabrio Rosa de Carvalho - 5290
18. Marcelo Puget Monteiro - 5269
19. Marcus Vinicius Reis - 5259
20. Munir Aboud Said - 5257
21. Paulo Cezar Ferreira de Oliveira - 5262
22. Rauf Andrade Mendonça - 5148
23. Rênio Cardoso Suman - 6113
24. Silvio Braz da Paixão - 6116
25. Tiago Nardalli Pinto Barbosa - 6170
26. Vespasiano de Carvalho Rosa Júnior - 5270
27. Wellington Caram Júnior - 5273

Do padrão 17 para o 18

1. José Luiz Camargo da Costa - 5149

Do padrão 23 para o 24

1. Eloir Rodrigues Junior - 4953
2. Jussanan Portela dos Santos - 4877

Do padrão 24 para o 25

1. Alex Anderson Costa Nobre - 4915
2. Carlos de Souza Pereira Gomes - 4942
3. Carlos Eduardo Lopes Neves - 4909
4. Danilo Rurik Periquito Sad - 4858
5. Ernesto Guevara Batista Reis - 4894
6. Fábio Crepory Franco - 4912
7. Flávio Bezerra Praxedes - 4903
8. Francisco Henrique Martins Damaso - 4887
9. Jacson Gonçalves de Medeiros - 4902
10. Javan Marques da Silva - 4800

- 11.José Luiz Morado - 4888
- 12.José Maria da Silva - 4873
- 13.José Milton de Moraes Neto - 4885
- 14.José Wellington Alves Monte Amado - 4862
- 15.Joselito Aparecido Ramos de Brito - 4908
- 16.Lourinjorge Alves Pedrosa - 4799
- 17.Luís Fernando Leite dos Santos - 4871
- 18.Márcio Aurélio Valente - 4911
- 19.Marcus Vinícius da Silva Amaral - 4928
- 20.Mário Jorge Taveira de Almeida - 4891
- 21.Paulo César de Faria - 4916
- 22.Pedro Ricardo Araujo Carvalho - 4870

Do padrão 25 para o 26

1. Francisco José Lima Uchoa de Aquino - 4733

Do padrão 26 para o 27

1. André Luiz Santiago de Medeiros - 4746
2. Aníbal Ganzert - 4726
3. Carlos Henrique Costa de Menezes Silva - 4725
4. Cláudia Martins de A. E. Souza Ferreira - 4742
5. Eduardo Antonio Alencar Brito - 4729
6. Fábio Henrique Granja E. Barros - 4747
7. Fernando Aurélio de Azevedo Aquino - 4721
8. Gustavo Machado Paschoal - 4783
9. João José Candia Netto - 4734
- 10.José Luís de Simas Cunha - 4743
- 11.Leonardo de Araujo Barnabé - 4744
- 12.Marcelo Silva Corrêa - 4730
- 13.Marcus Vinícius Caldas Souto - 4737
- 14.Maria Isabel Figueira de Lima Rosa - 4745
- 15.Maurício Silva Lagos - 4735
- 16.Paulo Ricardo Zarrazz Bueno - 4740
- 17.Ricardo Nery Aguiar Oliveira - 4749
- 18.Roberto Campos Freire - 4728
- 19.Senio Luiz Todeschini - 4732
- 20.Yanko de Carvalho Paula Lima - 4720

Especialidade: Transporte

Do padrão 16 para o 17

1. Divino Rocha Gonçalves de Alcântara - 5266
2. José Soares Fonseca Sobrinho - 6090

3. Jurandir dos Santos de Oliveira - 5291
4. Márcio Martins de Paula - 5261
5. Marcus Vinicius Pessanha Gonçalves - 5271
6. Waldemir Dias Torres - 5300

Do padrão 17 para o 18

1. Altair Gonçalves Soares - 5091
2. Fernando Lucas Pinto - 5146

Do padrão 17 para o 18

3. Alberto de Azambuja Villanova - 5083
4. Cássio Murilo Rocha - 5109
5. Luiz Henrique de Faria Leite - 5099
6. Paulo Velozo Jacobina - 5115
7. Wilson Thomé Maier - 5110

Do padrão 18 para o 19

1. Adeilson Gonçalves de Macena - 5057
2. Carlos Alberto Ventura - 5027
3. Dirceu Braz Goulart Neto - 5030
4. Francisco Caninde de Oliveira - 5051
5. Jarbas Mamede - 5037
6. John Kennedy de Oliveira Gurgel - 4980
7. Jonas Barbosa da Silva - 4978
8. José Augusto Silva Couto - 5035
9. José Ricardo Melo Albuquerque - 5046
10. Luís Fernando Pires Machado - 5029
11. Ricardo Bandeira dos Santos - 5026
12. Vilmar Bomfim Ayres da Fonseca - 5034
13. Vitalino Fernande Tomé Canabarro - 5028
14. Walter Aires de Alencar Filho - 5032

Do padrão 24 para 25

1. Antonio Claudiney Boni - 4965
2. Cícero Matos de Oliveira Leite - 4905
3. Giovani Pereira do Amaral - 4892
4. Guilherme Fernandes de Souza e Silva - 4890
5. João Luiz Paulucio - 4878
6. José Vilson da Silva - 4881
7. Roberto Lara da Rocha - 4932

Do padrão 26 para o 27

1. Alberto de Castro Teixeira - 4660
2. Aldna Maria Paulo de Abreu - 4664
3. Antônio de Lisboa Ribeiro Bonfim - 4670
4. Antônio Marius Miranda de Oliveira - 4671

Do padrão 26 para o 27

5. Ari Roberto Menezes Monteiro - 4665
6. Arquimedes Bites Leão - 4684
7. Cláudio Fernandes Carvalho - 4667
8. Dênio José Rodrigues Louro - 4663
9. Edvaldo Dias da Silva - 4678
10. Egnaldo Rocha Costa - 4676
11. Elias Honório da Silva - 4668
12. Érico Zorba Gagnor Galvão - 4675
13. Eurípedes Alencar de Souza - 4677
14. Evilásio Ristow - 4708
15. Francisco de Assis Dias - 4672
16. João Batista Ferreira - 4683
17. Jorge Wilson Gomes Schelb - 4682
18. José Rabelo - 4681
19. Luciano de Sousa Dias - 4669
20. Manoel Lopes Cançado Sobrinho - 4679
21. Reginaldo de Almeida - 4680
22. Ruy Brandão Dourado - 4703
23. Salustiano Rodrigues de Brito - 4674
24. Wilson Alves Pereira - 4685

**CONCEITO INSUFICIENTE - PROMOÇÃO POR ANTIGÜIDADE
A PARTIR DE 01.01.99****- CATEGORIA FUNCIONAL: TÉCNICO LEGISLATIVO**

. Especialidade: Datilografia

Do padrão 18 para o 19

1. Zizelma Ribeiro Bosco - 5059

. Especialidade: Telefonia

Do padrão 18 para o 19

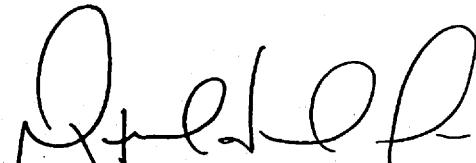
1. Sérgio Moreira Sarmento - 4994

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 827, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor PAULO CESAR BRAGA PERDIGÃO, matrícula 2373, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete da Liderança do PMDB, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Jader Barbalho, com efeitos financeiros a partir de 04 de maio de 1998.

Senado Federal, 7 de maio de 1998.



AGACIÉL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres'
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Epitacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 13.04.98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: VAGO (1)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3068/70	4-ÉLIO ALVARES	ES-3130/31
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JÚLIO CAMPOS	MT - 4064/65	VAGO	

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEbet	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPlicy - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPIТАCIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO
---------------	------------	--------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pg. 18655/6

Horário regimental: 3º feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 05/05/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
ROMERO JUÇÁ	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BELLO PARGA	MA-3069/72
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
DJALMA BESSA	BA - 2211/12
PMDB	
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97
GILVAM BORGES	AP-2151/57
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
IRIS REZENDE	GO-2032/33
PSDB	
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
OSMAR DIAS	PR-2124/25
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
PPB	
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76
PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/3219
	1-ARLINDO PORTO
	MG- 2321/22

(1) Desfilhou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA N° 09-ALA SEN. ALEXÂNDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 07/05/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ROMEU TUJÀ	SP-2051/52	7-DJALMA BESSA	BA - 2211/12

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-GILVAM BORGES	AP-2151/52
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-VAGO	

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BENI VERAS	CE-3242/43	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22
---------------	--------------	-----------------	-------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 05/05/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCILINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-VAGO (2)	
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	

PMDB

JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-VAGO	

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO
---------------	------------	--------

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Omellas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 1863/6

Horário regimental: 5ª feira às 14:00 hs.

Atualizada em: 05/05/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
 (19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPILCY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
---------------	-------------	-----------------	------------

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5ª feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 05/05/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479
ELÓI PORTELA (cessão)	PI - 2131/37
	1- JOSAPHAT MARINHO 2- JONAS PINHEIRO 3- GUILHERME PALMEIRA 4- JOSÉ ALVES 5- ROMEU TUMA 6- GILBERTO MIRANDA 7- VAGO (2)
PMDB	
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/92
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
IRIS REZENDE	GO-2032/33
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
VAGO (3)	1-ROBERTO REQUIÃO 2-RAMEZ TEBET 3-CARLOS BEZERRA 4-JOSÉ SARNEY 5- VAGO 6- VAGO
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
PEDRO PIVA	SP- 2351/52
	1-CARLOS WILSON 2-COUTINHO JORGE 3-OSMAR DIAS 4-VAGO (1)
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
	1-VAGO 2-EDUARDO SUPLICY (PT) 3- LAURO CAMPOS (PT)
PPB	
LEVY DIAS	MS-1128/1228
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
	1-ESPERIDIÃO AMIN 2- EPITACIO CAFETEIRA
PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/19
	1-ARLINDO PORTO
	MG - 2321/22

- (1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.
(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.
(3) Em virtude da posse do Senador Renan Calheiros como Ministro de Estado da Justiça, em 7.04.98.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)
FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pga. 18655/6.
Horário regimental: 3^{as} feiras às 14:00 hs.

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PFL**

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	T0-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
VAGO (3)			
VAGO			

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO (2)			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPILCY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador José Serra como Ministro de Estado da Saúde, em 31.03.98.

(3) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pág. 186556

Atualizada em: 05/05/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- VAGO (2)	

PMDB

VAGO (3)	JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO		

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
------------	------------	----------------	--------------

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPILCY - PT	SP-3215/16
VAGO	

PPB + PTB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
--------------------	------------	-----------------	------------

(1) Desfilhou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(3) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES:

SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 14/04/98

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador NEY SUASSUNA (PMDB/PB)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES (PSDB/AM)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO FASSARELLA (BLOCO -
PT/PDT/PC do B/MG)

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PFL

ADAURO PEREIRA	PB	5221	BENEDITO DE LIRA	AL	5215
ALEXANDRE CERANTO	PR	5472	VALDOMIRO MEGER	PR	5842
ARACELY DE PAULA	MG	5201	LAURA CARNEIRO	RJ	5516
BETINHO ROSADO	RN	5558	ROBERTO PESSOA	CE	5807
EULER RIBEIRO	AM	5544			
ROBSON TUMA	SP	5834			
JOSÉ ROCHA	BA	5908			
JÚLIO CÉSAR	PI	5654			
PAULO LIMA	SP	5507			
OSVALDO COËLHO	PE	5444			
PAULO GOUVÉA	SC	5918			
LUÍZ BRAGA	BA	5913			
SARNEY FILHO	MA	5202			

BLOCO PMDB/ PSD/PSL/PRONA

ALBÉRICO FILHO	MA	5554	HÉLIO ROSAS	SP	5478
CLEONÂNCIO FONSECA	SE	5824	JOSÉ CHAVES	PE	5436
ARMANDO ABÍLIO	PB	5805	SANDRO MABEL	GO	5803
BARBOSA NETO	GO	5566	SÍLVIO PESSOA	PE	5425
GENÉSIO BERNARDINO	MG	5571			
LÍDIA QUINAN	GO	5223			
NEUTO DE CONTO	SC	5209			
ODACIR KLEIN	RS	5228			
OSCAR GOLDONI	MS	5448			
PEDRO NOVAIS	MA	5813			
SILAS BRASILEIRO	MG	5932			
UDSON BANDEIRA	TO	5466			
JOSÉ PRIANTE	PA	5748			

PSDB

ARNALDO MADEIRA	SP	5473	B. SÁ	PI	5643
BASÍLIO VILLANI	PR	5634	EMERSON OLAVO PIRES	RO	5318
CECI CUNHA	AL	5727	OLÁVIO ROCHA	PA	5431
CIPRIANO CORREIA	RN	5839	Y. DA CRUSIUS	RS	5956
DANILO DE CASTRO	MG	5862			
FLÁVIO PALMIER DA VEIGA	RJ	5246			
JOÃO LEÃO	BA	5320			
LEÔNIDAS CRISTINO	CE	5535			
MARCUS VICENTE	ES	5362			
PEDRO HENRY	MT	5829			
PIMENTEL GOMES	CE	5231			
ROBERTO ROCHA	MA	5529			

TITULARES**SUPLENTES****BLOCO PT/PDT/PC do B**

ARLINDO CHINAGLIA	SP	5706	EURIPEDES MIRANDA	RO	5252
CHICO VIGILANTE	DF	5827	INÁCIO ARRUDA	CE	5528
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948	MARIA LAURA	DF	5475
GIOVANNI QUEIROZ	PA	5534	RENAN KURTZ	RS	5810
JOÃO COSER	ES	5514			
JOÃO FASSARELLA	MG	5283			
PAULO BERNARDO	PR	5379			
PAULO ROCHA	PB	5483			
SERAFIM VENZON	SC	5711			
SÉRGIO MIRANDA	MG	5462			

PPB

CLEONÁCIO FONSECA	SE	5824	CARLOS AIRTON	AC	5745
FELIPE MENDES	PI	5840	SILVERNANI SANTOS	RO	5625
JOSÉ JANENE	PR	5608	VAGO		
LUÍS BARBOSA	RR	5340			
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	MG	5819			
OSVALDO REIS	TO	5835			
ROBERTO BALESTRA	GO	5262			
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948			
AUGUSTO NARDES	RS	5530			
VAGO					

PTB

PHILEMON RODRIGUES	MG	5228	JOSÉ BORBA	PR	
					5616

ISRAEL PINHEIRO
RODRIGUES PALMA

PSB

GONZAGA PATRIOTA	PE	5430	FERNANDO LYRA	PE	
					5901

PL

PEDRO CANEDO	GO	5811
--------------	----	------

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

PFL

CARLOS PATROCÍNIO	TO	4068	ROMEU TUMA	SP	2051
JONAS PINHEIRO	MT	2271	JOSÉ ALVES	SC	4055
JOSÉ BIANCO	RO	2231			
JÚLIO CAMPOS	MT	4064			
ROMERO JUCÁ	RR	2111			
EDISON LOBÃO	MA	2311			

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT	2291	FERNANDO BEZERRA	RN	2461
FLAVIANO MELO	AC	3493	CASILDO MALDANER	SC	2141
JÁDER BARBALHO	PB	2441			
MARLUCE PINTO	RR	1101			
NEY SUASSUNA	PB	4345			
JOSÉ SAAD	GO	3149			

PSDB

COUTINHO JORGE	PA	3050	LÚDIO COELHO	MS	2381
JEFFERSON PÉRES	AM	2061			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES	2021			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301			

BLOCO PT/PDT/PSB/PPS

ANTONIO CARLOS	SE	2201	ADEMIR ANDRADE	PA	2101
VALADARES					
EDUARDO SUPLICY	SP	3213			
SEBASTIÃO ROCHA	AP	2241			

PPB

ERNANDES AMORIM	RO	2251	LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071
-----------------	----	------	--------------------	----	------

PTB

ODACIR SOARES	RO	3218/19
---------------	----	---------

Atualizado em 04/03/98

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
 VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
 SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
 SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
 (16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA CASILDO MALDANER	1 - PEDRO SIMON 2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
VILSON KLEINUBING DJALMA BESSA	1 - JOEL DE HOLLANDA 2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES
TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN JOSÉ CARLOS ALELUIA	VALDOMIRO MEGER BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO GERMANO RIGOTTO	CONFÚCIO MOURA ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO CELSO RUSSOMANO	NELSON MARCHEZAN RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI
SECRETARIA DA COMISSÃO:	

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
 FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
 FAX: (55) (061) 3182154
 SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 05/05/97.

**CONSELHO COMPOSTO
NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO
Nº 1, DE 1998-CN**

Conselho destinado a proceder à apreciação dos
trabalhos alusivos à comemoração do centenário de
morte do poeta Cruz e Sousa.
(Resolução nº 1, de 1998 - CN)

Senador Ronaldo Cunha Lima
Senador Esperidião Amin
Senador Abdias Nascimento
Deputado Paulo Gouveia
Deputado Miro Teixeira

Membro nato:
Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Periodicidade Trimestral

**Assinatura para o ano de 1997
Números 133-136
R\$ 40,00**

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO

Nome:

Órgão:

Unidade:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

País:

Telefones para contato:



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luis Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela sequencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD/ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:	Fax:		
Quantidade solicitada:			

**Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br**



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.

Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

Claudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.

Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.

Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.

Carmen Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.

Sérgio Sérvelo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.

Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.

Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.

Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

Marcílio Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.

Jete Jane Fiorati – A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.

Silvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.

Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.

A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.

Fernando Braga – Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.

Álvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irrationalidades e injuridicidades.

Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.

Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.

Paulo José Leite Farias – Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Económica à realidade económica.

Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

Roberto Freitas Filho – A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

Nuria Beloso Martín – Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.

Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

Vitor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.

Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO

Nome:

Órgão:

Unidade:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

País:

Fones:

Fax:

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS